

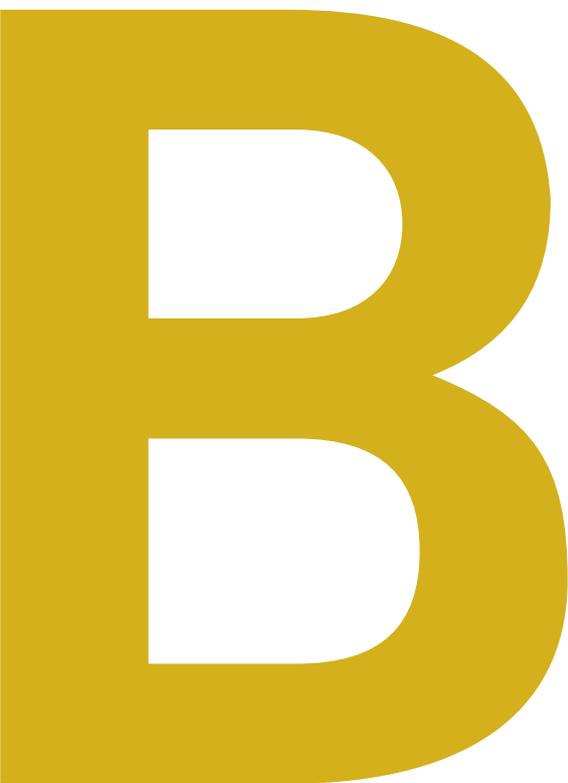


B

Brasil

RELATÓRIO NACIONAL

Juventude e Integração Sul-Americana:
caracterização de situações-tipo e organizações juvenis



Juventude e Integração Sul-Americana:
caracterização de situações-tipo e organizações juvenis

RELATÓRIO NACIONAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, novembro 2007

Coordenação e instituições responsáveis

iBase



Apoio

IDRC  **CRDI**

Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis

RELATÓRIO NACIONAL DO BRASIL

Uma publicação Ibase e Pólis

Apoio

Centro de Pesquisas para o
Desenvolvimento Internacional (IDRC)

Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro

Ana Karina Brenner (coord.)
Lia Dias de Alencar

Instituição responsável

Pólis

Movimento Hip Hop de Caruaru/Pernambuco

Adjair Alves (coord.)
Rosilene Alvim (coord.)

Coordenação geral

Anna Luiza Salles Souto e Pedro Pontual

Revolta do Buzu (movimento de estudantes secundaristas de Salvador)

Júlia Ribeiro de Oliveira (coord.)
Ana Paula Carvalho

Coordenação técnica / Elaboração do relatório

Helena Wendel Abramo

Sindicato de Trabalhadores em Telemarketing de São Paulo

Maria Carla Corrochano (coord.)
Érica Nascimento

Equipes por situação-tipo

Acampamento Intercontinental da Juventude do Fórum Social Mundial/Porto Alegre

Nilton Bueno Fischer (coord.)
Ana Maria dos Santos Corrêa
Márcio Amaral

Fotos

Flávio Conde
Samuel Tosta
Vanor Correia

Cortadores de cana do interior do estado de São Paulo

José Roberto Pereira Novaes (coord.)
Flávio Conde
Roberta Maiane
Tais Zeitune

Projeto gráfico e diagramação

Dotzdesign

A publicação não foi editada, tendo sido
respeitado o estilo da autora.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
1. ESTADO DA QUESTÃO NO BRASIL	8
1.1 HISTÓRICO	9
1.2 DIAGNÓSTICOS	11
1.3 AS DEMANDAS DOS JOVENS	20
2. SITUAÇÕES-TIPO ESTUDADAS	24
2.1 MANIFESTAÇÕES DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO ÔNIBUS	24
2.2 OS TRABALHADORES JOVENS DO CORTE MANUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR	25
2.3 GRUPO DE HIP HOP	26
2.4 TRABALHADORES DO <i>TELEMARKETING</i> E A DEMANDA POR TRABALHO	26
2.5 FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO – FJRJ	27
2.6 O ACAMPAMENTO INTERCONTINENTAL DA JUVENTUDE (AIJ) DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM): EXPERIÊNCIA DE UMA NOVA GERAÇÃO POLÍTICA	27
3. ANÁLISE CONSOLIDADA DAS SITUAÇÕES-TIPO	30
3.1 CONSTITUIÇÃO E IDENTIDADE JUVENIL	30
3.2 AS DEMANDAS E O MOTE DA ATUAÇÃO	40
3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE	66
4. PERCEPÇÕES DOS ATORES E/OU MEDIADORES DAS DIFERENTES SITUAÇÕES-TIPO SOBRE OS TEMAS RECORRENTES NAS AGENDAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	70
5. FORMAS DE ATUAÇÃO E EXPRESSÃO PÚBLICA DAS DEMANDAS	72
5.1 INTERLOCUTORES/ MEDIADORES	78
6. AS POLÍTICAS RESPONDEM ÀS DEMANDAS?	82
6.1 TRABALHO	84
6.2 PARTICIPAÇÃO	86
6.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	86
BIBLIOGRAFIA	88

INTRODUÇÃO

O objetivo mais geral desta pesquisa, tal como está desenvolvido em seu projeto, é contribuir para que as demandas dos jovens ganhem visibilidade, pautem as agendas públicas e gerem novas iniciativas, enriquecendo o campo da luta por direitos no país e na região do Mercosul e perscrutando as possibilidades de constituição de plataformas comuns na luta por direitos envolvendo jovens.

Há uma pista sugerida no projeto pressupondo que as necessidades, as demandas e os desejos dos jovens fizeram surgir um espaço de políticas públicas de juventude (que comporta ações, programas e instituições especificamente construídas para formulação e execução dessas ações), nos últimos anos, neste pedaço do continente americano. As interrogações se colocam a partir daí e indagam, principalmente, até que ponto a abertura desse espaço tem logrado estruturar uma pauta dos direitos a serem garantidos aos jovens. Qual tem sido a visibilidade alcançada pelos atores juvenis e, mais especificamente, qual tem sido a disponibilidade para a incorporação de suas demandas na agenda pública? As demandas apresentadas pelos jovens têm logrado incidir no conteúdo das políticas a eles dirigidas? Qual é a força política que a noção do jovem como um sujeito singular de direitos tem adquirido nas sociedades latino-americanas?

É claro que essas questões pressupõem a necessidade de verificar com mais acuidade como se configura a atuação juvenil em torno de certas demandas, em que direção elas têm apontado e que peso têm adquirido. A proposta da investigação realizada foi, portanto, buscar compreender quais são as demandas dos jovens que têm tido interferência

no espaço público; quais atores as sustentam e em que tipos de canais de mobilização e negociação; se há semelhanças entre as demandas, para que seja possível a construção de pautas e redes em comum. A metodologia adotada foi a de eleger algumas situações em que fosse possível aprofundar essas verificações, não com a perspectiva de construir um quadro descritivo ou analítico que desse conta do universo das mobilizações juvenis ou que pudesse representá-lo, mas que, aprofundando o olhar sobre situações concretas, pudesse configurar algumas pistas de entendimento e formular novas questões que enriquecessem o debate aqui proposto.

As possibilidades de respostas a essas questões também dependem dos contextos nacionais nos quais esses processos são desenvolvidos. Neste relatório sobre o Brasil, antes de entrar na análise das situações estudadas, realizaremos uma breve localização do contexto nacional.



1. ESTADO DA QUESTÃO NO BRASIL

No Brasil, o tema da juventude encontrou inflexões significativas nas últimas décadas. Até os anos 1970, foi enfocada, principalmente, por meio da avaliação de sua capacidade de ser vetor de modernidade e transformação política e comportamental: a juventude era identificada com o segmento de jovens escolarizados das classes médias que podiam viver a moratória e a escolarização secundária e superior; o interesse político se dirigia para o papel que (principalmente, por meio dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda) jogava na continuidade ou na transformação do sistema cultural e político.

A partir desse período, ocorre uma grande modificação. Os movimentos estudantis retomam a possibilidade de organização e manifestação pública e participam ativamente da luta pelo fim do regime militar instaurado em 1964. Mas, em seguida, no processo de redemocratização, vão perdendo paulatinamente visibilidade e legitimidade social. Ao mesmo tempo, emerge, como um tema social, a questão dos “meninos de rua”: como motivo de pânico, engendrando ondas de repressão e violência contra os menores de idade em situações diversas de abandono e desvio, e como bandeira de luta e mobilização social, envolvendo uma série de atores dos setores progressistas (entre juristas, funcionários públicos, militantes de movimentos sociais e comunitários), demandando a defesa dos direitos dessas crianças para que passassem a ser tratadas como sujeitos de direitos e não como elementos perigosos para a sociedade.

¹ Engendrando ações da sociedade civil e do Estado e resultando no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se tornou instrumento fundamental para implantar a idéia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

1.1 HISTÓRICO

Foi, nesse sentido, durante todo o século 20, um componente do debate político, mas não propriamente como um tema relativo ao debate sobre as políticas públicas ou relativo ao debate sobre os direitos sociais. A emergência do tema das políticas públicas de juventude, e dos direitos que devem ser garantidos aos jovens, data de cerca de dez anos atrás, de certo modo acompanhando uma tendência presente há mais tempo em outros países do nosso continente. O processo brasileiro guarda, contudo, algumas particularidades.

Aqui, as ações desencadeadas pelas agências da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir do Ano Internacional da Juventude, em 1985, não tiveram a mesma repercussão que em outros lugares, produzindo pequeno impacto na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para esse segmento. Naquele momento, o tema em relevância não era o da juventude, mas o da infância.

Durante todo o último quartel do século passado, o foco da preocupação ficou centrado na questão das crianças e dos adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade e desencadeou tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos desses segmentos.¹ Isso polarizou o debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que o termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância.

A juventude, propriamente dita, ficou de fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania. Nesse período, a juventude foi tematizada apenas

com base em sua ausência ou apatia, em contraste com as gerações passadas, engajadas e propositivas.

O que parece valer a pena ressaltar é que a juventude, como tema político, emerge depois do processo de redemocratização da sociedade brasileira, depois do momento de debate mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania, que se corporificou no processo da Constituinte no fim da década de 1980. Os sujeitos desse processo foram os movimentos sociais que se articularam (a maioria nos anos 1970, mas alguns antes), sobretudo, pela retomada da democracia e pela constituição de políticas setoriais (como educação, saúde e trabalho). Entre eles, estavam os chamados “novos movimentos sociais”, com novas identidades e pautas, e em torno de condições singulares, como os movimentos de negros e mulheres. É, também, nesse período, que emerge a pauta dos direitos das crianças e dos adolescentes. Boa parte dos conselhos mais consolidados, no âmbito do governo federal, resulta da articulação e da consolidação desses movimentos e de suas bandeiras na esfera pública.

No entanto, nesse momento, a juventude não se colocou como questão política, como tema para os direitos e para as políticas públicas. Ficou, como tema, fora do processo, embora muitos jovens e organizações juvenis tenham participado ativamente da luta pela redemocratização e muitos jovens tenham participado da construção dessas pautas no interior de outros movimentos.

Nos últimos dez anos, o debate sobre a juventude e, principalmente, sobre políticas públicas para o segmento aumentou bastante, envolvendo uma miríade de

atores de âmbitos distintos e em diferentes arenas públicas: gestores locais buscando se articular e aumentar sua força política e orçamentária; ONGs e entidades da sociedade civil aumentando o escopo de suas ações e procurando constituir redes para propor e executar políticas públicas; fundações empresariais e organismos de cooperação internacional financiando projetos da sociedade civil e programas públicos; núcleos acadêmicos e instituições ligadas à ONU realizando pesquisas para diagnósticos e fomentando espaços públicos de debate; parlamentares instituindo comissões públicas no âmbito legislativo para o acompanhamento e a proposição de políticas públicas e estabelecimento de marcos legais para o tema.

Particularmente, nos últimos cinco anos, esse processo se intensificou com a configuração de atores e espaços mais articulados e visíveis e a recente criação de uma estrutura nacional para o desenvolvimento de políticas especificamente pensadas para a juventude. É possível identificar algumas vertentes que contribuíram para a criação do ambiente que permitiu, finalmente, que a juventude emergisse como tema de política do Estado.

Por um lado, a pressão de diferentes atores juvenis, principalmente aqueles vinculados aos partidos progressistas e de esquerda, assim como por certos atores e movimentos juvenis (as entidades estudantis, de um lado, os movimentos culturais e identitários, de outro), para a participação nos governos de caráter democrático e popular que conquistaram âmbitos executivos locais e estaduais. A principal demanda era a criação de organismos gestores para a formulação e execução de políticas específicas para a juventude e a participação nesses processos.

Ao mesmo tempo, diferentes tipos de grupos juvenis, principalmente os ligados a atuações culturais e comunitárias, começaram a estabelecer diálogo com os poderes públicos para reivindicar espaços e ações voltadas para suas atividades, como a criação de festivais, shows, centros comunitários e/ou culturais, oficinas de formação em linguagens culturais, desenvolvimento de programas específicos de saúde, ação comunitária etc. É possível dizer que foi, principalmente, a ação desses e de outros grupos juvenis em diferentes espaços de interlocução com o poder público que começou a montar a pauta atual de políticas multissetoriais e diversificadas de juventude para além das tradicionalmente incorporadas aos programas partidários, como educação e segurança. A apresentação de demandas nos centros de referência de juventude, nas assembleias de orçamento participativo, nos congressos de cidade, nas conferências municipais convocadas pelos organismos gestores foram tornando visíveis questões específicas e, assim, a lógica de necessidades singulares alcançou algum grau de reconhecimento por parte de outros atores sociais.

Numa outra linha, o desenvolvimento de projetos pela sociedade civil, entre ONGs e entidades de apoio dos mais diversos tipos, apoiadas por organismos de cooperação internacional e por fundações empresariais, também compõe um acervo de experiências na conformação do entendimento das respostas a serem dadas às questões identificadas nesse segmento. Fundamentalmente, com base em uma visão da necessidade de operar um resgate da dívida social com os segmentos pobres ou vulneráveis da juventude, esses atores buscaram recuperar a possibilidade de jovens terem acesso a certos serviços, demandando o direito a “viver a juventude”, o que significava, em grande medida, usufruir da moratória que jovens de classes médias e altas já usufruíam, com programas de formação educativa e/ou de retorno à escola, além da possibilidade de viver

o tempo livre. Concomitantemente, ações foram estruturadas para dirimir, resgatar ou prevenir os problemas engendrados pelas situações de vulnerabilidade, principalmente a violência, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce, que os afastavam da vivência juvenil. Diferentes ações nas áreas de saúde, educação e cultura vão construindo os eixos pelos quais programas e projetos pilotos se organizam como repertórios comuns. São esses eixos que orientarão muitos dos primeiros programas governamentais, não raro realizados em forma de parceria entre Estado e ONGs.

Iniciativas desenvolvidas por agências da ONU (como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP) ajudaram a construir e consolidar (por meio de pesquisas, seminários, oficinas de capacitação, trocas de experiências em fóruns internacionais e apoios a programas e projetos de cooperação técnica) certos conceitos e certas diretrizes de ação nesse repertório, principalmente nos temas de educação e saúde.

A partir de determinado momento, atores políticos (basicamente aqueles ligados a partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT – e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB) encampam o assunto, dispostos a transformar a juventude em tema de relevância política nacional. Vários processos são desencadeados, sendo um dos mais significativos o desenvolvimento do Projeto Juventude, entre 2003 e 2004, quando o Instituto Cidadania promoveu amplo processo de discussão envolvendo organizações juvenis, pesquisadores e pesquisadoras, representantes de movimentos sociais, de ONGs, de fundações empresariais, gestores, intelectuais etc., em uma série de seminários, oficinas e plenárias, produzindo pesquisas e publicações com o propósito de elaborar um documento de referência e uma proposição

de políticas de juventude para o país. Na verdade, tal processo já foi desenvolvido em resposta a uma sinalização emitida pelo recém-eleito presidente Lula, a partir de sua disposição de tomar o tema da juventude como uma de suas preocupações centrais.

É assim que, em 2003, o governo federal, pela primeira vez no país, instalou um canal para a articulação dos seus programas setoriais de juventude (com a criação de um grupo de trabalho interministerial), que resultou na criação de um arcabouço institucional específico para políticas de juventude em 2005: a Secretaria Nacional de Juventude, com caráter de articulação entre as políticas desenvolvidas pelos diferentes ministérios, e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão de articulação entre governo e sociedade civil, consultivo e propositivo. Ao mesmo tempo, o governo federal definiu a execução de um grande programa nacional de inclusão dirigido a jovens entre 18 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social (fora da escola e do trabalho, sem ter ainda concluído o ensino fundamental). Apesar desse processo estar, ainda, no início, foi o maior avanço na consolidação pública do tema até aqui.

Em 2003, foi também criada a Frente Parlamentar de Juventude na Câmara Federal, que organizou uma série de audiências públicas em torno do tema, assim como um seminário e uma conferência nacional voltados para a estruturação de um Plano Nacional de Juventude, convertido em projeto de lei em tramitação. Os parlamentares envolvidos nessa frente também têm tido atuação significativa na aprovação dos decretos e das leis propostas pelo governo federal para a criação dos órgãos e programas dirigidos a esse segmento.

Houve diálogo e certa articulação entre os processos, o que contribuiu para a criação de uma pauta política em torno do tema, apesar da diferença de âmbitos, de escopos e de perspectivas entre

eles. É desse modo, também, que a idéia da existência de direitos da juventude começa a ser esboçada, embora ainda não tenha adquirido consistência política real, como veremos adiante.

1.2 DIAGNÓSTICOS

O debate público sobre juventude se concentrou muito mais nas possibilidades e nos entraves para a participação dos jovens nos processos de reconstituição democrática – e nos modos de resgatá-los das situações de risco e vulnerabilidade em que se viram crescentemente envolvidos – que nas suas necessidades e nos seus direitos. Não é possível dizer que havia, nesse sentido, uma pauta já consolidada de demandas ou de reivindicações relativas aos direitos dos jovens quando os aparatos institucionais para a formulação de políticas públicas de juventude foram montados. Havia um acervo multifacetado e bastante desarticulado de questões publicamente expressas, de propostas e experiências-piloto (tanto no âmbito governamental como no das ONGs), mas poucos espaços de articulação e negociação dessas demandas. Restaram, assim, muitos hiatos e muitas polêmicas mal enfrentadas a respeito da composição dessa pauta.

É possível dizer que a construção da pauta de direitos a serem garantidos pelo Estado (e exigidos pelos atores da sociedade civil) ainda está sendo feita, assim como está em debate a definição da perspectiva que orienta a constituição do paradigma dos jovens como sujeitos de direitos. O processo de construção de uma “política nacional de juventude” entre poder executivo, legislativo e sociedade civil está sendo feito em meio a esse acelerado, mas ainda frágil, processo de debate público. A formulação de programas com investimento orçamentário significativo por parte do governo federal e a montagem de estruturas institucionais têm interferido nesse processo. Como

lembram Marília Sposito, Hamilton Harley de Carvalho Silva e Nilton Alves Souza, “a conformação de políticas e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre os sujeitos jovens” (Sposito; Silva; Souza, 2006).

Deve ser ressaltado que cresceu muito, nos últimos anos, a legitimidade política do tema e o espectro de atores que se acercam desse campo de ações e debates, como o movimento sindical, o Movimento dos Sem Terra (MST), movimentos de mulheres, pela liberdade de orientação sexual, além do crescente número de ONGs, fundações empresariais, instituições religiosas etc. Mesmo assim, há ainda invisibilidade e incompreensões a respeito do tema tanto quanto interrogações e polêmicas nas formas de abordagem, até mesmo relacionadas à própria pertinência da constituição desse campo de atuação. Há desde uma interrogação genérica sobre a validade para o fortalecimento dos princípios da democracia e da universalidade dos direitos, da afirmação das singularidades identitárias (e, nesse sentido, por que fortalecer mais um movimento identitário?), até diferentes tipos de dúvidas ou contestações da “consistência” da singularidade juvenil para a produção de uma alteração política significativa.

Com relação a esse último ponto, existem pelo menos três linhas de contestação. Primeiro, o questionamento sobre a possibilidade de construção de uma identidade política com base em uma condição passageira e não permanente, como são as identidades relacionadas a fases do ciclo da vida (diferentes, nesse sentido, da condição fundada no gênero ou na raça/etnia). Em segundo lugar (e esta tem sido uma das mais fortes fontes de resistência manifestadas por parte dos atores envolvidos no campo da defesa dos direitos de segmentos vulneráveis), a discussão sobre a pertinência de constituição de um campo relacionado à juven-

tude separado do da infância e da adolescência baseada em argumentos que questionam a existência de diferenças significativas entre essas fases do ciclo de vida que justifiquem a conformação de políticas, equipamentos, estrutura institucional e marco legal diferenciados para a juventude, além da oportunidade política de “desviar” recursos, financeiros e políticos (de militância), do campo da infância para o da juventude, uma vez que a primeira foi definida, constitucionalmente, como prioridade nacional. A terceira linha de questionamentos diz respeito à possibilidade de tomar “a juventude” como segmento para além das diferenças e desigualdades internas, tão profundas que explodiriam a possibilidade de pensar em direitos gerais da juventude ou de políticas universais a ela dirigidas.

A última linha tem sido desenvolvida no interior do próprio campo de debate sobre as políticas de juventude, em torno da crescente produção de dados, reflexões e manifestações sobre os diferentes aspectos e as diferentes situações que compõem o imenso “mosaico” que é o universo juvenil brasileiro. Ela se associa ao debate relacionado às definições contemporâneas sobre a condição juvenil ou sobre “o conceito de juventude” tomado para definir as ações políticas. É interessante verificar que o item “conceito de juventude” tem entrado em todos os documentos e processos de debate voltados para a definição das políticas e dos rumos de atuações política dos jovens, o que pode, de certo modo, revelar um processo de definição de um novo paradigma em torno do qual o tema pode ser pensado e enfrentado.

Parece relevante, aqui, localizar duas questões sobre as quais parte desse debate “conceitual” tem se processado. Uma delas diz respeito à posição relacionada à necessidade de considerar diferenças e desigualdades que percorrem o segmento, reafirmada na insistência em usar o termo no plural – “juventudes” – para evitar o risco de naturalizar

uma condição que é social e historicamente construída e para não reproduzir desigualdades ao tomar o todo pela parte. Assim, boa parte do esforço atual dos diagnósticos e do debate se dirige à consideração de diferenças e desigualdades, assim como boa parte do esforço político se dirige à busca de incorporar no processo de construção das arenas de debate atores juvenis dos diferentes segmentos. No entanto, ainda não está equacionado, no debate, o que é similar e o que é diferencial na juventude. No plano conceitual, avança-se na busca para estabelecer uma diferença entre condição, que diz respeito ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, e que alcança abrangência social maior quando referida a uma dimensão histórico-geracional, e situação, que revela o modo como tal condição é vivida com base nos diversos recortes relacionados às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (Abad, 2003; Sposito, 2003; Abramo, 2005 a e b). Porém, no plano político, ainda é muito incipiente o debate sobre o que é comum à juventude e, portanto, de quais seriam as pautas comuns aos jovens brasileiros.

Há, também, outra questão relativa ao entendimento do significado da condição juvenil contemporânea. Se há compreensão generalizada sobre sua transformação no atual momento histórico, há diferenças de interpretação dos sentidos dessa mudança, principalmente em torno do entendimento sobre o caráter da moratória, sobre se há acentuação ou diluição desse fenômeno, se a tendência é o adiamento generalizado da entrada na vida adulta ou o estabelecimento de uma relação peculiar de inserção e experimentação. Dito de outro modo: se o conteúdo da transição se faz como passagem de uma etapa a outra (da infância à idade adulta, da escola ao trabalho, como etapas sucessivas e opostas) ou se é muito mais o desenvolvimento de uma trajetória de inser-

ção, longa e plena, de conteúdo próprio, o que confere à condição juvenil uma dupla dimensão a ser considerada – a preparação para a vida futura e a experimentação da vida presente. Aqui, contudo, é preciso dizer que ainda predomina, na postura da maior parte dos atores e na formulação das políticas destinadas aos jovens, o paradigma da juventude como período preparatório:² “esta visão do jovem como sujeito em preparação e, portanto, como receptor de formação, é o eixo que predomina em quase todas as ações a ele dirigidas, combinada aos mais diferentes paradigmas, não só nas políticas públicas estatais” (Abramo, 2005b). Como aponta Livia De Tommasi em texto de análise sobre o trabalho de ONGs brasileiras com jovens, “a abordagem principal é aquela orientada pela idéia de formação” (Tommasi, 2004). Além disso, a relação que os adultos (os militantes, técnicos e “funcionários” das ONGs) estabelecem com os jovens, em qualquer projeto desenvolvido, é a de “educadores” (Abramo, 2005).

Há, contudo, um esforço despendido por parte de vários atores no sentido de construir outra abordagem, que pode ser observado no documento publicado pelo Conselho Nacional de Juventude:

Mas a vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação social. [...] Assim, a tendência ao prolongamento e à multiplicidade de dimensões da vida juvenil provocariam a consideração de dois eixos de visão sobre os jovens: sua vida presente (a fruição da juventude) e sua projeção para o futuro (os modos pelos quais deixam de ser jovens para se tornarem adultos).

² Por exemplo, isso pode ser visto na definição constante de um dos diagnósticos mais importantes realizados recentemente: “Esta decisão está relacionada ao conceito de juventude aqui adotado, como fase de transição, em que cada sociedade define um tempo socialmente necessário para a transformação dos jovens de “dependentes” em “adultos” autônomos e produtivos. As atividades dos jovens, desse modo, remetem à preparação e ao aprendizado para o cumprimento dos papéis de ‘adulto’ na sociedade” (Waiselfisz, 2004).

Desse modo, não só as possibilidades de formação para o exercício da vida adulta têm que ser consideradas, mas também as possibilidades para a vida juvenil. Disso decorre a importância de considerar essa multiplicidade das dimensões (Novaes; Cara; Silva; Papa, 2006).

De todo o modo, esse é um debate que informa e, ao mesmo tempo, se enriquece com a definição das políticas e dos diagnósticos que orientam sua formulação. Esse é, também, um ponto no qual academia, técnicos de informação, gestores e militantes de diversos campos têm se encontrado – e confrontado –, ajudando a construir as representações em torno das quais as disputas políticas se processam. Nesse processo, tem crescido a produção de informações, pesquisas e reflexões sobre a juventude brasileira, embora muito ainda tenha que ser feito. É preciso superar a natureza episódica dos estudos realizados e criar espaços mais permanentes de reflexão que permitam gerar acúmulo de conhecimento, assim como afinamento das informações sobre as múltiplas e diferentes questões que afetam os jovens.

No interior do debate, diversos são os pontos de partida para o delineamento das questões da juventude. Um deles é o que foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes, examinando, valores, opiniões, atuação social e política para avaliar como os jovens podem vir a interferir no destino do país e também nas questões singulares que os afetam. Outro ponto importante é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características das situações de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, e das vulnerabilidades que os afetam especialmente, para concluir sobre os focos prioritários para as políticas sociais necessárias. Há, também, aque-

le que, partindo da postulação do jovem como sujeito de direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas.

A maior parte dos documentos dirigidos para o debate das políticas públicas, apesar de afirmarem a postulação dos jovens como sujeitos de direitos e a necessidade de incorporar a participação dos jovens tanto nos processos sociais mais amplos como na própria definição e implementação das políticas a eles dirigidas (como protagonistas na busca de soluções para sua vida e para a comunidade, como agentes estratégicos para o desenvolvimento ou como sujeitos fundamentais para a transformação, dependendo da vertente), desenham as questões da juventude que devem ser enfrentadas pela sociedade, gerando respostas de políticas públicas principalmente, pela segunda senda acima enumerada.

Um rápido exame de parte desses documentos nos revela as questões desenhadas no debate atual sobre a juventude brasileira.

A primeira questão ressaltada é o peso demográfico da população juvenil brasileira, argumento inicial e evidente da importância e magnitude do tema: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, o país contava com cerca de 35 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos (representando 19% da população do país); computada a faixa entre 15 e 29 anos, os números sobem para mais de 50 milhões de jovens, representando mais de um quarto (27%) do total dos brasileiros.³

A análise demográfica ganha relevância, também, por meio da referência ao fenômeno da “onda jovem” – alargamento momentâneo da faixa etária juvenil na virada do século 20 para o 21, constituindo, naquele momento, a população juvenil como o grupo quinquenal mais numeroso da estrutura etária bra-

³ Quando o debate se instituiu, em meado dos anos 1990, o recorte etário adotado pela maior parte dos atores e das instituições foi o de 15 a 24 anos, tomando as referências das agências da Organização das Nações Unidas. Mas quando a estrutura institucional federal é criada, em 2005, toma como definição a faixa mais larga, ampliada até os 29 anos. No entanto, a maior parte dos dados consolidados pelos institutos de pesquisa se refere ao primeiro recorte.

sileira (cf. Madeira, 1998; Rua, 1998). Esse fenômeno foi (e ainda é) amplamente citado como fator constituinte da emergência da juventude na agenda pública, uma vez que acentua a pressão que os jovens exercem sobre o mercado de trabalho e os serviços oferecidos pelo Estado (educação, saúde etc.), tal como aparece no Documento-base para a I Conferência Nacional de Juventude:

Esse grupo etário nunca foi (e nem será, desde que se mantenham as tendências demográficas) tão numeroso, em termos absolutos, como é hoje. Essa onda jovem tem gerado, ao mesmo tempo, preocupação e esperança. A preocupação é porque o Estado não se preparou para receber adequadamente esse enorme contingente de jovens. A oferta de bens e serviços públicos é insuficiente para atender toda a demanda (Secretaria Nacional da Juventude, 2007).

Muitos têm buscado ressaltar a possibilidade de ver como oportunidade esse bônus populacional, apostando no retorno de contribuição que essa geração pode dar à sociedade se receber adequado investimento para o desenvolvimento.

Há, porém, quem questione o peso do argumento, alertando para o fato de que os jovens já tiveram maior peso na composição da população do país e nunca foram incorporados com facilidade ao mercado de trabalho, assim como nunca se alcançou cobertura completa dos serviços oferecidos pelo Estado, nem mesmo dos serviços educacionais (Porchmann, 2004). Fundamentadas num outro tipo de percepção, as necessidades e questões dos jovens são compreendidas como componentes da dívida social histórica que o país tem com as classes desapossadas e, particularmente, como conseqüências do modelo econômico adotado nas últimas décadas. A falta de crescimento econômico, a crise no universo laboral gerada pela

reestruturação produtiva, o “desmonte do estado pelo neoliberalismo”, a desresponsabilização do poder público com relação à questão social são entendidos como fatores de aprofundamento da desigualdade e da geração de novas formas de exclusão, num processo que atinge, especialmente, os jovens.

As altas taxas de desemprego e a precariedade da ocupação profissional dos jovens apontam as dificuldades de inclusão que a juventude brasileira tem de enfrentar: no começo da década, em 2001, a taxa de desemprego aberto estava em torno de 18% e a média brasileira era de 9,4%. Naquele ano, cerca de 3,7 milhões de jovens estavam sem trabalho, representando 47% dos desempregados do país.

Nesse sentido, tem sido chamada a atenção para a singularidade da experiência histórica dessa geração quanto às dificuldades de construir perspectivas de vida e processar a inserção social (processos constituintes da juventude) num momento histórico que se verifica o agravamento das desigualdades e da exclusão, ou seja, as dificuldades relativas a entrar numa sociedade onde cabe cada vez menos gente. Para alguns (ver, por exemplo, Abramo e Novaes) é essa experiência geracional que faz com que os jovens tenham passado a ocupar “o centro das questões que comovem o país” (Instituto Cidadania, 2004).

Em todos os documentos e diagnósticos, os dados indicando as diferentes situações de exclusão, assim como de risco e vulnerabilidade social, são os mais acionados para compor o quadro de questões da juventude e de argumentos a respeito da urgência em desenvolver repostas que a resgate dessas situações. A questão da vulnerabilidade e do risco é entendida tanto pela chave do resultado de processos cumulativos de exclusão como pela de características comportamentais associadas à idade: “Exibir acentuada vulnerabilidade à formação de hábitos e padrões de compor-

tamento de risco, bem como à morte por causas externas e a formas diversas de morbidade – devido à maternidade precoce, uso de drogas, acidentes de trânsito, violência física, AIDS” (Rua, 1998).⁴ É possível dizer que essas são as questões que polarizam o empenho de enfrentamento tanto por parte do governo como por parte dos atores que desenvolvem projetos de ação social dirigidos a jovens. Uma série de indicadores tem sido construída para definir e permitir a focalização desses segmentos como alvos prioritários de ação pública.

A questão do envolvimento dos jovens com a violência, como autores e vítimas, aparece como o tema mais dramático na composição das questões. Os dados de mortalidade, tomados como os principais indicadores desse envolvimento, iluminam o tamanho do problema e se tornam parte constitutiva do argumento central a partir do qual as ações dirigidas aos jovens podem ganhar legitimidade como alvo a ser atingido. A preocupação com o tema cresce, é onipresente, e sua magnitude torna-se eloqüente. Em 2002, a Unesco publicou documento apontando que a taxa de homicídios entre a população juvenil era de 54,5 para cada 100.000, contra 21,7 para o resto da população. Os principais atingidos são os jovens do sexo masculino, negros e moradores de regiões com pouca infra-estrutura e presença de grupos criminosos. O envolvimento com o crime e, principalmente, com o narcotráfico é uma das principais faces do problema, seguido da suspeição e repressão por parte dos aparatos policiais, que constitui outra fonte de relações violentas. Outro dado significativo revela que mais de 50% das pessoas com privação de liberdade no país têm entre 20 e 29 anos.

Há, contudo, crescentemente, preocupação em não construir uma abordagem da juventude como problema e, principalmente, não reforçar a estigmatização que se abate sobre certos seg-

mentos juvenis. Embora muitos setores permaneçam ancorados numa perspectiva de abordagem criminalizadora da juventude (em alguns casos, num processo de radicalização, como atestam os ataques ao ECA⁵ e as proposições de redução da idade de responsabilidade penal), outros buscam respostas novas para o dilema de enfrentar o problema sem transformá-lo na única maneira pela qual os jovens aparecem como merecedores de atenção por parte da sociedade e do Estado, sem transformar os jovens pobres na versão atualizada das “classes perigosas”. Afirmações são desenvolvidas para reforçar a necessária ampliação do escopo do foco da atenção do Estado e produzir uma abordagem fundada no cumprimento dos múltiplos direitos, construindo pontes e conexões entre as políticas estruturantes e aquelas emergenciais e compensatórias, e para superar a reprodução da abordagem dicotômica estabelecida no país a respeito da juventude.

No entanto, essa é, ainda, uma das polêmicas mais profundas na formatação do entendimento sobre a necessidade de políticas para jovens. Boa parte do esforço atual de construção dos novos programas e das novas políticas para jovens acontece com base nesse paradigma. Há, muito disseminado, entendimento de que é na vulnerabilidade e exposição aos riscos que reside a singularidade da juventude e que por isso devem ser geradas políticas específicas. Isso pode ser visto neste trecho de recente e importante documento de avaliação de um programa federal dirigido aos jovens:

Recentemente, no entanto, a demanda por políticas para juventude tem um sentido mais preciso, em que o ‘problema da juventude’ se articula em torno de segmentações socioeconômicas, raciais e de classe, das mudanças recentes no mercado de trabalho e da associação entre violência e falta de oportunidades de educação e trabalho. Neste sentido, trata-

⁴ Ver, também, documentos mais recentes, como o capítulo V do livro Brasil: o estado de uma nação, publicado pelo Ipea, em 2005, e organizado por Fernando Rezende e Paulo Tafner.

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, marco legal de referência aos direitos da infância e adolescência.

se agora de uma demanda por ações focalizadas, uma vez que o público-alvo das mesmas tende a ser definido em termos de 'necessidade, pobreza ou risco' (Cardoso et al, 2006).

É importante ressaltar que, como já anunciamos acima, começam a ganhar atenção as informações que permitem mapear as diferenças e desigualdades entre os jovens. Os atores juvenis do campo têm insistido para que a juventude rural não fique apartada do debate sobre os diagnósticos e as proposições políticas. Embora representem apenas 19% da população juvenil brasileira, persistente presença de atores significativamente consolidados têm logrado superar essa invisibilidade e pontuar suas questões, que abrangem, simultaneamente, diferenças internas (por exemplo, as existentes entre jovens de famílias de pequenos proprietários rurais e os trabalhadores assalariados) e semelhanças com questões vividas pelos jovens do meio urbano.

Outras singularidades também ocupam espaço: as diferenças raciais, sobre as quais o debate começa a se ampliar da denúncia das desigualdades para a formulação de ações afirmativas que permitam resgatar a dívida histórica, e as questões de gênero, que ganham ampliação de enfoques a partir da militância de grupos de jovens mulheres que propõem inflexões novas em temas como os dos direitos sexuais e reprodutivos. Além desses, há os temas emergentes ainda incipientes, mas que têm logrado conquistar atenção significativa a partir de uma forte militância de pequenos grupos, como os relativos à liberdade de orientação sexual e aos grupos com deficiência. Outra dimensão que envolve um esforço de explicitação quando se trata de pensar os parâmetros para a elaboração de políticas é a da consideração das diferenças nas faixas etárias internas à categoria juventude, principalmente no que diz respeito à diferença entre adolescentes e jovens adultos.

Para a composição do quadro de necessidades e questões da juventude são tomados, com larga margem de importância, os dados sobre a situação educacional, principalmente os que permitem indicar os avanços e as entraves na elevação da escolaridade da juventude brasileira, que apresenta índices bem abaixo dos de outros países do continente: na média, menos de oito anos de estudo.

Nesse tema, é coincidente a constatação do avanço na cobertura educacional e nos anos de escolaridade com relação às gerações passadas (o número de estudantes passa de 11,7 milhões em 1995 para 16,2 milhões em 2001). Entre 1995 e 2001, o número de pessoas de 15 a 24 anos que freqüentavam a escola cresceu 38,5%, o que corresponde ao acréscimo de 4,5 milhões de jovens à condição de estudantes.

Mas, mesmo assim, o país ainda não oferece aos jovens oportunidades adequadas para a educação. Há problemas de oferta de educação pública nos graus médio e superior, persistindo dificuldades para que amplas parcelas de jovens perseverem na trajetória escolar, assim como graves problemas de qualidade do ensino.

Apesar do crescimento de freqüência, mais da metade dos jovens (em torno de 60%) já não está na escola. No ano de 2005, 18,4 milhões de jovens entre 15 e 29 anos não haviam concluído o ensino básico e não estavam freqüentando nenhuma escola. Desses, 12,5 milhões não tinham sequer concluído o ensino fundamental. Apenas a metade, aproximadamente, chega ao ensino médio. Além disso, a defasagem idade/série permanece como grave problema, atingindo cerca de 60% dos jovens estudantes.

Na maior parte dos documentos, trata-se de verificar em que medida o direito fundamental à educação está sendo atendido, além de examinar de que modo as diferenças de acesso à educação são condicionadas pelas desigualdades (e as reforçam) existentes entre os diferentes segmentos juvenis.

A relação com a escola varia com a situação de classe, sexo, raça/etnia, local de moradia e momento do ciclo de vida: a renda familiar tem relação muito direta com as possibilidades de continuidade de estudo; os jovens negros têm menor escolaridade que os brancos (uma diferença de cerca de 1,7 anos); a frequência à escola diminui da infância e primeira adolescência para a juventude (enquanto 94,7% das crianças freqüentam alguma instituição de ensino, o percentual dos jovens ente 15 e 17 anos que freqüenta a escola é inferior a 50% na maior parte das unidades da Federação). Mas são os rapazes que parecem encontrar maiores dificuldades no percurso escolar: não só são a maioria dos jovens analfabetos, como apresentam escolaridade menor que a das moças. E são os jovens que vivem no campo os que menos estudam.

Parte da crítica identifica que o movimento de reordenação do sistema educativo, que trouxe alterações curriculares e correção de fluxo, produziu um aumento da oferta desprovido de qualidade e de condições de funcionamento da escola pública (Sposito, 2003). Desse modo, não apenas o aumento da escolaridade, mas também a reversão da qualidade do ensino aparecem como metas amplamente consensuais a serem atingidas para o cumprimento do direito dos jovens.

Há polêmicas, porém, no entendimento do peso que a escolaridade tem no processamento da inclusão social dos jovens desta geração. Se é a educação universalmente entendida como dimensão fundamental e prioritária para a vida dos jovens, há posições lembrando que ela tem perdido sua força como garantia de inclusão e vetor de mobilidade social, assim como muitos atores chamam a atenção para o fato de que não satisfaz a todas as necessidades e demandas da vida dos jovens. Continua sendo, sem a menor sombra de dúvida, o campo de maior investimento público no que se refere aos jovens.

A maior parte do debate a respeito do trabalho dos jovens está voltada para a discussão sobre as razões do desemprego e seus efeitos na vida dos jovens, tais como as decorrências relacionadas ao envolvimento com as situações de risco, especialmente as atividades ilícitas e a criminalidade. A compreensão generalizada da questão baseia-se na associação entre pobreza da família e a necessidade dos jovens buscarem trabalho, tomando tais dados como indicadores da desigualdade social.

Embora haja fartura de dados a esse respeito, ainda há questões pouco visíveis e debatidas nesse tópico. Em primeiro lugar, a constatação da importância que o tema do trabalho assume para a juventude brasileira, majoritariamente vinculada ao mundo do trabalho (Guimarães, 2005). Essa é uma das dimensões a partir da qual as diferenças entre adolescentes e jovens se evidenciam: conforme avança a idade, diminui o número de estudantes e aumenta o de jovens envolvidos com o mundo do trabalho. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2005, a condição de estudante mostrou-se válida para 81,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos e para 31,6% do grupo dos jovens entre 21 e 24 anos. Contrariamente, a taxa de jovens economicamente ativos (trabalhando ou procurando emprego) aumenta de 52% entre os adolescentes para 81% na faixa dos 18 aos 21 anos e para 92% entre os de 21 a 24 anos.

São muito comuns as percepções de que os jovens trabalham por necessidade de garantir a sobrevivência, que a condição de trabalhador atinge mais fortemente os mais pobres e menos escolarizados e que, quando podem, os jovens retardam a entrada no mundo do trabalho. No entanto, há dados que levantam outras questões. A porcentagem de jovens que são economicamente ativos gira em torno de 80% em quase todas as faixas de renda. As exceções ficam com os extre-

mos: 73% entre os jovens de mais baixa renda e 72% entre os de renda mais alta. Já quando se considera o nível de escolaridade, as mais altas taxas de jovens na população economicamente ativa (PEA) estão entre os de mais baixa escolaridade (84% entre os jovens com até a quarta série do ensino fundamental) e os de escolaridade mais alta (82% entre aqueles que têm o ensino superior). As maiores desigualdades aparecem com relação à possibilidade de encontrar trabalho e à qualidade do trabalho encontrada: nessa faixa etária, o índice de desemprego aumenta na proporção inversa à renda (cai de 47% nas duas primeiras faixas de renda para 27% na última). O mesmo com relação à escolaridade: somente entre os jovens com ensino superior é que a proporção de jovens trabalhando supera (quase dobra) a de desempregados ou procurando emprego: 54% trabalhando, 22% já desempregados e mais 6% procurando o primeiro emprego.

No entanto, ainda é tímida a preocupação com a qualidade do trabalho dos jovens, uma vez que o debate fica polarizado entre posições que defendem o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho – enquanto se completa sua escolarização – e os que buscam afirmar a perspectiva de garantir o direito ao trabalho.

Nos últimos anos, o que emerge como maior preocupação é o segmento dos que não estudam nem trabalham, – definido como a população em situação de maior exclusão e vulnerabilidade –, que se transformaram no público-alvo prioritário para as ações emergenciais e as políticas sociais.

Há, revelada por estudos qualitativos e pelas demandas de grupos juvenis de conformação cultural, uma crescente percepção da importância das dimensões da cultura e sociabilidade na vida dos jovens que devem ser consideradas para a formulação das políticas. Na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, 15% dos entrevistados participavam de algum gru-

po de jovens, sendo que 7% deles participavam de grupos de música, dança e teatro. Em 2003, um mapeamento realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo identificou que dos 1.609 grupos com participação de jovens, 35,8% dedicavam-se a formas diversas de manifestações artísticas.

As interpretações que ganham peso no país entendem que o lazer apresenta-se:

Como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. [...] No espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e re-significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural. [...] Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social. As diferentes práticas de experiência coletiva em espaços sociais públicos de cultura e lazer podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios onde se processam experiências e se produzem subjetividades (Dayrell; Brenner; Carrano, 2005).

Porém, ainda é pouco incorporada a idéia de que a dimensão cultural deve ser tomada como direito a ser garantido. Geralmente, é vista como meio de aproximação do público juvenil por meio do uso de linguagens desenvolvidas no interior das culturas juvenis ou como elemento de desenvolvimento de recursos pedagógicos no interior de programas de formação para os jovens. Assim, atividades culturais para jovens têm sido valorizadas como bons instrumento para elevação da auto-estima, para afirmação do

protagonismo juvenil e, em grande medida, como recurso de anteparo ao envolvimento dos jovens com a violência.

Com relação ao tema da participação, há, ainda, uma visão cindida – ou pelo menos dúbia – na sociedade brasileira. Por um lado, se manifesta a preocupação com a baixa participação dos jovens, assentada numa percepção ainda muito difundida sobre uma apatia e um desinteresse político existente nesta geração. Por outro lado, e esta é a principal percepção entre os atores que compõem o campo do debate a respeito das políticas de juventude, há a constatação da existência de uma grande vontade de participar, da diversidade de formas que a participação pode ter e do papel protagônico que os jovens têm assumido e podem assumir na definição das repostas que o país deve formular. Nesse sentido, tem crescido muito a predisposição para acolher a participação dos jovens, embora com muitas limitações.

Algumas informações permitem ver que um número significativo de jovens tem participado de espaços de mobilização e debate: em 2003, o 48º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) reuniu 15 mil estudantes, sendo que 10 mil eram delegados que representavam alunos de todo o país. A Conferência Nacional de Juventude, convocada pela Câmara Federal e realizada em Brasília, em 2004, reuniu 2 mil jovens, de várias partes do país. O Festival Nacional da Juventude Rural, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 2007, reuniu 5 mil jovens. Os acampamentos dos fóruns sociais locais e mundial têm reunido milhares de jovens no Brasil, chegando, na última versão do Acampamento Intercontinental de Juventude (AIJ), em Porto Alegre, a 35 mil jovens.

Várias pesquisas recentes têm a amplitude da diversidade dos motes de participação dos jovens. O mapeamento realizado pela Prefeitura de São Paulo, que identificou a existência de 1.609 grupos

com participação juvenil, revelou que mais da metade deles (52,1%) é formada exclusivamente por jovens e que em 46,4%, embora também haja adultos, eles formam a maioria. Além do grande número de grupos, chama a atenção a diversidade de motivações que levam à organização desses grupos. A maior parte (35,8%) se reúne em torno de diferentes manifestações artísticas, mas parcelas significativas se reúnem em torno da religião (14,4%), do lazer (13,7%), da ação social (12,6%), dos esportes (7,3%), da política partidária (6,9%), da educação (3,1%), da etnia (2,1%), da sexualidade (1,3%) e de pessoas com deficiência (0,7%).

1.3 AS DEMANDAS DOS JOVENS

Além das identificações das questões e necessidades dos jovens apontadas pelos dados estatísticos constantes nos diagnósticos, é possível produzir, também, um levantamento sobre as demandas e os desejos expressos pelos jovens brasileiros. Podemos contar com duas vertentes de informação: por um lado, demandas identificadas em situação de pesquisa (o que poderia ser interpretado como desejos dos jovens), captadas em processos de consultas, pesquisas quantitativas e qualitativas. Por outro, as demandas expressas por diferentes tipos de atores juvenis, as expressões públicas de atores coletivos em espaços sociais e políticos, tanto aquelas publicizadas em cartas, documentos, mobilizações e ações de pressão pública por entidades, organizações e movimentos juvenis, como as listas de reivindicações resultantes de processos de consulta/construção de pautas coletivas por integrantes de grupos, entidades e associações juvenis, tais como nos seminários e oficinas do Projeto Juventude, do Vozes Jovens, de fóruns municipais e outros tipos de fóruns e redes, seminário nacional etc.

As questões que podem ser desenvolvidas aqui, principalmente para investigar até que ponto as demandas dos jovens têm orientado a construção das pautas públicas, são: até que ponto esses níveis coincidem e quais as diferenças entre os diversos planos de formulação? Quais ganham legitimidade e força social? A quais o Estado busca responder? Quais são as assumidas e incorporadas por outros atores? Quais são as polêmicas existentes em torno delas?

Para levantar o que aparece como preocupação, interesse ou desejo (que poderiam ser considerados como informações para perceber as demandas latentes) dos jovens brasileiros, podemos lançar mão dos resultados de duas pesquisas feitas recentemente: Perfil da Juventude Brasileira, realizada, em 2003, pelo Instituto Cidadania no bojo do Projeto Juventude, e Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, realizada, em 2005, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Pólis. Embora tenham usado metodologias e universos diferentes (a primeira realizou pesquisa quantitativa com 3.500 jovens de meio rural e urbano, em pequenas, médias e grandes cidades; a segunda realizou pesquisa quantitativa com 8 mil jovens e pesquisa qualitativa, com rodas de diálogos, envolvendo 913 jovens de sete regiões metropolitanas), as duas nos dão informações sobre os jovens em geral, que podem ser confrontadas com aquelas advindas dos processos que envolveram os jovens organizados ou dispostos a participar dos processos de debate e consulta.

A primeira observação feita a partir da leitura cotejada dos resultados das duas pesquisas é que há conclusões muito semelhantes. São coincidentes os resultados sobre o que mais preocupa os jovens: violência (e outras questões relativas à segurança) e desemprego (e outras questões relativas às dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho) ocupam primeiro e segundo lugar nos dois

levantamentos; a continuidade dos estudos e a qualidade da educação, drogas, miséria e saúde são outros problemas referidos, mas têm ordens diferentes de citação em cada uma delas. Por outro lado, educação, trabalho e cultura e lazer aparecem como temas que interessam e mobilizam os jovens.

Também é coincidente a análise de que as demandas se configuram mais no campo das questões sociais que na dimensão relativa às liberdades políticas, indicando que a experiência histórica da geração que vive a juventude na passagem do milênio inclui, no seu âmago, as dificuldades relacionadas à inserção social. Como foi observado no relatório final da pesquisa Ibase/Pólis:

A pouca enunciação espontânea a demandas por garantia de direitos civis, tais como aquelas que se relacionam com o direito à participação na vida pública, e a forte referência a demandas sociais insatisfeitas atestam o estágio de espoliação urbana ao qual a maioria dos jovens está submetida. Nesse contexto, o que se evidencia é que a consciência de direitos para esses jovens é mais imediatamente percebida no plano da 'questão social' do que na esfera dos direitos relacionados com a vida cívica e as liberdades fundamentais (Ribeiro; Lânes; Carrano, 2005).

A interpretação dos dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira também caminha nesse sentido:

Pode-se dizer que os jovens estão antenados com seu tempo histórico, em que muito do debate político e das mobilizações sociais e disputas se produzem em torno dos direitos sociais, ameaçados de diferentes modos pelas transformações desencadeadas na esfera da economia e da política nos últimos anos (Abramo, 2005a).

Com relação às demandas apresentadas por organizações, movimentos juvenis em processos de discussão, fóruns etc., é

preciso dizer que, a partir dos anos 1990, começam a ocorrer encontros de jovens vinculados a certos setores para estruturar possíveis formas de organização e participação no interior de organizações mais amplas ou para debater temas específicos, prática já comum nos setores estudantis (que contam com uma série de redes e estruturas de articulação local, regional e nacional, como congressos da UNE, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes – e das correspondentes entidades estaduais; Conselhos Nacionais de Entidades de Base – Coneb; encontros de estudantes universitários por áreas etc.).

Entre as organizações religiosas, essa prática também é mais consolidada. Desde 1995, a Pastoral da Juventude, por exemplo, discute políticas públicas para a juventude. No campo sindical, o processo se inicia em meado da década de 1990: o primeiro encontro nacional da juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ocorre em 1996, apesar de ter se intensificado mais recentemente. No meio rural, o processo parece mais consolidado, com encontros periódicos e documentos elaborados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado (Fetrafe) etc.

Outros segmentos e movimentos têm iniciado processos de encontro e debate, como o da juventude negra, que realizou, este ano, sua segunda conferência, e o movimento hip hop, que já realizou dois encontros nacionais no interior do Fórum Social Mundial.

Nesses encontros, além do levantamento de bandeiras específicas dos jovens, ocorrem processos de formação política, discussão das bandeiras mais gerais do setor ao qual estão vinculados e de temas gerais da política nacional.

Por outro lado, durante toda a última década, foram realizados encontros de redes de ONGs envolvendo jovens atendidos em seus programas e/ou pertencentes a grupos comunitários apoiados por elas (por exemplo, a iniciativa da Fundação

Kellogg, que resulta no Redes e Juventudes). Ao mesmo tempo, encontros, oficinas e seminários promovidos por agências internacionais, como aquelas ligadas à ONU, também incluíram a participação de jovens em projetos desenvolvidos por ONGs, principalmente nos temas de saúde e sexualidade, meio ambiente, direitos humanos, prevenção à violência, gênero e raça. Tomadas como referências de demandas para políticas públicas e ações da sociedade civil (embora, nesse caso, envolvendo mais adolescentes que jovens propriamente), as pautas dos encontros são, fundamentalmente, os projetos envolvendo o protagonismo de jovens.

Esses processos, de linhas paralelas, produziram listas de demandas e propostas ainda pouco desenvolvidas e explicitadas e muito timidamente publicizadas. Poucas geraram processos significativos de mobilização ou reivindicação pública.

Foi a partir do ano 2000 que ocorreram, mais intensamente, certas experiências de encontros de grupos e organizações juvenis, oriundos de diferentes setores, em duas vertentes: em torno do debate e da criação de canais para políticas públicas e juventude, como já assinalamos anteriormente, e em torno das lutas anticapitalistas, como os acampamentos dos fóruns sociais – mundial, brasileiro e do Nordeste.

Para termos uma rápida visão a respeito desse conjunto de demandas, usamos como fonte um relatório elaborado por um grupo de trabalho do Conjuve com base nos seguintes documentos: Projeto Juventude (Instituto da Cidadania, 2004); Vozes Jovens (Banco Mundial, 2004); Seminários e Audiências Públicas do Plano Nacional da Juventude. A primeira observação nesse relatório é:

A demanda principal é a demanda de inclusão social, sendo a escola e o trabalho considerados como fundamentais para essa inclusão. Nesse sentido, a garantia de uma educação pública de qualidade para todos aparece como a grande demanda prioritária.

A desigualdade no acesso à educação é citada como fator fundamental de manutenção de outras desigualdades.

A importância do tema educação pode ser percebida, também, pela ordem e pelo volume de itens relacionados ao tema na maior parte dos documentos resultantes dos processos de consulta das demandas juvenis: é sempre a primeira mesa nos processos de debate, o primeiro item nos documentos e o que reúne maior quantidade de reivindicações e contribuições.

O trabalho, no entanto, tem ocupado lugar cada vez maior nas demandas, mas de um modo diferente do ocupado pela educação. Com menos clareza e insistência na ordem das reivindicações, o desemprego aparece como um dos fatores mais importantes a denunciar a precariedade em que se encontra a juventude, explicitada pelas altas taxas de desemprego entre os jovens. Desse modo, são acionadas diversas bandeiras articuladas à busca de enfrentamento do desemprego, particularmente a necessidade de criar mecanismos para a superação das discriminações sofridas pela condição juvenil, como a questão da inexperiência que dificulta o acesso ao primeiro emprego. Demandas de apoio ao empreendedorismo juvenil e às alternativas de economia solidária estão cada vez mais presentes nas reivindicações. Aparecem, também, demandas relacionadas à possibilidade de articulação entre escola e trabalho – muito fortemente, a de educação profissional pública e de qualidade.

É importante notar que, associados a essa questão, documentos dos atores juvenis têm apresentado, de forma destacada, a demanda por crescimento econômico ou por outro modelo de desenvolvimento, afirmando que a resolução das questões dos jovens só pode ser processada se considerada nessa perspectiva.

Outra grande demanda diz respeito à participação dos jovens em várias dimensões, principalmente a de participar

das decisões e do controle das políticas públicas.

A demanda por transporte aparece constantemente, com expressões variadas na cidade e no campo: ½ passe para estudantes; ½ passe para jovens; ½ passe para estudantes ou jovens para atividades além da escola; passe livre; garantia de transporte rural para a escola; transporte para circulação entre propriedades e municípios no meio rural, necessário para trabalho e sociabilidade; passe livre para pessoas que não conseguem primeiro emprego etc.

A demanda por cultura se traduz em demanda por equipamentos culturais diversificados e com infra-estrutura; manutenção dos equipamentos existentes; incentivo e valorização da produção cultural dos jovens; formação e capacitação na área da cultura; possibilidade de apostar na cultura como modo de inserção econômica; descentralização das ações e dos equipamentos culturais (inclusão das periferias); apoio para intercâmbio cultural; democratização do acesso à cultura.

No tema relacionado ao esporte e lazer, são citados a criação de espaços e programas dirigidos aos esportes praticados pelos jovens; a ampliação de áreas de lazer; programas voltados para desenvolvimento e não só para competição ou especialização; espaços e programas no meio rural e nas periferias das cidades.

Com relação a esse ponto, é preciso dizer que se há congruências entre as muitas necessidades identificadas pelos diagnósticos, entre as demandas latentes captadas pelas pesquisas e aquelas expressas publicamente pelos jovens, há também alguns deslocamentos de peso e ângulos entre os diferentes planos. Por exemplo, a questão do trabalho aparece, aqui, como tema mais demandado que enfrentado por atores juvenis e gestores. Os temas relacionados à cultura e ao direito à circulação ainda não aparecem como pontos tão sensíveis ou urgentes entre os jovens nem como temas dignos de maior atenção por parte dos gestores.

2. SITUAÇÕES-TIPO ESTUDADAS

Para verificar, com mais cuidado, o sentido dessas demandas, analisaremos os estudos de situações-tipo nas quais elas se ancoram. No caso do Brasil, decidimos eleger seis situações, descritas a seguir, com o objetivo de investigar as questões aqui assinaladas.

2.1. MANIFESTAÇÕES DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO ÔNIBUS

A Revolta do Buzu – Salvador – Bahia – agosto e setembro de 2003

JÚLIA RIBEIRO DE OLIVEIRA E
ANA PAULA CARVALHO

A série de manifestações em resistência ao aumento do valor da tarifa do transporte público, de agosto a setembro de 2003, em Salvador, conhecida como A Revolta do Buzu, foi protagonizada, principalmente, pelos estudantes secundaristas, em sua maioria das escolas públicas da cidade, e incorporou estudantes de nível universitário, de cursinhos preparatórios para vestibular e de ensino técnico.

Esse movimento surpreendeu pela massividade (reuniu cerca de 20 mil estudantes) e pelo vigor com que foi sustentado. Manteve-se por aproximadamente 20 dias, com assembléias e manifestações públicas (concentrações e passeatas), paralisando vias principais de circulação, causando alto impacto na vida da cidade e nas suas relações políticas. É considerado um marco na história local das organizações, dos grupos estudantis e dos jovens que dela fizeram parte, sobretudo pelo grau de envolvimen-

to dos manifestantes e da repercussão e amplitude alcançadas. Essa manifestação se vincula, também, a outras semelhantes ocorridas em outras capitais brasileiras, revelando forte disposição de mobilização dos jovens estudantes em torno da demanda do direito à circulação.

Além da reivindicação pelo congelamento da tarifa, outras necessidades foram levantadas, como extensão da meia passagem para os estudantes nos fins de semana, feriados e férias; garantia da meia passagem para estudantes de cursos pré-vestibulares, supletivos e pós-graduação (mestrado e doutorado); gratuidade da primeira via do cartão de meia passagem (Smart Card); revitalização do Conselho Municipal de Transporte e melhoria dos transportes.

Vários atores estiveram envolvidos, principalmente entidades estudantis de amplitude regional e nacional (UNE, Ubes e a Associação dos Estudantes da Bahia – Abes), os grêmios das escolas estaduais e as organizações político-partidárias, como as juventudes partidárias e as organizações de inspiração anarquista. Houve divergência sobre a condução do movimento, o que revela diferenças de postura política e de compreensão sobre a definição da demanda, o caráter da representação e o sentido político do acontecimento. A divergência revelou-se, fundamentalmente, na postura em torno da negociação da demanda com o poder público local: parte das lideranças (ligadas às entidades gerais e aos partidos políticos) decidiu aceitar a proposição do poder público, posição não aceita por muitas lideranças locais e pela massa dos estudantes que continuaram a mobilização, que se esvaizou, depois de muitos dias, sem lograr o atendimento da reivindicação.

A identificação da questão do transporte como política que abrange toda a família – e a sociedade de modo geral – foi um dos principais argumentos utilizados e o que fez os estudantes sustentarem as manifestações por tanto tempo e receberem grande apoio da população. Os trabalhadores, de maneira geral, professores e até mesmo alguns policiais e motoristas de ônibus reconheciam a importância do ato, mesmo diante do imenso transtorno causado na cidade.

2.2 OS TRABALHADORES JOVENS DO CORTE MANUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR

Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão

JOSÉ ROBERTO PEREIRA NOVAES

A expansão recente da agroindústria canavieira – ao combinar mecanização e trabalho manual – ampliou a demanda de trabalho temporário, procurando para o corte manual da cana, o trabalhador migrante sazonal, principalmente os jovens rapazes, que são potencialmente mais produtivos. O foco do estudo desta situação tipo são esses jovens, pertencentes a famílias de agricultores pobres do Nordeste, onde as oportunidades de trabalho são escassas. Por isso, migram e buscam na safra da cana uma oportunidade concreta de obter renda para si e assegurar a sobrevivência da sua família na agricultura. Sua demanda é, centralmente, a de trabalho.

O corte manual da cana é um trabalho duro e extremamente desgastante. O padrão de produtividade das usinas im-

põe a cada trabalhador o corte de 10 toneladas de cana por dia. Para cumprir a meta, o corpo precisa de resistência física, daí a necessidade de trabalhadores jovens nos canaviais. O ritmo de trabalho é alucinante: os trabalhadores ficam no limite da capacidade física, os problemas de saúde pelo excesso de trabalho se agravam e não são raras as ocorrências de acidentes fatais. As demandas, nesse sentido, dizem respeito às condições de trabalho e se configuram, também, no desejo de um trabalho melhor. Não há, aqui, identidade ou organização ancorada na categoria juventude, a não ser em situações e dimensões circunscritas (sociabilidade nas regiões de origem, marcas corporais, desejos de consumo e expectativas de mudança de vida que carregam consigo). Os atores com que se relacionam são os Sindicatos de Empregados Rurais e a Pastoral dos Migrantes.

É importante salientar que os jovens migrantes canavieiros – com ou sem participação sindical ou em movimentos sociais – se relacionam com dois conjuntos de demandas: o trabalho na agricultura familiar e o trabalho assalariado.

Mesmo sem a existência de um ator juvenil envolvido nesta situação-tipo, a escolha se justifica pela atualidade do debate público que tem colocado em pauta a produção do etanol e seus benefícios como fonte energética e que, via de regra, não se detém na questão do trabalho (do fator humano) nas plantações canavieiras. Por outro lado, jovens trabalhadores assalariados da cana são quase invisíveis no debate sobre políticas públicas de juventude. Se os jovens rurais já se ressentem do lugar que seus problemas específicos ocupam na hierarquia das

demandas juvenis, podemos dizer que a juventude dos trabalhadores assalariados da cana é recorrentemente ignorada.

2.3 GRUPO DE HIP HOP

A Família do Morro do Bom Jesus (FMBJ) – Caruaru – Pernambuco

ROSILENE ALVIM E ADJAIR ALVES

O hip hop tem se desenvolvido como uma das mais expressivas e vigorosas culturas no interior da qual se organizam os jovens vivendo em situação de exclusão e discriminação na sociedade brasileira. Apesar de ter aparecido (e ainda ser majoritariamente) como um fenômeno ligado aos jovens negros das periferias das grandes metrópoles do Sudeste do país, extrapola, hoje, esses contornos e se torna referência e canal de expressão também para jovens de outras regiões e configurações urbanas. A Família MBJ surgiu no início dos anos 2000, em um bairro pobre da cidade de Caruaru, no interior de Pernambuco, estado do Nordeste do Brasil, como uma espécie de comissão coordenadora de uma dúzia de grupos de hip hop do bairro.

Sua demanda principal é a inclusão e o reconhecimento social, buscando, fundamentalmente, a superação da discriminação e da exclusão por serem pobres, negros e moradores de regiões socialmente desprestigiadas. Porém, essa demanda congrega várias outras, como educação mais inclusiva e de qualidade, acesso a um trabalho digno, condições para a produção e expressão cultural, possibilidade de construção de uma perspectiva de vida que não seja minada pela violência (criminal e policial).

As formas de atuação estão fundadas, principalmente, na expressão artística (o *rap*, os grafites, o *break*), por meio da qual expressam demandas, denúncias e visão de mundo, visando construir alternativas centradas, principalmente, na busca por conquista/melhoria/transforma-

ção de equipamentos para o atendimento de suas necessidades (escola, centro cultural, cursos profissionalizantes) e de outros jovens da comunidade. Seus interlocutores são, nesse sentido, autoridades e representantes do poder público local. Há, também, uma forte relação de conflito com as forças policiais, e o tema da violência sofrida é constante.

2.4 TRABALHADORES DO TELEMARKETING E A DEMANDA POR TRABALHO

Demandas de jovens no mundo do trabalho urbano: jovens, sindicato e trabalho no setor de telemarketing

CARLA CORROCHANO E ÉRICA NASCIMENTO

O setor de telemarketing é um dos que mais têm crescido, nos últimos anos, no bojo das mudanças provocadas pelo avanço das tecnologias da informação, pela privatização dos setores de telecomunicação e adoção da terceirização. Representa um nicho de mercado de trabalho para os jovens, principalmente para aqueles oriundos de famílias de baixa renda e que lograram alcançar uma escolarização maior que a de seus pais, concluindo o ensino médio. O trabalho como operador de telemarketing representa, muitas vezes, o primeiro emprego formal e se configura como uma saída para a forte demanda por um trabalho que permita a conciliação com a continuidade dos estudos (em função da jornada ser de 6 horas). As duras condições e a desvalorização do trabalho (ritmo intensivo, alto nível de estresse, assédio moral, baixos salários), porém, engendram lutas sindicais específicas e abrem a discussão sobre a qualidade do trabalho e a demanda por um trabalho decente, ainda pouco desenvolvida no campo de debate sobre a juventude.

Os atores presentes são os sindicatos da categoria (existem dois em São Paulo. O escolhido para a pesquisa foi

o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing – Sintratel –, que se apresenta como um “sindicato tão jovem quanto sua categoria”) e os coletivos juvenis das centrais sindicais, principalmente a CUT, à qual o Sintratel é filiado. Foram analisados, neste estudo, tanto a expressão das demandas dos jovens trabalhadores como a dos sindicalizados e suas lideranças jovens e adultas. O resultado permite constatar as mesmas polêmicas e os mesmos debates que marcam o cenário nacional a respeito do tema do trabalho para os jovens, revelando, principalmente, que a configuração das demandas e do entendimento do trabalho como um direito dos jovens está, ainda, em processo de disputa e formatação.

2.5 FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO – FJRJ

ANA KARINA BRENNER

Desde meado dos anos 1980, vem se compondo um campo de ações de organizações da sociedade civil (principalmente ONGs, mas também entidades ligadas a movimentos sociais e entidades empresariais) voltado para crianças e adolescentes em situações variadas de desvantagem social (principalmente, os moradores de favelas e bairros das periferias urbanas), que desenvolve “projetos sociais” de diferentes escopos, mas centrados na perspectiva de um “resgate das situações de vulnerabilidade e risco” e no oferecimento de alternativas de inclusão e desenvolvimento de vínculos de cidadania. Nos últimos anos, aumentou o número de projetos desse tipo voltado para jovens e cresceu o envolvimento desses atores no campo do debate a respeito das políticas de juventude.

O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (FJRJ) se estruturou, no início dos anos 2000, com a perspectiva de congrega r militantes e jovens atendidos pelas entidades responsáveis por esses

projetos, participar dos debates e incidir na formulação de políticas. Na formação atual, congrega dez entidades com presença mais permanente, além de um número não preciso de colaboração eventual. Tem como principais bandeiras a discussão sobre as políticas públicas de juventude e a participação dos jovens em espaços de definição e elaboração dessas políticas. Além de participar de certos âmbitos onde tal debate se desenvolve, realiza, periódica e itinerantemente, “Encontros de Galeras”, com o objetivo de desenvolver a discussão dos temas e das demandas com os jovens em locais próximos aos bairros onde eles moram.

As demandas dos jovens que participam de projetos, a forma como elas têm sido consideradas no debate público e de que modo a constituição de um ator como FJRJ tem possibilitado que os jovens se configurem como sujeitos de participação política na definição das políticas a eles dirigidas são questões desenvolvidas nesse estudo.

2.6 O ACAMPAMENTO INTERCONTINENTAL DA JUVENTUDE (AIJ) DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM): EXPERIÊNCIA DE UMA NOVA GERAÇÃO POLÍTICA

NILTON BUENO FISCHER, ANA MARIA DOS SANTOS CORRÊA E MÁRCIO AMARAL

O Acampamento Intercontinental da Juventude foi um espaço organizado por jovens durante a realização das edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Foi, em primeira instância, proposto como um modo de garantir e ampliar a participação dos jovens nesse importante acontecimento dos movimentos empenhados na afirmação da possibilidade da transformação do mundo. Porém, caracterizou-se, na sua realização e posterior proposição, como um território juvenil de práticas e experiências dos mais diversos grupos e movimentos juvenis em torno de

diferentes demandas na direção de “um outro mundo possível”. Surpreendeu pela capacidade de convocação (reuniu 2 mil jovens na primeira edição, em 2001, e 35 mil na quinta edição, em 2005) e pelo vigor utópico, ensejando o desenvolvimento de uma série de proposições experimentadas na prática, tais como a democracia direta, a economia solidária e a auto-gestão.

Reuniu diversos movimentos e grupos juvenis: partidos e movimentos associados a um posicionamento político de esquerda, MST, entidades de representações estudantis e sindicais, pastorais da juventude, jovens de militâncias e organizações autônomas ligadas a temáticas sociais e culturais específicas (movimento hip hop, *punks* etc.), jovens de movimentos antiglobalização e anticapitalistas, diversos grupos de inspiração anarquista etc. O acampamento favoreceu a convergência desses diferentes grupos, mantendo sua identidade e seu posicionamento, sem criar uma síntese única, mas uma leitura diversificada, fortalecida por meio de práticas sociais alternativas ao capitalismo que foram amplamente discutidas e postas em voga, caracterizando um espaço de congruência de intencionalidades e, ao mesmo tempo, de diálogo de diversidades.

O ator estudado nessa pesquisa foi o Comitê Organizador do Acampamento (COA), formado por jovens de diferentes comissões de organização do acampamento e cerca de uma dezena de jovens do estado do Rio Grande do Sul, responsáveis pela organização de todas as edições nacionais, assim como pela sistematização da experiência. Eles acabaram por constituir um grupo com demanda e proposição política próprias, o que deu formação à experiência dos acampamentos.

O presente relatório foi elaborado com base nas informações e reflexões elaboradas nesses seis relatórios de situações-tipo desenvolvidas no Brasil. Cada uma delas foi desenvolvida por uma equipe diferente, em uma cidade diferente. Apesar da pers-

pectiva e do roteiro de investigação comuns, cada uma das situações foi pesquisada de um modo singular, em função da peculiaridade do caso e dos recursos disponíveis. Alguns obstáculos e, principalmente, a limitação de tempo impuseram a necessidade de realizar recortes e rearranjos no planejamento original. Em alguns casos, entrevistas desmarcadas em cima da hora não puderam ser, de novo, programadas. Algumas contaram com maior possibilidade de pesquisa documental, segundo a existência de fontes mais ou menos disponíveis. Outras tiveram que fazer uma reconstrução histórica, por se tratar de fato ocorrido há alguns anos, ou contaram com material de outras relações de investigação, devido à relação do pesquisador com o objeto ser de longa data.

Em alguns casos, a disputa pelas versões e interpretações do fato investigado exigiu cuidados redobrados e ocupou boa parte do esforço interpretativo. Também é importante dizer que cada equipe de investigação apresentou um tipo de problematização, que tentaremos apresentar no decorrer deste relatório. As citações a esses estudos aparecerão com as referências do autor e do ano indicados na bibliografia. Para mais detalhamentos, podem ser consultados os relatórios dos respectivos estudos.

O esforço de investigação e análise apresentados neste relatório, com base nos estudos das situações acima descritas, estão voltados para compreender as demandas dos jovens e as características dos atores que as sustentam: como se expressam tais demandas e que mobilizações engendram; que atores as sustentam, que tipo de organização e com que identidade as sustentam; como são ou não absorvidas pela sociedade, que apoios e oposições desencadeiam, como são ou não respondidas pelas políticas públicas dirigidas aos jovens (PPJUV); quais os temas recorrentes, as diretrizes divergentes, em que redes se constituem, que relações de apoio e oposição encontram.

Outros pontos importantes de investigação e reflexão estão relacionados às seguintes indagações: de que modo esses atores e suas demandas ostentam uma identidade ou acento juvenil e qual é o peso e sentido desse conteúdo. No exame dessas questões, tentaremos, também, localizar as invisibilidades e interdições existentes, as polêmicas de interpretação e de proposição de respostas, tanto em termos das políticas como das possibilidades de organização e mobilização.



3. ANÁLISE CONSOLIDADA DAS SITUAÇÕES-TIPO

3.1 CONSTITUIÇÃO E IDENTIDADE JUVENIL

Uma das primeiras questões que se impuseram, no exame das situações-tipo, a partir da proposição da pesquisa, estava relacionada à identidade juvenil dos atores em foco: quais atores se caracterizam como juvenis? Até que ponto essa identidade é central ou ancora a atuação pública? Os segmentos podem ser recortados com base nessa categoria? Que sentidos e que valoração os atores aqui considerados dão à identidade juvenil?

Pode ser interessante tentar compreender o que os diferentes estudos nos dizem a respeito da “constituição juvenil” nos diferentes planos (da composição do segmento, da identidade social e da identidade acionada politicamente pelos atores) e refletir sobre em que medida as demandas aqui estudadas se apresentaram ou não como demandas juvenis – ou da juventude –, assim como sobre o lugar da juventude no cenário da mobilização social e política atual. A observação de alguns elementos caracterizadores dos segmentos também pode nos ajudar a desenvolver o debate sobre as desigualdades existentes entre as diferentes juventudes, além de possibilitar a identificação de pontos e traços comuns que permitam falar de uma condição juvenil e de uma experiência geracional singular. Dessa forma, poderemos pensar na possibilidade de constituição de direitos e plataformas comuns.

No conjunto configurado pelos segmentos das situações-tipo aqui estudadas, a constituição “estatística” da composição ou presença dos jovens é evidente, a não ser no caso dos trabalhadores de cana, no qual a constituição etária é menos majoritária e visível, apesar de crescente. Por

outro lado, é possível verificar que, fundamentalmente, trata-se de jovens dos “setores populares”, com exceção dos que acorrem ao Acampamento Intercontinental da Juventude e se dedicam à sua organização, onde parece predominar os jovens das classes médias.

A idade das lideranças os localiza como jovens, a não ser no caso do Fórum do Rio de Janeiro, onde os que “puxam” o fórum já não se caracterizam como jovens, mas como educadores, técnicos, militantes etc. Porém, de forma geral, as lideranças têm, atualmente, uma idade um pouco mais elevada que a média do segmento (embora no começo da constituição da organização ou na mobilização em foco, no caso da Revolta do Buzu e da FMBJ, estivessem na mesma faixa).

Para além da localização etária, quase todos os sujeitos estudados pela pesquisa se sentem jovens e se identificam como tais, ou assim acontecia no momento em que ocorreram os eventos estudados, com exceção dos trabalhadores de cana. No entanto, há matizes e problematizações importantes nessa identificação juvenil que merecem ser vistas com cuidado. Assim, desde já, torna-se necessário ressaltar a existência de possíveis diferenças nesse aspecto entre as lideranças e os demais jovens entrevistados em algumas das situações-tipo.

De modo geral, os jovens entrevistados (nem sempre os líderes) valorizam a juventude e seus atributos, relacionados a um conteúdo que remete a um senso comum: ser jovem é ter mais disposição, saúde e ânimo, poder viver a diversão, ter um futuro pela frente, namorar, ter mais relações com amigos, ter posturas e sentimentos ligados à alegria, ao desejo e à possibilidade de experimentar e se aventurar.

Os entrevistados citam, também, questões negativas, como drogas e violência, crime e narcotráfico, assim como a falta de oportunidades, principalmente de trabalho. Em várias situações, aparece o fato de enfrentarem visões negativas na sociedade e em suas relações mais diretas (comunidades, ambiente de trabalho, famílias) por serem associada à irresponsabilidade e falta de experiência. No caso do hip hop, a questão ganha relevância, pois os jovens se sentem profundamente discriminados e “apartados” pela associação negativa estabelecida entre juventude, pobreza, raça e condição de moradia.

Entre as lideranças entrevistadas, do ponto de vista do conteúdo da identidade juvenil, o senso comum citado acima é compartilhado. No entanto, outro “senso comum da esquerda” é agregado: ser jovem é ter rebeldia, questionar e ter disposição para participar e propor transformações. Partilham, também, a visão de que a maioria da atual geração de jovens “traí” essa “essência” juvenil, pois, como “filhos do neoliberalismo”, se mostram acomodados, consumistas, competitivos, ideologicamente aprisionados pela mídia etc. Essa visão contém uma derivação, que entende a juventude como um “produto do capitalismo”, consumidora de um tipo específico de consumo ligado ao lazer, à indústria cultural e à indústria da moda.

No caso dos atores estudados, a identidade juvenil está presente de um modo ou de outro (com exceção daqueles implicados com os trabalhadores migrantes sazonais para o corte da cana), embora deva-se lembrar que nem sempre essa é a identidade preferencialmente acionada e valorizada politicamente. Em

certos casos, existem tensões em torno da oportunidade de fundamentar aí sua expressão política.

Alguns se constituem e se apresentam explicitamente como atores juvenis, como é o caso do Sintratel, do hip hop, do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro e dos que militam em torno do Acampamento Intercontinental da Juventude, configurados no COA – embora, nesse caso, haja uma modificação que transforma o sentido dessa identidade.

Em resumo, pode-se dizer que, nas diferentes situações-tipo estudadas, a composição social do segmento é evidente ou majoritariamente “juvenil” em termos da caracterização etária – o que não significa que a identidade social central seja necessariamente essa, nem que a identidade política ostentada nos processos de organização e mobilização esteja aí ancorada. Ou seja, nem sempre os atores que expressam publicamente a demanda do segmento são jovens e, mesmo que sejam, nem sempre se apresentam politicamente como tais. Isso implica perceber que não é necessariamente com atores com esse recorte que os jovens vão procurar estabelecer identificações ou conexões na forma de redes, plataformas etc., embora em vários casos isso aconteça.

Os manifestantes da Revolta do Buzu, na cidade de Salvador, em 2003, eram, principalmente, estudantes secundaristas e pertencentes aos setores populares. A mobilização foi deflagrada e sustentada basicamente por estudantes das escolas públicas, recebendo, posteriormente, o apoio de estudantes das escolas particulares, de estudantes universitários e de ensino técnico.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2003, haviam 181.234 estudantes matriculados no ensino médio público na cidade de Salvador e grande parte desse contingente é oriunda de famílias de baixa renda (das classes C, D e E). Além disso, dados do IBGE de 2005 mostram que, na Região Metropolitana de Salvador, 39,4% das famílias são sustentadas somente por mulheres, e os jovens se deparam com a necessidade de complementar a renda doméstica, quando não são os próprios provedores do sustento de suas famílias.⁶

Os dados de pesquisa da Unesco de 2002 indicam que mais da metade (62,6%) dos estudantes secundaristas de Salvador tinham, naquele ano, mais de 18 anos de idade; indicam, também, que 54,4% deles são mulheres e que apenas 17,3% se declaram brancos (42,2% se declaram negros e 30% mestiços) (Abramovay; Castro, 2003).⁷

As imagens (as fotografias e o documentário em filme) do episódio da Revolta do Buzu tornam essa caracterização evidente: são rostos de jovens de classes populares, muitas meninas, a maioria negros ou afrodescendentes, os que mais aparecem nas mobilizações e nos microfones das assembléias, com símbolos e gesticulação que revelam referências culturais diversas que vão da história da esquerda (a imagem de Che Guevara, um livro sobre 1968) ao hip hop (atestado pela forma típica de gesticulação ao fazerem suas declarações). A mobilização foi deflagrada e sustentada, principalmente, por estudantes das escolas públicas, recebendo, posteriormente, o apoio de estudantes das escolas particulares.

As lideranças entrevistadas também apresentam caracterização semelhante: podemos ver que, na época do acontecimento, a idade estava entre 14 e 27 anos e que a origem social era variada: alguns pais com profissões de nível universitário (como engenheiros) e outros com inserções bastante precárias. Com relação ao gênero, apesar da visível im-

portância da participação feminina nas mobilizações, apenas quatro dos entrevistados são mulheres.⁸

No caso da Revolta do Buzu, a identidade dos atores acionada pública e politicamente é, em primeira instância, a estudantil, embora a auto-identificação como jovens seja também bastante manifesta (é possível ver isso nas imagens e declarações da época, registradas no documentário, e também nas entrevistas, nas quais o termo juventude aparece espontânea e freqüentemente ao lado do de estudante). Mas há duas tensões importantes que devem ser ressaltadas aqui: a primeira é que boa parte dos integrantes do movimento consideram que a força e a importância residem no fato de terem apresentado uma demanda que não era apenas juvenil ou estudantil, mas de toda a sociedade. A segunda é que as perguntas a respeito de “ser jovem” geraram estranhamento entre os entrevistados (lideranças do movimento), como se isso não tivesse nenhuma importância na recuperação do sentido do acontecimento, sendo que alguns deles também expressaram a opinião de que essa classificação “apequena” seu significado.

Há possibilidades distintas de interpretação desse estranhamento, mas pode ser interessante aventar algumas pistas: em que medida a identidade estudantil contém ou suplanta a identidade juvenil na constituição dos atores? A identidade estudantil é mais antiga e amplamente aceita e reconhecida na sociedade brasileira, muito mais que a “recente” categoria juvenil, como constituinte de uma alteridade política. Exemplo disso é que a UNE tem assento em mesas de negociação e conselhos de controle de políticas há mais tempo e com mais conforto que outros “atores juvenis”. Por outro lado, é importante levar em conta a existência de clivagens em função da composição dos campos políticos locais: talvez, a resistência de certos atores a se reconhecerem como uma categoria juvenil tenha a ver com o desejo de não compor com os ato-

⁶ Retirado do site da SEI: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2007. Fonte: SEC/MEC/Inep.

⁷ A pesquisa apresenta a seguinte distribuição etária entre os alunos matriculados no ensino médio em Salvador: 10, 6% entre 14 e 15 anos; 26,8% entre 16 e 17 anos; 26,1% entre 18 e 19 anos; e 36, 5% com mais de 20 anos.

⁸ Essa sub-representação é, em parte, resultado de imprevistos no planejamento inicial da pesquisa, mas também denota o desequilíbrio entre a participação das mulheres na base e nos cargos de direção das entidades estudantis (ver Oliveira; Carvalho, 2007).

res que acionam tal identidade (aqueles que, hoje, estão integrados ao Movimento pelo Passe Livre – MPL –, por exemplo, não têm nenhuma identidade com os atores que, ligados a certas ONGs e a fundações empresariais, acionam o tema da juventude em Salvador). De todo o modo, resta uma tensão entre a valorização da identidade estudantil e a identidade “popular”, que se relaciona, como veremos, com a divergência de visões a respeito do conteúdo central da demanda e da condução estratégica do movimento.

Os trabalhadores de *telemarketing* são, predominantemente, jovens e muitos encontraram no setor o primeiro emprego. Segundo os dados da PNAD de 2005, os operadores de *telemarketing* na faixa dos 16 aos 24 anos representam 52% do total de trabalhadores do setor. Alargando-se para a faixa de 15 até 29 anos, chegam a 72,5%. A categoria é, também, predominantemente feminina (70% do setor) (Oliveira Júnior; Trevisan, 2006).

De modo geral, os operadores são membros das classes populares, cujos pais estão ligados a profissões de baixa especialização e tiveram pouco acesso à educação formal ou ampla. O nível de escolaridade é, para a maior parte, de ensino médio, sendo que em torno de 22% dos atendentes têm nível superior.

Essa grande presença de jovens constitui o setor como um “nicho” para a juventude no mercado de trabalho:

De acordo com Selma Venco (2006), a contratação da mão-de-obra juvenil neste setor se explicaria por conta da baixa exigência de qualificação formal (ensino médio concluído e conhecimento básico de informática) da parte das empresas, enquanto que, da perspectiva dos jovens, o atrativo do setor está na jornada de trabalho semanal de 36 horas, que os permite, aparentemente, conciliar o trabalho com os estudos. [...] Para os empregadores, a justificativa para a alta contratação de mão-de-obra juvenil está na facilidade de adequá-la

às condições de trabalho, além disso, atribui-se aos jovens maior capacidade de assimilar o treinamento básico necessário (cuja duração é de cerca de 4,4 semanas) e, principalmente no caso daqueles oriundos de famílias de baixa renda, de suportar as pressões para o cumprimento de metas de atendimento. [...] Do ponto de vista dos contratantes, profissionais ligados às classes de maior rendimento não teriam predisposição para se submeter às situações de pressão para o cumprimento de metas (Corrochano; Nascimento, 2007).

Entre os jovens trabalhadores entrevistados, a idade média ficou nos 23,4 anos: *Como parte do jogo de identidades, todos os entrevistados se consideraram jovens – uns por conta da idade, alguns pelos sentimentos com relação à vida, outros por causa das práticas de lazer e brincadeiras –, do mesmo modo que foram unânimes em argumentar que também possuem características de adultos, sempre as relacionando às suas atividades de trabalho ou sindicais (Corrochano; Nascimento, 2007).*

Para os sindicalizados, assim como para as lideranças, a média de idade sobe um pouco: 27,6 anos. Esse é um dos fatores mais significativos para a identificação juvenil como ator em relevância. O Sintratel teve, inclusive, sua diretoria ocupada por sindicalistas bastante jovens.⁹ É nesse contexto que essa identidade passa a ser “ostentada” explicitamente, implicando em renovação de bandeiras, formas de atuação e linguagem. Esse é, na verdade, um ponto no qual se apóiam: conhecem as demandas, a linguagem e a postura dos jovens, podem produzir identificação com eles. Baseiam, também, sua valorização no interior do movimento sindical nessa identidade/capacidade, tornando-se referência para o trabalho com juventude dentro da CUT.

⁹ O presidente dessa gestão tinha, então, 23 anos. Foi ele que se tornou, também, o primeiro presidente do coletivo de juventude da CUT.

O Sintratel, na verdade, se apresenta como “um sindicato tão jovem quanto sua categoria”, e a identidade juvenil é tomada como elemento de afirmação da sua singularidade como ator, como marca da especificidade de atuação e como mote de conquista de espaço político:

Ser um ‘sindicato jovem’, na interpretação dos membros do Sintratel, significa ser uma entidade formada por jovens e ter estes como público-alvo. Mais do que isso, denota o desenvolvimento de um tipo de atuação que é constituída e expressa valores, comportamentos, práticas sociais e modos de sentir e pensar o mundo que estão associados diretamente à condição juvenil. Isso implica uma espécie de compreensão ‘essencializada’ da capacidade de representação: no entendimento de suas lideranças, só sendo jovens os dirigentes conseguem expressar, se comunicar e mobilizar os jovens trabalhadores (Corrochano; Nascimento, 2007).

Outros atores desse campo também assumem a identidade juvenil como um recorte específico na organização sindical: os coletivos juvenis de sindicatos de outras categorias e das centrais sindicais, como o Coletivo Nacional de Juventude da CUT e a Força Jovem da Força Sindical. No entanto, é importante registrar que, para as lideranças sindicais juvenis ligadas à CUT (como era o caso do Sintratel), a identidade juvenil é secundária com relação à identidade de classe. Seu campo de atuação e articulação principal é, portanto, o sindicato, a partir do entendimento de que as especificidades da juventude trabalhadora são significativas e devem ser incorporadas, mas, assim como as temáticas de gênero, sexualidade e raça, são secundárias diante da luta capital *versus* trabalho.

Na situação relativa ao corte da cana, não há dados precisos que comprovem, mas há percepção da existência de um processo de “juvenilização” da mão-de-

obra entre os trabalhadores do corte manual nas grandes empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo. Em função dos padrões de produtividade exigidos, a força física dos jovens aparece como um dos critérios de contratação, ainda que não assumido explicitamente pelos contratadores. A presença juvenil se faz visível nos rostos e nos símbolos ostentados nos corpos desses trabalhadores, como documentado em imagens registradas pela equipe de pesquisa no campo de trabalho. Em pesquisa anterior, realizada em 2005, foi feito um levantamento em um grupo de carteiras de trabalho (1.269 carteiras) entregues pelos trabalhadores a uma empresa de contabilidade, na cidade de Cosmópolis, para a finalização do contrato temporário de trabalho (procedimento realizado no fim da safra da cana). A observação das datas de nascimento dos trabalhadores revelou que 47,4% deles tinham entre 17 e 25 anos e 16,8% entre 26 e 29 anos.

As características dos jovens entrevistados para esta pesquisa confirmam as outras indicações sobre o segmento: são, na grande maioria, migrantes de regiões rurais de estados do Nordeste do país, de famílias de agricultores, com pequenas propriedades (ou arrendando pequenas extensões de terra) que encontram imensa dificuldade para se manterem como unidades produtivas; algumas famílias venderam suas terras e vivem em periferias de cidades da região de origem, em busca de trabalho no campo ou na cidade, que é extremamente escasso em ambos os casos. São quase todos homens, alguns casados e com filhos.¹⁰ Têm baixa escolaridade, a maioria não completou o ensino fundamental; quase todos ingressaram precocemente no mundo do trabalho, na maior parte das vezes, no trabalho agrícola da família.

Assim como no caso do *telemarketing*, esse setor acaba aparecendo como uma espécie de “nicho de trabalho” para jovens com baixa escolaridade e baixo

¹⁰ Quanto às jovens que migram, a maior parte vai para ajudar os maridos na “reprodução do cotidiano”, cuidando da roupa e da comida. Algumas aspiram encontrar um trabalho complementar em outros setores e uma oportunidade de retomar os estudos.

capital social (respeitadas as diferenças entre um caso e outro). Como esclarece José Roberto Pereira Novaes:

Entre tais trabalhadores migrantes há outro aspecto diferenciador: ser jovem faz diferença. O que não significa apenas ter força, resistência física. Significa, também, ter uma específica disposição para o trabalho alavancada pelo momento do ciclo de vida quando – via de regra – prevalece a busca, o desejo de ‘ser alguém na vida’, motivação indispensável para os jovens enfrentarem a rotina e a disciplina no trabalho. Afinal, para esses jovens, filhos de agricultores nordestinos, o trabalho é o único caminho para a realização de projetos pessoais e familiares.

Certamente o critério etário não é claramente explicitado pelos arregimentadores de mão-de-obra. Porém, não é difícil comprovar a hipótese de que a idade tornou-se um critério no recrutamento de mão-de-obra para o corte da cana. Trata-se de uma evidência que salta aos olhos: nos ônibus que saem do Nordeste para as usinas de São Paulo, nos canaviais e nos alojamentos das usinas (Novaes, J., 2007).

Com relação à identidade juvenil, no caso desses trabalhadores, parece haver uma situação dual. Nas cidades de origem, se ainda solteiros, vivem com suas famílias e são considerados jovens, com hábitos de sociabilidade e lazer bastante caracterizadores dessa condição. No período em que estão no interior de São Paulo como trabalhadores sazonais, praticamente perdem essa identificação, que só se manifesta, com pouca explicitação, como vimos, na força física e em certas marcas corporais, assim como na disponibilidade para um controle acentuado do empregador. Vivendo por seis meses em alojamentos coletivos nas periferias das cidades da região produtora de cana, não constroem laços de convívio

nem de identidade com os jovens residentes nesses bairros (muitos deles, filhos de trabalhadores migrantes que já se estabeleceram na região e buscam oferecer alternativas de trabalho e de vida para a segunda geração). Tal identidade também não é acionada pelos atores presentes: nem sindicatos nem pastorais os agregam segundo esse reconhecimento (ao passo que alguns deles participam de grupos de jovens, inclusive da Pastoral da Juventude, nas cidades de origem). Nenhum deles tem espaço ou trabalho dirigido especificamente aos jovens, embora atendam e incorporem jovens em suas atuações.

Ainda que não tenhamos dados estatísticos que possam nos dar informações mais precisas sobre aqueles que se articulam em torno do hip hop ou têm nele suas referências, sabemos que ele diz respeito, principalmente, a “jovens negros moradores de bairros periféricos”. Não temos, também, estatísticas sobre a população juvenil dos bairros do Morro do Bom Jesus e do bairro do Centenário, da cidade de Caruaru, mas o levantamento feito por esta pesquisa com os jovens do grupo que compõem a Família MJB (13 jovens dos dois bairros citados, cada um de um grupo de *rap*) indica que a idade varia entre 18 e 29 anos, sendo que a maioria tem até 21 anos. Apenas dois não se consideram afrodescendentes e apenas um integrante é mulher. Cinco deles já não estudam e o grau de escolaridade, baixo, varia: há uma divisão, quase igual, entre os que não concluíram o ensino fundamental, os que já concluíram o ensino médio e os que ainda estão cursando esse nível de ensino. Nenhum deles chegou à universidade. Apenas três têm vínculo empregatício e salário fixo, e cinco deles já têm filhos.

A identidade juvenil é forte entre os integrantes do hip hop. Está articulada às identidades de raça, de condição econômica e de local de moradia, dizendo respeito ao “conjunto de sua vida”: nomeiam-se, o tempo todo, como jovens

(pobres, pretos e da periferia). No esforço de produzir a reversão da valoração negativa que enfrentam na sociedade, a auto-afirmação funciona como instrumento que inclui a valorização da etnia, do pertencimento social e da identidade etária.

As identificações e oposições ajudam a perceber a singularidade juvenil. Apesar de afirmarem o pertencimento à comunidade (à periferia, nos seus termos) e à raça e etnia negra, e ancorarem nesses conjuntos os elementos de valorização e as lutas contra a discriminação, também assinalam nesses conjuntos o enfrentamento de tensões intergeracionais: citam preconceitos e desvalorizações vividas no interior da comunidade e com os familiares, além de relatarem dificuldades de relação com outros atores do movimento negro. Por outro lado, se “comparam”, para evidenciar contrastes e desigualdades, a outros jovens: aqueles de classe média, a playboyzada. Para eles, a identidade juvenil faz parte de um conjunto “integrado” e deixa pouca margem para identificação com uma noção genérica de juventude. Isso permite a relação com aqueles segmentos juvenis que também se localizam numa condição social semelhante (para os quais o termo “periferia” confere identidade) ou numa perspectiva de transformação próxima à deles (se não está muito evidente no caso da FMBJ, a citação da presença de grupos de hip hop em outros movimentos e outras articulações – como no caso do AIJ – aponta para isso).

No caso do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, o segmento que os organizadores buscam mobilizar, representado no público que convocam para os Encontros de Galeras, é o dos jovens das comunidades, ou jovens da periferia, de setores sociais populares, de baixa renda, moradores de locais com índices sociais de pobreza e violência. Nesse sentido, muito parecido com a caracterização social do segmento implicado no estudo do hip hop. A idade daqueles que estão

ligados aos projetos desenvolvidos pelas ONGs, assim como dos jovens das comunidades que são convocados para os Encontros de Galeras, varia entre o início da adolescência e a primeira metade da casa dos 20 anos. Já as lideranças que mantêm e conduzem o FJRJ são, geralmente, uma década mais velhos, ocupando a posição de educadores, técnicos ou militantes das ONGs, numa condição de já adultos, salvo duas exceções – dois militantes de entidades diferentes, um com 17 e outro com 24 anos de idade.

Com relação ao ator, a identidade juvenil está expressa no nome, embora haja ambigüidade interna: as lideranças que puxam e dão organicidade ao fórum, que definem as atividades, não são os “jovens dos projetos”, segmento que buscam organizar e expressar, mas os educadores das ONGs que, na maioria, já se identificam como adultos. No entanto, o espaço que buscam ocupar é o estruturado em torno do apelo à identidade juvenil: o de representantes dos jovens das comunidades no processo de formulação de políticas públicas para jovens. Assim, o estudo identifica a existência de certo constrangimento provocado pela diferença de idade (manifestado mais pelos próprios adultos do que pelos jovens), e pelo deslocamento nessa identidade. Essa tensão, no entanto, pode encontrar resolução na medida em que os espaços para o processamento desse debate têm sido definidos como espaços não puramente de representação dos jovens, mas como espaços intergeracionais de formulação e controle sobre as políticas de juventude. Porém, outra questão permanece relevante aqui: na “divisão” de posições, em que medida os jovens do projeto, em vez de protagonistas, não estão constituídos como público-alvo do fórum?

No caso do Acampamento Intercontinental da Juventude, a situação é diferenciada. Não temos dados a respeito do perfil etário nem socioeconômico dos acampados, mas as observações apontam para grande diversidade de origem

social, cultural e de tipo de militância dos jovens que acamparam ao longo de suas cinco edições, com a presença, até mesmo, dos outros segmentos aqui estudados: jovens de movimentos estudantis, do hip hop e outros grupos culturais, de entidades sindicais urbanas e rurais, do MST, jovens de projetos desenvolvidos por ONGs e de redes articuladoras desses projetos, das juventudes partidárias, de pastorais religiosas, de movimentos anarquistas e anticapitalistas, de punks etc.

Uma observação de uma militante do hip hop (e integrante do COA) no III AIJ, quando aconteceu, no interior do acampamento, a Cidade do Hip Hop, pode ser ilustrativa dessa questão: para ela, a maioria dos jovens que participava do acampamento era de classe média e universitários; também é significativa a afirmação de que “trazer o jovem negro, favelado e ativista do movimento hip hop para dentro do Fórum Social Mundial, para o acampamento, foi difícil”. Nesse sentido, a proposta da constituição da Cidade do Hip Hop foi a de dar mais visibilidade aos jovens da periferia, tirando-os do posto de ouvintes das discussões e colocando-os como participantes.¹¹

A composição dos integrantes do Comitê Organizador do Acampamento (o ator estudado pela pesquisa) vai nesta direção: além dessa militante do hip hop, moradora de um bairro de periferia de Porto Alegre, os outros componentes são, quase todos, estudantes universitários de classe média, com larga experiência de militância no movimento estudantil ou em partidos de esquerda (principalmente o Partido dos Trabalhadores – PT) e, alguns, quando surge e se desenvolve a proposta do AIJ, com cargos na máquina pública de governos populares do Rio Grande do Sul. Boa parte deles tem pais com inserção militante, com história no movimento estudantil e/ou nos partidos de esquerda.

Com relação à identidade juvenil dos atores, o caso do AIJ tem de ser compreendido com mais detalhes. A iden-

tidade está no mote e na convocação do acontecimento, expressa no nome e com uma elaboração conceitual a respeito registrada em documentos. Passa, no entanto, por uma transformação ao longo do tempo, com base em questionamentos provocados pelos integrantes do COA, que acabam por substituir o termo pelo de “nova geração política”. O termo juventude, de todo modo, continua sendo usado – e com destaque – em toda convocação e expressão pública do acontecimento.

Na primeira formulação, no documento de convocação do primeiro AIJ, há uma localização conceitual da juventude como o momento da vida em que se faz escolhas, inclusive as ideológicas, fundamental para viver experiências e debates políticos que incidam sobre o posicionamento político. É a juventude, genericamente, a chamada a se congrega e a se mobilizar contra o capitalismo e o neoliberalismo, pelo papel que pode desempenhar no FSM por meio da afirmação dos valores da solidariedade e da participação. No documento convocatório do segundo AIJ, a ancoragem na singularidade política da juventude também é explícita e aparece como fundamento de sua proposta: afirmam que “a juventude tem seu próprio tempo, sua pauta e seu próprio modo de se expressar”.

O desenvolvimento da proposta do acampamento, que vai alargando e transformando sua perspectiva, torna mais complexas as definições e convocações da juventude (em determinado momento, por exemplo, busca convocar mais explicitamente jovens engajados de setores populares, tanto urbano como rural). Mas traz, sempre, o objetivo de dar à sociedade uma visibilidade diferencial da juventude (como veremos a seguir), propiciar uma experiência política relevante e desenvolver formas de atuação para o segmento definido como juvenil.

A partir de certo momento, a oportunidade de se ancorar no conceito de juventude é questionada por integrantes

¹¹ Depoimento de Malu Vianna para Thais Zimbwe (ver Zimbwe, 2005).

do COA com base no entendimento da juventude como uma “criação” funcional para o capitalismo e a cultura do consumo, e também por não desejarem se manter na “posição subordinada” que o termo confere dentro das organizações mais amplas: “E esse termo juventude é muito capitalista. A juventude é uma criação do capitalismo, a gente está querendo romper com esse sistema”.¹² A reflexão apresentada pelo COA era de que essas conceituações de juventude já não serviam para definir a experiência que vivenciavam, uma vez que o protagonismo no acampamento ia além da questão etária. Nesse sentido, percebia-se um esgotamento do termo.

É possível aventar que o distanciamento relacionado à identificação com a “categoria juvenil” também se relaciona com as tensões desenvolvidas com outros atores que acionam a identidade juvenil (como aqueles ligados aos partidos políticos), num processo semelhante ao mencionado no caso de Salvador.

Os integrantes do COA desenvolvem reflexões sobre o conceito de “nova geração política” baseadas, principalmente, na noção de uma postura política diferenciada, que inclui princípios como a horizontalidade nas relações, a prática da democracia direta e o valor da experimentação e da ação direta como modo de concretizar as formulações ideológicas. Em 2005, no quinto AIJ, é esse termo que passa a ser usado nos documentos. Porém, é preciso notar que, a despeito dessa elaboração dos integrantes do COA, o termo juventude ainda permanece vigente na identidade dos atores que constroem os acampamentos, refletido, em primeira instância, na própria permanência do termo na denominação do acampamento, e que também se manifesta no desenvolvimento de iniciativas de convocação de articulações fundadas nessa identidade, como demonstra a tentativa de impulsão de uma Rede Brasileira de Movimentos Juvenis.

Considerando as informações citadas acima, é possível verificar que na maior parte dos segmentos de atores estudados, a composição social refere-se ao pertencimento às “classes populares” ou a famílias de baixa renda, embora tal definição seja pouco precisa e comporte situações de recurso e qualidade de vida diferenciados. Mas, de qualquer modo, é possível dizer que é nessa localização social que esses segmentos, assim como suas lideranças, se caracterizam em quase todos os casos, com exceção do AIJ, que contém uma composição bastante diversificada.¹³ Embora não possamos tratar o universo desta pesquisa como uma amostra representativa da juventude brasileira organizada ou envolvida em algum tipo de mobilização social e política, essa constatação parece reforçar o que outras percepções já apontaram: uma mudança que vem se configurando, desde a década de 1970, com relação à origem social dos atores juvenis em cena na sociedade brasileira – da predominância de atores de classe média para a de atores de setores populares. Mesmo entre os estudantes, que protagonizaram majoritariamente a participação juvenil até os anos 1960, agora é visível a diversidade de composição social, pelo menos no caso dos secundaristas. Até que ponto isso modifica a pauta desses atores? Que novas questões são introduzidas com base nessa condição social? Isso tem relação com o peso das demandas relativas à inserção social na mobilização dessa geração juvenil?

Em geral, é possível dizer que a identidade juvenil está presente, de um modo ou outro, embora com ênfases e expressões diferentes e, em alguns casos, grande ambigüidade. Aqui cabe, certamente, a lembrança de que não há identidades únicas. Para muitos segmentos e atores, a identidade juvenil é uma dentre um conjunto de outras, embora bastante significativa para a maior parte. Assim, apesar de não ser para todos os segmentos, nem para todos os indivíduos dentro de

¹² Trecho de entrevista de um dos integrantes do COA

¹³ Embora haja jovens de “classe média” tanto entre os manifestantes estudantis como entre os dirigentes sindicais.

um segmento, a identidade juvenil é a central. No caso dos estudantes secundaristas, é bem provável que a identidade estudantil suplante ou recubra a identidade juvenil, pelo menos no momento da mobilização, acionada a partir do espaço escolar e por atores configurados como estudantes.

O “conteúdo juvenil” também pode afetar algumas dimensões da vida mais que outras: por exemplo, no caso dos trabalhadores migrantes no corte de cana, manifesta-se no âmbito familiar e no lazer, na sociabilidade entre amigos, mas não na relação com o trabalho (não se vêem nem são vistos como jovens, a não ser quando ressaltam a questão da força física que os torna especialmente “aptos” para esse trabalho).

No caso dos jovens trabalhadores de *telemarketing*, parece haver uma ambigüidade na identificação relacionada ao trabalho: ao mesmo tempo que se vêem como jovens, e ressaltam a dimensão juvenil de suas vidas (planos, comportamentos, posturas, dimensão de experimentação etc.), e como trabalhadores jovens, diferentes dos trabalhadores adultos (o que se revela, até mesmo, no modo como são tratados no trabalho ou nos sentidos que atribuem ao trabalho em suas vidas), apresentam como ressalva que o trabalho traz “atributos adultos”, como responsabilidade, possibilidade de arcar com seus gastos, prover o próprio sustento. Já entre os jovens do hip hop, o conteúdo do trabalho (ou sua necessidade) aparece incorporado à vivência juvenil: trata-se, inclusive, de encontrar caminhos no mundo do trabalho justamente a partir da potencialidade de criação juvenil.

Embora não seja consensual, é possível perceber também, no conjunto dos estudos, a relevância do elemento juvenil na composição identitária dos atores e a indicação de uma valorização dessa identidade em muitos deles. As contraposições se relacionam ao receio da desqualificação de seus propósitos pelo apequenamen-

to ou pela segmentação de uma identidade que se pretende maior e mais “fundamental” (de classe ou da sociedade), por conferir uma “distorção” a esses propósitos (o conteúdo capitalista da categoria juventude) ou, ainda, por conferir uma posição “subordinada” ao ator que assim se identifica no interior de outras organizações. Por outro lado, percebe-se que alguns atores têm buscado se apoiar nessa identidade para criar e ocupar espaços de participação política. No âmbito deste estudo, essa posição parece ser mais presente que a anterior.

De todo modo, pode-se dizer que as referências às tensões intergeracionais (presentes em todas as pesquisas) também apontam um “sentimento de pertencimento à categoria juventude”, nem que seja pela percepção de uma disputa de sentidos atribuídos a jovens ou uma disputa de espaços (laborais e políticos). No entanto, é importante ter em vista que nem sempre a questão geracional se configura na principal oposição ou no foco produtor de tensão nas relações: outras oposições aparecem, como posições de classe, outras juventudes, poder público, polícia, empresários, outros atores do próprio campo de luta, certas formas de fazer política etc.

Há, ainda com relação às diferenças entre jovens e lideranças no que diz respeito às diferentes valorações sobre a identidade juvenil, outras questões: a presença de diferença etária, mesmo pequena, entre uns e outros pode incidir nessas diferenças? O tempo de amadurecimento das lideranças briga com a identidade juvenil e coloca problemas para a continuidade da representação? Isso implica na busca de ocupação de outros espaços, não juvenis, pelas lideranças que amadurecem? Ou seja: cabe perguntar em que medida o “amadurecimento” das lideranças introduz medidas diferentes de valorização da identidade juvenil.

Essa questão remete a outro ponto, mais ligado às formas de organização, mas que também tem incidência sobre o

que estamos tratando aqui: como se faz a renovação de quadros nessas organizações que se definem como juvenis – qual é o ritmo da renovação e que implicações tem para a memória e a continuidade da organização e das lutas? Os componentes passam e a organização mantém sua identidade juvenil ou a organização muda de identidade à medida que seus integrantes envelhecem? Que implicações isso traz para a possibilidade de consolidação de estratégias de ação a longo prazo, assim como de redes que necessitam de um tempo de maturação para estabelecerem pautas e ações comuns?

É interessante reparar, por outro lado, que há congruências de percepção dos elementos constitutivos da identidade juvenil mesmo entre situações muito distantes entre si (tanto na valoração positiva quanto na negativa), indicando que a noção sobre o que é juventude encontra certa consistência social. De certo modo, pode-se dizer que juventude é, hoje, uma categoria socialmente reconhecida. Isso tem possibilitado o auto-reconhecimento dos atores nos apelos públicos a essa identidade, assim como uma resposta positiva à convocação configurada nos espaços públicos e canais de interlocução fundados nessa identidade: conferências e fóruns de juventude, assembléias juvenis dos orçamentos participativos, conselhos municipais e estaduais de juventude, o Conjuve, o AIJ e os acampamentos associados aos fóruns sociais etc.

Esses podem ser indícios de que há possibilidades de constituição de articulações entre os diferentes atores pela chave da categoria juventude, embora, provavelmente, não se incorpore todos eles.

3.2 AS DEMANDAS E O MOTE DA ATUAÇÃO

Se a identidade juvenil dos atores se impôs como questão, com relação às demandas o debate sobre essa identidade

se aprofunda. Parte significativa da reflexão e das polêmicas desenvolvidas nas interpretações das situações-tipo gira em torno da pergunta sobre a singularidade juvenil das demandas e do valor e lugar que assume tal inflexão.

Nossos relatórios trazem uma diversidade de planos pelos quais as questões das demandas podem ser lidas: as demandas sentidas e expressas pelos “jovens como indivíduos” nas entrevistas; as demandas que os atores juvenis afirmam que percebem ser as dos jovens ou que assimilam das análises a respeito das necessidades dos jovens; as demandas expressas publicamente pelos atores jovens, empunhadas como reivindicações ou bandeiras de luta. Parece interessante examinar cada um desses níveis, quando for possível. Porém, antes de passar a essa análise, é preciso reafirmar que aquilo que move os jovens a se organizar, mobilizar e atuar em espaços públicos nem sempre pode ser configurado como demandas, reivindicações ou bandeiras de luta, explicitamente formuladas na linguagem política usual.

Podemos constatar que em algumas das situações-tipo estudadas foi difícil localizar se existia uma demanda e qual era. Em alguns casos, o mote da atuação está mais vinculado à busca de conquistar espaço de participação ou visibilidade (ou transformar a visibilidade negativa) que propriamente apresentar uma reivindicação, desenvolver uma luta em torno dela ou exigir seu cumprimento. Já no caso do AIJ, por exemplo, a mobilização tem o mote de resistência ao modelo vigente de sociedade e da proposição (por meio da experimentação na prática) de uma transformação mais geral (e menos, propriamente, da apresentação de uma ou várias reivindicações).

Importante também é dizer que alguns atores não apresentam uma, mas várias demandas conjuntamente, mais ou menos articuladas entre si. Alguns têm uma demanda central, à qual outras são anexadas (como no caso dos estudantes

com a educação e dos sindicalistas com o trabalho), outros apresentam demandas indissociavelmente ligadas entre si, como parece ser o caso do grupo de hip hop. Por isso, optamos por apresentar as informações e os comentários, nesta parte do relatório, não por situação-tipo, mas por demanda, verificando se e como cada uma aparece em cada segmento, se e como é empunhada pelos diferentes atores. Isso pode nos ajudar a verificar as pistas sobre as mais freqüentes e, também, sobre as consonâncias e diferenças de abordagens.

Já sabemos, pelas pesquisas, pelos levantamentos e pelas observações anteriores, que os jovens têm diversas demandas em diferentes áreas: inclusão social, educação, trabalho, saúde, diversão, cultura; segurança, participação. Tal multiplicidade pode ser constatada e pode acrescentar elementos à reflexão a respeito do conteúdo da condição juvenil e dos modos em que seus direitos podem vir a ser definidos.

Há escalas de importância entre as demandas, que nem sempre são as mesmas para todos os segmentos e atores: algumas têm entendimento e aceitação quase consensual (como é o caso da demanda por educação), outras são polêmicas – no entendimento de seu significado, na consideração da oportunidade e justiça de serem levantadas como bandeiras e nas respostas encontradas –, como é o caso da demanda por trabalho.

Educação

A demanda por educação é a mais referida e, talvez, a única presente em todos os segmentos. Diversos tipos de questões relacionadas à educação são citados pelos atores, tanto no plano das demandas pessoais dos entrevistados como nas bandeiras explícitas e públicas, e estão incluídos nas pautas dos diferentes atores juvenis. É, também, uma das poucas demandas nas quais a expressão em termos de direito é mais constante, quase natural.

Há uma grande e generalizada valorização da educação, tanto no sentido de direito de cidadania como no de elemento fundamental para propiciar melhores oportunidades no mundo do trabalho. Há, contudo, uma crítica ao sistema educacional, que é percebido como desigual, discriminatório, distante do universo real dos jovens e carente de recursos de investimento público. Segundo Júlia Ribeiro de Oliveira e Ana Paula Carvalho:

Eles denunciam que o modelo de proteção e educação da sociedade brasileira, inserido em uma proposta de desenvolvimento econômico excludente, não garante os direitos juvenis – isto é, do indivíduo em formação, amadurecimento e momento de fazer escolhas – e pouco oferece para formação integral do jovem hoje (Oliveira; Carvalho, 2007).

No documento de convocação do primeiro AIJ, a luta contra “o desmonte da educação” pelo neoliberalismo também aparece como uma das bandeiras em torno das quais a juventude pode se congrega na luta contra esse modelo de sociedade.

O direito à educação (a partir de várias bandeiras) gera manifestações públicas, mobilizações de diferentes ordens (entre as entidades e os movimentos estudantis, evidentemente, mas também entre outros atores, como a Família MBJ, cuja primeira intervenção comunitária se fez em torno da recuperação do espaço de uma escola pública no bairro) e, normalmente, vem em primeiro lugar nas pautas e listas de reivindicações de quase todos os atores juvenis, até mesmo no caso dos atores sindicais. Significativo, nesse sentido, é o fato de que uma carta assinada por jovens de diferentes centrais sindicais (Central Geral dos Trabalhadores – CGT –, CUT e Força Sindical), apresentando dez pontos básicos para as políticas de educação e emprego no Brasil, traga em nove pontos referência à necessidade de elevação de escolaridade e educação profissional entre os jovens (Corrochano; Nascimento, 2007).

A educação é, também, elencada como tema privilegiado em todos os espaços e processos de debate sobre as questões da juventude: está presente nos encontros dos coletivos juvenis sindicais, nos Encontros de Galeras do FJRJ, no temário discutido no AIJ. A referência mais geral é a da necessidade de garantia de continuidade e ampliação da escolaridade, de mais qualidade na educação ofertada, de mais verbas e investimentos para a educação, de necessidade de uma adaptação dos conteúdos e formatos da escola à realidade dos alunos.

As demandas por educação se expressam com distintas configurações, mas se referem, principalmente, ao aumento da escolaridade, à possibilidade de acesso e permanência na escola, e à qualidade da educação a que se tem acesso. No caso dos jovens do *telemarketing*, que alcançaram o grau médio de escolarização, apresentam a demanda de acesso ao ensino superior (à universidade pública ou a mecanismos de barateamento/financiamento da sustentação de um curso em instituição privada). Com relação aos jovens canavieiros, ainda se trata da possibilidade de terminar o ensino fundamental e fazer o ensino médio.

As questões do acesso e da permanência podem se traduzir, também, em duas demandas mais concretas que aparecem em mais de uma situação com contornos variados:

- o transporte para se deslocar até o estabelecimento de ensino, na configuração de controle do preço do transporte coletivo, na meia passagem ou, ainda, no passe livre, como aparece na Revolta do Buzu, mas também em citações de jovens de outros segmentos, como no caso dos trabalhadores de *telemarketing* (esse ângulo será desenvolvido no próximo item);
- a criação de alternativas para conciliar trabalho e escola, referida a dimensões contidas nas políticas relacionadas à educação e ao trabalho e

como parte significativa dos esforços para montar estratégias de desenvolvimento de trajetórias profissionais (visíveis tanto entre trabalhadores de telemarketing, que buscam a formação superior enquanto trabalham – ou que escolhem esse setor porque a jornada de seis horas permite tal conciliação – como entre trabalhadores do corte da cana, que demandam formatos específicos de educação que abrigue os migrantes sazonais).

O vínculo da formação educacional com a perspectiva de inclusão profissional é muito grande entre os jovens entrevistados, tanto pelo fato de avaliarem as próprias condições (chances) encontradas no mercado de trabalho em função da escolaridade que possuem, como pelas expectativas e perspectivas que querem construir: a continuidade da formação escolar vista como modo de conquistar melhores oportunidades de trabalho. Essa formulação está muito presente entre os jovens trabalhadores, mas também aparece entre os jovens do hip hop.

No caso dos trabalhadores do corte de cana, que têm a experiência recorrente do abandono escolar por causa do tipo de trabalho que realizam (na agricultura familiar ou nos canaviais), há um reconhecimento generalizado da importância dos estudos, pois todos pretendem voltar a estudar. Há um grande desejo de melhor qualificação para, fundamentalmente, encontrar um emprego melhor. Nesse sentido, a demanda é por um tipo de educação que não se inviabilize por causa do trabalho. Para além de uma educação de alternância considerando os tempos das safras agrícolas, teria que ser estruturada uma alternância que incluísse a migração temporária:

Mas o ritmo e a jornada de trabalho a que estão submetidos nos canaviais provoca grande desgaste físico, que inviabiliza pelo cansaço a continuação dos estudos, mesmo diante da possibilidade dos cursos noturnos.

[...] Assim, do ponto de vista dos jovens migrantes canavieiros, a demanda por educação não se resume à garantia de vagas em escolas. Implica em garantia de transporte, mudanças de calendário escolar tradicional, grade curricular adequada e, finalmente, na implantação de um programa educacional que se estruture por módulos, que seja flexível e emergencial, que traga consigo a possibilidade dos jovens canavieiros estudarem tanto no Nordeste como em São Paulo, tanto na entressafra quanto na safra (Corrochano; Nascimento, 2007).

Entre os jovens do hip hop aparece, com muita ênfase, o direito a uma educação não discriminatória e, também, profissionalizante; uma educação adaptada à realidade dos jovens da periferia, que seja capaz de dialogar com suas referências e produções culturais. Segundo a análise apresentada no relatório, esses jovens têm consciência da importância do conhecimento como instrumento de afirmação social, mas explicitam uma decepção com a escola que podem acessar. Afirmam que essa educação não é inclusiva porque não os prepara para o mercado de trabalho, nem oferece chances reais de escolha e de desempenho de uma profissão digna. A citação de um dos entrevistados é muito elucidativa:

A escola? Bom, ela é importante, mas não para o jovem da favela, muito menos se ele for negro. Não da forma como ela está aí. Veja bem o que eu quero dizer, não é que a escola não tenha importância para mim. A questão é: o jovem da favela tem uma educação de qualidade oferecida pela escola? E educação recebida da escola é garantia para esse jovem de que ele vai arrumar um bom emprego? Não! Nem uma coisa, nem outra! Eu, por exemplo, gostaria muito de ter um emprego, ser reconhecido pelo meu trabalho. Mas qual o empresário que vai

me dar esse emprego? Que vai achar que eu tenho condição de ocupar esse emprego? Nenhum. Depois, você sai da escola, conclui seus estudos, se é filho do rico tem logo um emprego bom ou tem dinheiro para abrir seu próprio negócio. Aí, os estudos desse jovem têm importância. Mas, e o filho do pobre? Qual a condição que você tem para produzir seu conhecimento ou para pôr em prática os conhecimentos que você construiu? Culturalmente, a escola não contribui para o reconhecimento do jovem da favela. A própria forma como ela apresenta a cultura do jovem da favela é negativa ("JC", Juventude Sangrenta).

A demanda pela instalação de uma escola básica no bairro e o envolvimento na recuperação de um prédio público abandonado para esse fim foi um dos principais motes de atuação da FMBJ, instigado pelo professor que, já nesse momento, atuava como apoiador/mediador do grupo. É encarado como conquistado, mesmo que não tenha sido desenvolvido o projeto integral, o fato dos jovens idealizarem para a escola mudanças no projeto pedagógico e abertura da instituição para referências e ações dos grupos culturais dos jovens e da comunidade.

O tema da educação também aparece citado no estudo sobre o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro em três situações: como preocupação que mobiliza os jovens envolvidos nos projetos (garantia de educação de qualidade); como expressão pública, arrolada (de forma muito sintética) como uma das demandas de políticas de juventude no documento publicado pelo fórum, na forma de "espaços construídos pela e para a juventude para diversão, cultura, educação"; e como um dos temas de discussão de um Encontro de Galeras (onde foram apontadas demandas como construção de escolas, melhoria da qualidade do ensino, melhor preparação para professores).

Educação é, evidentemente, um dos principais direitos explicitados na Revolta do Buzu, na medida em que reivindica o direito à circulação para, em primeira instância, garantir o direito de freqüentar a escola,¹⁴ embora não esgote – e, segundo algumas interpretações – nem centralize o sentido desse acontecimento. Mas, de qualquer modo, os atores estão definidos pela égide dessa dimensão, sua identidade se configura a partir da relação com a educação.¹⁵ São estudantes, e seus atores trazem uma pauta bastante elaborada de demandas nesse campo.

As bandeiras dos grêmios das escolas de ensino médio que deflagraram o movimento eram, então, genericamente referidas a questões sobre a qualidade da educação e as condições de estudo, o acesso à cultura e ao lazer e, também, o direito de se organizarem nas escolas e fora delas. As bandeiras das entidades gerais, como a União de Estudantes da Bahia (UEB) e a UNE, citadas pelos entrevistados, em 2007, apesar de agregarem temas mais gerais da sociedade (como mudanças na política econômica do país e a defesa da Amazônia), estão centradas em diversos planos para assegurar ensino público e de qualidade para todos: investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação (para, principalmente, permitir a expansão de vagas nas universidades públicas e assegurar a permanência dos estudantes na universidade); defesa da universidade pública de qualidade; regulamentação do ensino privado; aprovação do Projeto de Lei 6.489/2005, que trata de mensalidades de universidade; democratização dos meios de comunicação. O *site* da UNE, atualmente, ressalta a demanda pela reforma universitária e apresenta campanhas contra a mercantilização do ensino e pelo uso do *software* livre nas universidades.

As bandeiras da UEB, em 2007, citadas nas entrevistas, são: ampliar o valor que o governo federal investe nas universidades; construção e financiamento para

quatro novas universidades estaduais; passe livre para estudantes na cidade; meia passagem nas linhas intermunicipais; controle do aumento das mensalidades das universidades privadas.

No *site* da Ubes, atualmente, encontramos as seguintes linhas de atuação: aprovação do Fundo de Educação Básica (Fundeb); inclusão obrigatória das disciplinas de filosofia e sociologia; passe estudantil; campanha pelo aumento da filiação ao sistema eleitoral do país para os jovens entre 16 e 18 anos (que não são obrigados a votar).

Comparando esse temário das entidades gerais e as manifestações ocorridas nos últimos anos que alcançaram maior adesão e visibilidade, pode ser interessante interrogar se o direito à educação mobiliza realmente quando ancorado em bandeiras mais concretas dirigidas à permanência e continuidade no sistema escolar dos jovens de setores mais despossuídos, dizendo respeito à possibilidade econômica de garantir esse direito: transporte, mensalidade, moradia, subsídio e possibilidade de cursar gratuitamente escolas de nível superior. Como diz um jovem, que foi líder secundarista: “a gente conseguia fazer uma passeata em defesa da educação, mas não conseguia manter aquela passeata noutro dia e noutro dia (Oliveira; Carvalho, 2007). Assim, ancoraram a luta numa reivindicação concreta e referida, principalmente, à capacidade econômica de sustentar o acesso à educação, e conseguiram mobilização mais expressiva.

É possível perceber que, para alguns segmentos, a demanda é, também, por uma educação que “caiba na vida” e que faça sentido para a vida juvenil. Além disso, vale observar que há dificuldades para aderir a programas educativos que exigem que o jovem volte a estruturar sua vida em função da freqüência à escola, abandonando outros âmbitos que assumem importância para eles (trabalho, produção cultural etc.).

¹⁴ Como afirma o relatório, com o aumento da passagem de ônibus, “o segmento estudantil se sentiu diretamente prejudicado em seu direito de freqüentar a escola” (Oliveira; Carvalho, 2007).

¹⁵ Como explicita a musiqueta entoada nas passeatas: “Sou, sou estudante eu sou; eu quero estudar, Imbassahy não quer deixar”.

De todo o modo, educação parece ser a demanda juvenil mais aceita e incorporada por outros atores, vista como a bandeira juvenil por excelência, para a qual existe maior número de políticas públicas e projetos da sociedade civil, mesmo que insuficientes e com diretrizes e condições de execução criticadas pelos atores.

Um exame mais detalhado das formas com que essa demanda se expressa pode ser interessante para pensar em seu significado como direito universal e, ao mesmo tempo, singular; ou, em outra chave, direito geral e, ao mesmo tempo, juvenil: educação é um direito que diz respeito a todos os cidadãos, mas é especialmente central em certos períodos da vida, como na juventude. Diz respeito a todos os segmentos de jovens e demanda uma política com dimensão de resposta universal e estruturante. Porém, para atender efetivamente as demandas concretas das diferentes e desiguais situações vividas pelos jovens, precisa considerar tais diferenças e oferecer-se com uma gama variada de execução, como atesta o caso da singularidade da demanda dos jovens migrantes sazonais. Como aponta Dina Krauskopf, é preciso que a dimensão universal esteja localizada na idéia de um direito universal a ser garantido de forma específica, segundo as distintas e desiguais situações nas quais vivem os jovens, e não em uma noção de situação universalmente homogênea de juventude, centrada na possibilidade de viver a moratória (dedicação à preparação), que não se realiza para todos os jovens, porque isso acaba por gerar novas situações de exclusão (Dina Krauskopf apud Abramo, 2005).

Demanda por circulação

É interessante verificar que o direito à circulação, que por vezes se estende à idéia de direito à cidade, tem aparecido de forma crescente entre os jovens. É o mote de algumas das mais expressivas manifestações públicas desencadeadas por jovens do país nos últimos anos, embora

essa formulação de direito à cidade seja de apenas alguns atores. Está, historicamente, ligada à demanda por direito ao transporte para estudantes. No caso aqui estudado (Revolta do Buzu), o que parece ter começado como uma derivação do direito à educação ganhou significado mais amplo, embora controverso, como veremos a seguir.

As discussões relativas ao passe livre e à meia passagem já constavam como demandas históricas das organizações estudantis, que entendem ser essa reivindicação uma garantia de acesso à educação. Em Salvador, os estudantes tinham, em 2003, direito à meia passagem (por meio de um cartão eletrônico que dá direito a dois deslocamentos por dia letivo, o Smart Card). A discussão sobre as necessidades de mobilidade dos jovens vinculada a outros usos da cidade estava presente nas pautas dos coletivos estudantis. A interpretação dos entrevistados, no entanto, é a de que foi somente com a Revolta do Buzu que essa demanda foi colocada como reivindicação a fim de garantir o acesso à educação, ao lazer e à cultura, mas também o direito de ir e vir, e o direito ao trabalho.

O estopim da mobilização não foi propriamente o passe estudantil, mas o aumento da tarifa do transporte público, definido pela prefeitura da cidade. A primeira e principal demanda dos estudantes era o retorno do valor da tarifa para R\$ 1,30. Ao longo das manifestações, especialmente durante as assembleias realizadas, outras demandas foram agregadas à proposta original: meia passagem nos fins de semana, feriados e férias; meia passagem nos transportes alternativos; meia passagem para estudantes de cursinhos pré-vestibular, de educação profissional e de pós-graduação; meia passagem nas linhas intermunicipais; gratuidade da 1ª via do Smart Card; revitalização do Conselho Municipal de Transporte; melhoria dos transportes, ampliação da frota e do número de linhas.

A discussão sobre passe livre, também levantada por alguns atores, não foi considerada como politicamente possível de ser assumida pelo movimento naquele momento. Depois dessa mobilização, seguida por uma série de manifestações (mais ou menos massivas e impactantes) em outras cidades do Brasil, a bandeira ganhou mais força, gerando, inclusive, a conformação de outro ator, o MPL (Movimento pelo Passe Livre). Contudo, não é uma bandeira consensual (a Ubes não a encampou, por exemplo, nem todas as juventudes partidárias).

Parece importante refletir sobre a polémica que se configurou no curso do acontecimento e que tem conseqüências tanto para o seu desenrolar como na interpretação que se faz aqui sobre o sentido da demanda.

Embora acionada e sustentada pelos estudantes, proposta num contexto em que as lideranças buscavam meios de mobilizá-los pela melhoria da qualidade do ensino, parte essencial da expressão da Revolta do Buzu apontava para o fato de que o reajuste da tarifa de ônibus, contra o qual ergueu-se o movimento, incidia sobre todos os membros das famílias. Portanto, não se configurava como demanda apenas estudantil ou juvenil, mas como bandeira social, “voltada para os interesses de toda a sociedade e, especialmente, daqueles que ganhavam 1 (um) salário mínimo ou menos” (Oliveira; Carvalho, 2007).

Mesmo assumindo como legítimas as bandeiras que ampliavam o uso do passe estudantil, muitas lideranças (principalmente as ligadas aos grêmios) situaram-nas em ordem secundária à do congelamento da tarifa, que dava o sentido social mais amplo ao movimento. Esse foi o ponto da disputa e divisão no movimento. Enquanto as lideranças das entidades gerais (UNE, Ubes etc.) negociaram com a prefeitura um acordo em torno dessas últimas reivindicações, boa parte das lideranças dos grêmios e muitos (a maioria?) estudantes nas ruas não

a aceitaram, reiterando a demanda relativa ao preço, permanecendo mobilizados nessa reivindicação por muitos outros dias.

Para as lideranças das entidades gerais, a aceitação da negociação significava grande conquista política em pelo menos três dimensões: importantes demandas estudantis tinham sido atendidas (principalmente as que ampliavam o benefício da meia passagem para outras categorias de estudantes e o sentido do seu uso, incluindo outras atividades além da escola); a mobilização já tinha produzido um reconhecimento político da força dos estudantes, fortalecendo a disposição para a participação e a organização; a produção de um impacto político grande, com o desgaste do partido no poder e do “carlismo” na Bahia.

Para além da interpretação sobre a correção de uma ou outra posição, divergência sobre a valoração das reivindicações (e do que deveria ser considerado inegociável nelas) pode nos ajudar a identificar diferenças na atribuição de sentido à demanda: as lideranças estudantis de entidades gerais (UNE, Ubes) acentuam o caráter estudantil e juvenil; os outros, a “dimensão geral”, social ou de classe.

A questão da demanda do direito à circulação e à cidade pode ser tomada também numa outra senda de reflexão para desenvolver o debate sobre o conteúdo juvenil das demandas e, ainda, sobre o próprio conteúdo da singularidade juvenil. Ou melhor, ajudar a ver como demandas gerais podem apresentar acentos ou inflexões juvenis muito palpáveis. O direito à circulação é de todos, mas foi levantado e sustentado por jovens a partir da situação juvenil como necessidade que aparece acentuada nessa fase da vida pelos vários planos de atividade em que os jovens estão envolvidos e que se desenvolvem em diferentes espaços da cidade: primeiro, a educação, mas também o trabalho, a cultura e a diversão, a sociabilidade etc.

A própria necessidade de experimentação e de ampliação das referências, de construção de redes de sociabilidade, leva os jovens a desejarem circular por diferentes lugares da cidade. Talvez, por isso, tenha se tornado ponto crucial para as demandas dos jovens.

É importante anotar que essa demanda aparece citada por outros jovens nesta pesquisa: a meia passagem (assim como a meia-entrada em cinema) é citada como direito dos jovens pelos trabalhadores do *telemarketing*; a “possibilidade de livre circulação¹⁶ sem as barreiras impostas pelo tráfico de drogas estabelecido em suas comunidades de origem” é identificada como uma demanda dos jovens do FJRJ; como demanda expressa pela prática instaurada pelos jovens do hip hop;¹⁷ e também está presente entre os jovens do meio rural, onde não só a falta ou precariedade de transporte escolar aparece como uma das dificuldades para a continuidade dos estudos, mas também a demanda por meios de se deslocar para atividades de lazer, para a sociabilidade, namoro etc. se revela no desejo de comprar uma motocicleta com o dinheiro ganho pelos jovens migrantes na safra da cana quando voltam para suas cidades no Nordeste. Não é à toa, aliás, que a moto seja um símbolo de consumo juvenil com tanto apelo.

A necessidade de circulação pela cidade revela, também, aquilo que foi pontuado em outros momentos deste estudo: a importância da experimentação e da ampliação das redes de relações e referências nessa fase da vida. Esse também é um ângulo ainda pouco incorporado pelos atores e pelas políticas: embora demandem equipamentos e atendimentos descentralizados nos bairros ou nas comunidades, os jovens não querem ficar aí “confinados”, querem poder fruir os equipamentos, os espaços e as oportunidades de outros pontos da cidade, querem, portanto, ter o direito à “cidade”.

Compreendida e consentida¹⁸ pelos poderes instituídos como um direito singular dos jovens referido à educação (e respondida como subsídio para a garantia do direito de freqüentar a escola), os movimentos têm expressado, também, outros componentes que dizem respeito a outras dimensões da vida dos jovens. A demanda relativa à possibilidade de circulação remete a outras gamas de direitos, como o acesso à cidade (o direito de ir e vir), à educação, aos bens culturais, ao esporte, lazer e trabalho. A questão da mobilidade, assim, revela-se condição para garantia de todos os outros direitos.

Além disso, é possível ver aqui uma disputa pelo significado do que é ser jovem, pois a afirmação do direito a realizar outras atividades além da formação escolar, aponta a importância de considerar que a vida juvenil é composta por múltiplas dimensões, que requerem respostas múltiplas. Nesse sentido, a diferença de formulação entre subsídio do transporte para estudantes ou subsídio para os jovens também revela uma diferença de entendimento sobre quais são os direitos considerados legítimos para os jovens ou aqueles de quais o Estado deve (ou pode) se ocupar. Como um direito “auxiliar” ao direito à educação, encontra grande concordância e apoio; como direito à circulação, ao lazer, à experimentação, muito menos. O que reforça a percepção de que, para muitos atores e para a maior parte dos atores no poder público, o direito essencial que deve e pode ser garantido aos jovens é o direito à educação.

A posição que os diferentes atores assumem com relação à questão tem a ver, portanto, com as diferentes compreensões acerca da singularidade juvenil, acerca da noção sobre os direitos essenciais e o papel que cabe ao Estado na sua garantia, mas também com a posição que ocupam como atores e seu papel institucional: parte da discordância de lideranças ligadas a entidades gerais em assumir a bandeira de “passe livre”, assim como a de subsídio para todos os jovens em vez

¹⁶ Note-se que, em momento algum, qualquer dos entrevistados, seja jovem ou liderança, tocou no tema do passe livre, que tem sido uma das mais importantes bandeiras de reivindicação dos movimentos juvenis (relatório FJRJ).

¹⁷ Como demonstra a fala de um dos líderes: “aqui na periferia, a gente procura passar a idéia de que ser jovem é saber curtir a vida sem se envolver com a marginalidade. O jovem periférico não está preso à sua quebrada, ele está sempre circulando por todos os espaços da cidade; aí, ele está sempre observando as coisas, aprendendo com elas e se inspirando nelas. Ele tem inteligência e a vida é sua escola. Ele quer se divertir, mas está aprendendo com tudo o que está ao seu redor.” (DJ Nino – Entrevista, concedida em 29 de junho de 2004, que faz parte do relatório A família do Morro do Bom Jesus – Alves, Alvim, 2007)

¹⁸ Na medida em que é reconhecida como bandeira legítima e que gera diferentes tipos de resposta a seu atendimento.

de só para os estudantes, está ligada à importância que a emissão das carteirinhas têm para a sustentação de sua identidade e estrutura organizacional. Por outro lado, a posição contrária às mesmas bandeiras por parte de muitas lideranças juvenis ligadas aos partidos de esquerda está relacionada à posição como gestores de executivos locais, pensando a partir da lógica da capacidade dos cofres públicos arcarem com esse tipo de subsídio.

Trabalho

A demanda por trabalho está presente para todos os jovens dos segmentos estudados como questão bastante importante. Demanda que se apresenta com sentido, intensidade e urgência variada e, principalmente, com recursos diferentes para a sua resolução, gerando, também, formulações e ensejando diferentes tipos de estratégias individuais e coletivas para o enfrentamento do problema.

Está presente, de forma urgente e intensa, entre os trabalhadores da cana, que se submetem à dureza do corte manual e da migração sazonal justamente por não encontrarem alternativas de trabalho no local de origem; entre os integrantes do hip hop, que relatam a dificuldade de encontrar alternativa de inserção produtiva; entre os jovens dos projetos reunidos no FJRJ, que citam o acúmulo de expedientes que necessitam acionar para garantir alguma renda (entre elas, as bolsas e os apoios oferecidos nos projetos); entre os operadores de *telemarketing*, que se submetem à dureza desse tipo de trabalho. Mesmo os líderes estudantis, que não arrolam o tema em suas pautas, quando perguntados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens hoje, afirmam que elas estão relacionadas ao trabalho.

A maioria dos atores pesquisados também identifica o trabalho como tema de grande importância para os jovens, embora apenas em alguns casos o tema se traduza em reivindicações ou se constitua em mote de mobilização. E há dife-

rentes interpretações sobre o sentido e o peso que deve ter no debate sobre a juventude, assim como das respostas que podem ser acionadas. Para muitos atores, o trabalho é percebido mais como uma necessidade que denuncia as desigualdades e os impasses do modelo econômico vigente que como direito a ser garantido aos jovens

Com relação à idéia de “direito” associado ao trabalho, a formulação que aparece mais freqüentemente diz respeito aos “direitos trabalhistas”, valorizado pelos jovens, explicitado e constituído como bandeira e mote de luta dos atores relacionado aos jovens trabalhadores.

Segundo Maria Carla Corrochano e Érica Nascimento, o tema tem se desenvolvido no país com base em uma ótica dominante, mas é atravessado por polêmicas:

É principalmente em torno dos índices de desemprego que a demanda por trabalho de jovens emerge na cena pública brasileira. Inicialmente, não é o salário ou as condições de trabalho a que os jovens estão sujeitos que mobiliza atores e intervenções. No interior da constituição de um campo de políticas públicas dirigidas a jovens que vem se consolidando desde meado dos anos 90, as ações e seus objetivos concentram-se em buscar maneiras de enfrentar a situação de desemprego (Corrochano; Nascimento, 2007).

É importante lembrar que, muitas vezes, o trabalho aparece mais como um dos modos de enfrentar a violência do que como um direito das gerações mais jovens. Por outro lado, a abordagem da questão fica centrada, na maior parte das vezes, na baixa formação educacional formal e profissional dos jovens brasileiros como fator determinante da montagem do problema (basta lembrar a centralidade do tema da educação nos documentos das centrais relativos ao trabalho dos jovens). E, desse modo, seu

mitigamento deve ser enfrentado, fundamentalmente, no campo da melhoria das condições de educação e formação dos jovens. Assim, ao lado de demandas por geração de emprego e renda, ganham centralidade as demandas por educação e formação de várias ordens. Para muitos, trata-se não de pensar em ações de apoio à entrada no mundo do trabalho, mas de garantir a criação de condições que permitam aos jovens continuar os estudos em vez de trabalhar, apoiando-se na consideração de que o que faz diferença para os jovens é a formação escolar.

O estudo sobre *telemarketing* aponta que outras percepções têm sido expostas no debate (citando mais especificamente a publicação feita pelo Conjuve, em 2006, e o relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, em 2007), principalmente atentando para o lugar que tem o trabalho na vida dos jovens e para os diferentes significados que pode assumir. Além disso, o estudo aponta a necessidade de ultrapassar a polarização entre perspectivas de reter o jovem fora do mundo do trabalho, ou apoiar sua entrada, e de preocupar-se com a qualidade de sua relação com o trabalho e o desenvolvimento de iniciativas para a garantia dessa qualidade.

A opinião dos entrevistados acompanha as percepções e polêmicas vigentes a respeito do tema. No entanto, nas entrevistas, muitos jovens expressam que o trabalho assume um sentido de necessidade não apenas em função da renda imediata (para ajudar o orçamento da família ou para propiciar a obtenção de itens de consumo, de lazer, de formação etc.), mas como componente fundamental de construção de uma trajetória de inserção profissional aliada à escolaridade, que auxilia na formação da experiência, na localização no mundo do trabalho e na formação de redes de contato. Logo, aparece também como aspiração e componente estratégico na demanda por inserção social.

Uma das observações interessantes nesse sentido é que os jovens demandam “não apenas trabalho, mas trabalho decente”, como conclui o estudo sobre os jovens no *telemarketing* (Corrochano; Nascimento, 2007). É recorrente a expressão do desejo de outro trabalho, de um trabalho melhor, de melhorias no trabalho que se exerce ou de um trabalho digno. No entanto, há poucas formulações explícitas e públicas nesse sentido, gerando poucas mobilizações e respostas. Como apontam os dois estudos focados no tema do trabalho, apenas recente e timidamente os aspectos relacionados às condições de trabalho, jornada e salários dos jovens têm aparecido no debate público e gerado mobilização de atores. No entanto, são ainda poucas as respostas de ações governamentais.

No caso dos trabalhadores do corte de cana, por exemplo, as entrevistas feitas levaram à interpretação de que o trabalho é necessário para garantir a vida para si e sua família e para a realização de sonhos de consumo, principalmente os relacionados a atividades de sociabilidade, lazer e aparência jovem (aparelho de som, moto, roupas). Seu sentido está ligado, também, ao desejo de experimentar e se emancipar, de alterar a posição subordinada dentro da família e garantir possibilidades de transição para a vida adulta (estruturar a própria casa). Assim, é recorrente a explicitação de que o trabalho na cana é a única saída (e, por isso, é valorizado – eles, por exemplo, não concordam com a proposta de fim do corte manual da cana), mas todos desejam sair dele para um trabalho melhor (menos duro e esgotante) ou para viver a condição de agricultor em melhores condições. Esse é o único segmento no qual a demanda por trabalho parece vir em primeiro lugar, na frente de todas as outras, até mesmo da educação.

As demandas por trabalho, nesse caso, apresentadas pelos atores com quem os jovens se relacionam (sindicatos

rurais e Pastoral do Migrante), se revelam em diferentes planos: para alterar as condições do trabalho no corte da cana, a mudança do padrão de produtividade e o controle sobre as condições de trabalho, assim como atenção à saúde do trabalhador; para a construção da possibilidade de conseguir um trabalho melhor, aumentar a escolaridade e a qualificação, com a possibilidade de conciliação entre trabalho e estudo, seja para mudar de ramo ou para assumir outras funções nas empresas sucroalcooleiras; para a possibilidade de se estabelecer como agricultor nas terras de origem, apoios específicos para produção familiar que possam ser acessados pelos jovens. Como observa José Roberto Pereira Novaes, a demanda relativa às ações de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho para evitar infrações dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras previstos em lei, acordos e convenções coletivas, tanto no meio sindical, quanto nos espaços governamentais ou nas ONGs, é algo novo:

Só foi muito recentemente incluído entre demandas ligadas à juventude. Mesmo que – quando se fala em trabalho de jovens no campo fora da agricultura familiar – os exemplos mais recorrentes sejam situações caracterizadas como ‘trabalho infantil’ e o ‘trabalho escravo’, podemos dizer que a situação dos jovens canavieiros começa a ganhar alguma visibilidade (Novaes, J., 2007).

No estudo sobre os trabalhadores da cana, conclui:

É preciso que se ampliem e se diversifiquem as possibilidades de inserção produtiva para que as migrações de jovens passem a ser escolhas menos compulsórias. Se diminuírem os fatores que caracterizam a disparidade regional, os jovens nordestinos se apresentarão nos canaviais paulistas em menor número e, por conseguinte, estarão menos vulneráveis e serão menos descartáveis. [...] Nos cana-

vais paulistas, trata-se de aprimorar os mecanismos de controle da metragem e do peso da cana cortada, de reduzir o padrão de produtividade imposto pelas usinas no corte manual para retirar os trabalhadores de um ritmo alucinante de trabalho. Esse ritmo desafia os limites da capacidade física, tornando os jovens vulneráveis às doenças e à virtualidade de mortes prematuras. Tais medidas poderiam evitar as cruéis conseqüências da paradoxal convivência entre situações de trabalho indigno e a retórica dos prêmios e da auto-estima (Novaes, J., 2007).

No caso dos jovens do hip hop, os entrevistados se referem às dificuldades para encontrar trabalho em função da baixa escolaridade, da baixa qualidade da escolaridade alcançada e da falta de profissionalização, agravadas pelas discriminações (racial, de local de moradia e de identidade cultural – há um relato de discriminação no trabalho pela associação entre ser rapper e ser “maloqueiro”). Nas falas, aparece, também, a percepção que a falta de alternativas empurra jovens para buscar saídas de auto-sustentação na “via do crime”. Há a percepção de que a educação alcançada, mesmo com o ensino médio, não os habilita para encontrar trabalho digno, nem possibilita aos jovens margem de escolha de profissionalização ou emprego. O trabalho, assim, aparece quase como “privilégio da “burguesia”¹⁹. Há vários relatos apontando que o pouco trabalho encontrado é desqualificado, precário, irregular, de baixa remuneração. Nesse sentido, se expressa também uma demanda por trabalho “digno” (como está na fala de um deles), e a saída perseguida tem sido a da profissionalização por meio da própria produção cultural: a busca de se profissionalizar pelo rap e pelo grafite. O tema aparece nas letras de rap (que é a forma por excelência de expressão de suas questões), como neste trecho: “Queremos é trabalhar e não meter o ‘oitão’,

¹⁹ “Enquanto a burguesia tá trabalhando / Meu filho com uma faca está roubando / Se não for eu, sempre aparece mais um / Não tem comida na panela, entra na casa e mata um” (trecho do rap *Que vida é essa...*, de Tiziu, Poder Negro).

ganhar o nosso com dignidade, viver nossas vidas sem criminalidade, ser um pai de família pobre e honrado, e não querer ser um ladrão pobre e fracassado”.

O trabalho também está presente na pauta do AIJ, na medida em que é parte das demandas dos grupos e movimentos juvenis que integram os acampamentos e o FSM, assim como na prática exercitada durante os AIJ pelo desenvolvimento de experiências de economia solidária (tomada como uma bandeira). No entanto, aí já está com um sentido de transformação, como via de construção de outro modelo econômico de produção.

Em documento do AIJ estabelece-se: *O objetivo de trabalhar com ações que sejam uma alternativa real ao capitalismo, onde neste espaço instigaremos a organização de uma economia autogestionária, cooperativa, democrática e justa, estando esse tema também relacionado a diversos eixos de trabalho e discussão, como sustentabilidade ambiental, soberania alimentar, comércio justo e solidário, educação econômica, saúde, gênero, etnia, entre outros.*

Baseado nesses princípios e buscando ‘outra lógica econômica’, foram implantadas, nos acampamentos, práticas como a vigência de uma moeda social (o sol), grupos de trocas solidárias e a potencialização e o fomento de grupos autogestionários e cooperativados por meio do fornecimento de produtos para as praças de alimentação. E, conjuntamente com essas práticas, existia a discussão conceitual da temática, problematizando a questão do consumo e buscando ampliar o debate sobre economia solidária. Uma das convicções é a de que para criar outra forma de produção é preciso, também, criar nova concepção de ‘cultura de consumo’. Certamente, houve limites no fornecimento dos produtos, pouca estrutura dos grupos autogestionários e cooperativados, pouca adesão à moeda social, mas a experiência dessas práticas de implementa-

ção trouxe importantes aprendizados sobre as potencialidades e os desafios da implementação de outro modo de relação econômica e sobre a demanda por possibilidades de inserção econômica dos jovens em bases de relação não capitalistas.

Os integrantes do COA – que por um bom tempo se dedicaram quase integralmente à realização dos AIJ, subordinando tempo de formação e inserções no mundo do trabalho a essa organização –, agora que já não estão mais dedicados à militância no COA, envolveram-se na construção de alternativas pessoais de trabalho afinadas com as bandeiras desenvolvidas durante a experiência e com os “princípios de um novo mundo” (economia solidária, recursos alternativos etc.).

No caso dos jovens do *telemarketing*, é onde a demanda por trabalho, na singularidade da juventude, está mais explicitamente desenvolvida, embora alcance ênfases e ângulos diferentes por parte dos jovens trabalhadores, por parte dos jovens sindicalistas e por parte das instituições do movimento sindical, como as centrais sindicais:

Nos discursos dos jovens trabalhadores, esteve implícita a reivindicação por trabalho decente quando se pondera as críticas aos baixos salários e à pressão por produtividade, bem como a dois dos efeitos perversos da terceirização do setor – a alta rotatividade e a redução dos benefícios oferecidos. As reclamações, no entanto, dirigem-se às condições de trabalho, não ao fato de estarem trabalhando, pois o trabalho aparece como um valor importante: está associado à independência financeira e, especialmente, à possibilidade de construir melhores condições de inserção futura (Corrochano; Nascimento, 2007).

Em outro trecho, observam que o trabalho faz sentido, também, porque agrega experiência e aprendizado, assim como amplia as redes que ajudam a sua inserção laboral.²⁰

²⁰ É interessante observar que os jovens nomeiam o que estão considerando experiência: para além do registro em carteira, que aparece com mais frequência, a importância de ser “apresentado” ao mundo do trabalho, de conhecer seu espaço, suas regras, enfim, de ser socializado em seu interior (Corrochano; Nascimento, 2007).

Os problemas sentidos no trabalho têm a ver com:

A falta de confiança na indicação para os cargos de liderança nas empresas ou, ainda, o desrespeito por parte dos adultos aos chefes mais novos, visto que os jovens são percebidos, frequentemente, como 'inexperientes', 'irresponsáveis' ou 'incapazes'. [...] Além disso, muitos jovens consideraram que seus direitos não são respeitados no ambiente do trabalho. O que a maior parte deles entende como 'direitos trabalhistas' mescla conquistas gerais dos trabalhadores, como o recebimento do salário e do vale-transporte, as férias anuais e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras relacionadas ao trabalho em telemarketing, como a proibição do assédio moral, as pausas para descanso, para lanche e uso do banheiro (Corrochano; Nascimento, 2007).

A carteira assinada é muito valorizada, uma vez que permite a garantia dos direitos trabalhistas, além de atestar a experiência exigida para iniciar o desenvolvimento da trajetória de trabalho.

É possível perceber que a carga horária também se configura como demanda dos jovens:

A existência de postos de trabalho com cargas horárias que permitam conciliar trabalho e estudo. Para esses trabalhadores, a jornada semanal reduzida é um dos pontos mais atrativos do setor, visto que o estudo é percebido como instrumento para a obtenção de postos de trabalho mais qualificados e, por conseqüência, melhores condições de vida para esses jovens e suas famílias. Além disso, essa necessidade avança e se acentua com a chegada ao Ensino Superior (Corrochano; Nascimento, 2007).

Com relação aos atores sindicais, a percepção a respeito da singularidade da juventude no tema do trabalho e suas

demandas ainda está em construção. Os coletivos juvenis das centrais sindicais têm localizado como problema a ser enfrentado o fato dos jovens serem um segmento particularmente afetado pela reestruturação produtiva e com menor participação no sindicalismo. Por isso, parte da energia está voltada para:

A ampliação dos espaços dos jovens no sindicalismo, seja porque querem publicizar suas singularidades, seja porque almejam estender suas contribuições para além de coletivos específicos ou, ainda, porque não pretendem ser percebidos apenas como 'dirigentes do futuro', alvos de formação constantes para renovação dos quadros dos sindicatos (Corrochano; Nascimento, 2007).

Com relação à questão do trabalho, muitos deles enxergam como limitado o papel do sindicato na geração de novos postos de trabalho, embora reconheçam que a demanda por trabalho para jovens deve ser uma das bandeiras. Nesse sentido, as pautas parecem estar ainda em construção: além de bandeiras genéricas como demandas de políticas de geração de emprego e renda para os jovens e, em muitos documentos, fazendo referência explícita ao Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), demandando seu aprimoramento e aprofundamento, apresentam preocupação com a exploração dos jovens nos ambientes de trabalho; dificuldade para assumirem postos de chefia nas empresas; e precarização dos estagiários.

No entanto, no caso do ator principal, o Sintratel, há uma inflexão diferenciada: *Registra-se um esforço na sua história de atuação de incluir bandeiras de luta que combatam a precarização do trabalho em telemarketing, bem como de criar estratégias de ampliação da participação juvenil valendo-se do uso de linguagens e formas de contato mais informais (Corrochano; Nascimento, 2007).*

Há um investimento na formulação de demandas específicas relativas às condições de trabalho dos jovens no setor. A pauta pública inclui a demanda de geração de primeiro emprego, a luta pela regulamentação do estágio, a proteção à saúde e ao assédio moral e sexual, a redução da jornada e piso salarial. Além disso, há o oferecimento de benefícios na forma de cursos de qualificação e convênios com escolas de idiomas, facilidades para barateamento das mensalidades e a montagem de um banco de currículos. No entanto, suas mobilizações estão, de modo geral, menos voltadas para a geração de novos empregos e mais direcionadas à construção de políticas que contribuam para melhorar as condições de trabalho, combatendo a precarização dos postos em *telemarketing*, e a um esforço de propiciar mais qualificação. A primeira bandeira de luta do Sintratel foi a negociação do piso salarial da categoria. Uma das lutas atuais mais importantes (realizada em um amplo processo de negociação com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – e sindicatos patronais) se dá em torno da aprovação de uma norma regulamentadora que abranja aspectos relacionados à segurança e saúde dos profissionais em telemarketing.²¹ É interessante verificar que, no caso do Sintratel, a experiência, a identidade e a demanda juvenil estão intrinsecamente ligadas:

A inclusão da saúde no ambiente do trabalho como uma bandeira relacionada aos jovens se justificaria porque se trata de uma profissão que acarreta grande desgaste físico e mental e expõe ao risco de doenças por esforço repetitivo ou psicossomáticas, sobretudo porque boa parte dos profissionais em telemarketing concilia mais de um trabalho ou a atividade profissional com o estudo. Uma das lideranças argumentou que a saúde deve ser o centro da atuação sindical quando se trata de trabalhadores jovens, porque eles são os que menos percebem que o ambiente de trabalho

pode estar relacionado ao surgimento de doenças e pouco se interessam por atividades de prevenção (Corrochano; Nascimento, 2007).

Uma percepção parecida reforça a proposição de desenvolver o tema do assédio moral com jovens trabalhadores. Por desconhecerem seus direitos no ambiente de trabalho, ficam mais expostos às pressões e constrangimentos daqueles que ocupam cargos de chefia.

Uma reflexão associada pode ser anotada aqui: a de que, em todos os segmentos estudados, o tema da saúde aparece vinculado ao trabalho, tanto no caso dos jovens do *telemarketing* como no dos trabalhadores da cana, relacionado ao desgaste excessivo (físico e mental) produzido pelo tipo e pelas condições de trabalho, além de doenças associadas (com decorências fatais no caso da cana).

No entanto, no caso dos trabalhadores de corte de cana há uma complexidade: seus integrantes são os únicos que citam a demanda por atendimentos e equipamentos de saúde (como hospitais) nas cidades onde moram suas famílias. Mas, o que de fato está em jogo para eles é contornar problemas de saúde até – pelo menos – o fim da safra, uma vez que ficar doente ou se acidentar (o que é muito comum na situação em que trabalham) pode significar o desemprego ou a diminuição do ganho (que é por produção). Talvez, por isso mesmo, não seja comum ouvir demandas explícitas sobre acesso a equipamentos de saúde, embora seja mote de ação por parte dos atores que representam seus interesses (pastoral e sindicatos).

Nos dois casos, essas questões geram demandas e impulsionam ações de denúncia e proposição de políticas pelos atores que representam os trabalhadores. É interessante pensar que o tema tem estado ausente dos debates sobre políticas de juventude que, nesse campo, se concentram sobre questões ligadas à sexualidade e a problemas advindos de comportamentos de risco.

²¹ Anexo II da Norma Regulamentadora 17 (NR-17), aprovada pela Portaria 9 do Ministério do Trabalho e Emprego, assinada em 30 de março de 2007 e que passou a vigorar em 2 de julho do mesmo ano.

Cultura

A demanda por cultura, muitas vezes associada à diversão e à sociabilidade, está presente (algumas vezes de forma diluída) em quase todos os segmentos.

Em alguns casos, aparece como demanda expressa, vinculada, associada ou explicitada por outras, como educação e passe estudantil: a demanda por extensão de seu uso nas férias e nos fins de semana se dirige ao direito do jovem de acessar atividades de lazer, cultura e esporte, segundo a formulação das entidades e lideranças. No entanto, mesmo aqui, não é claramente tida por todos os atores envolvidos nesse tipo de mobilização como uma demanda “em si”: a garantia do acesso à cultura no fim de semana ou nas férias para os estudantes aparece, na fala do dirigente da UNE, como demanda que faz sentido relacionada à educação, como experiência que complementa a formação escolar do estudante. Para outros atores, contudo, a cultura é arrolada como item específico ao lado da educação e do lazer, como direito dos jovens, e não apenas dos estudantes. Aliás, é importante perceber que os jovens citam a cultura como direito mais freqüentemente que outros atores não juvenis.

A cultura, muitas vezes, aparece também como estratégia de agregação e mobilização dos jovens ou como recurso de comunicação no interior dos objetivos de organização dos atores, como parece ser o caso dos sindicalistas. O Sintratel, particularmente, se singulariza pelo uso “eficaz” dessas atividades como forma de reunir e chegar aos jovens (as assembleias-baladas, por exemplo). A organização de atividades culturais e esportivas pelo sindicato é uma das primeiras marcas da “juvenilização” da diretoria quando ela assume essa identidade como marca central. Interessante é a observação anotada por Maria Carla Corrochano de que o hip hop é tido pelas lideranças e pelos dirigentes sindicais como modelo de atuação cultural e política que deve

ser considerado por aqueles que estão buscando novas formas de mobilizar a juventude brasileira.

No âmbito do sindicalismo, a cultura (com a diversão e, às vezes, com a internet) também se estrutura como serviço demandado ou valorizado pelos jovens e como benefício oferecido pela organização. O Sintetel (o outro sindicato que representa a categoria dos trabalhadores de *telemarketing*), por exemplo, planeja a construção de um espaço de convivência e atividades culturais (espécie de café com *lan house*) dentro do sindicato, com acesso à internet e direcionado aos jovens trabalhadores em *telemarketing*.

É importante registrar que, no caso dos jovens trabalhadores do *telemarketing*, atividades culturais e de diversão, equipamentos como bibliotecas e espaços de cultura, lazer e esporte nas periferias são citados, freqüentemente, como direitos e sugestões de políticas públicas importantes para os jovens ao lado da educação e do trabalho.

Na experiência do AIJ, a cultura aparece, como questão, de diferentes maneiras. É uma das principais bandeiras dos movimentos e das organizações juvenis que ocorrem aos acampamentos (arrolada ao lado de educação e trabalho), inclusive dos que estão no centro de sua organização: grupos e movimentos culturais estão citados como parte do “segundo anel” de organização (ver Fischer; Corrêa; Amaral, 2007), e vale lembrar que uma integrante do hip hop está no COA. Por outro lado, é um dos eixos centrais de sua constituição como experiência, na expressão da diversidade e na experiência da troca, ambas dimensões bastante valorizadas. Quando se propõem como “cidade das cidades”, uma das definições que o acompanha é a de ser um espaço multicultural, “uma cidade cosmopolita, poliglota, multicultural, multirracial e multissocial”. Quando, no segundo AIJ, um documento de avaliação enumera as experiências que se pretendeu implementar, a cultura aparece assim definida: “feita pela troca de experiências e visões de

mundo dos diferentes participantes, de diversas origens, uma prática onde todos participaram como produtores de cultura” (ver Fischer; Corrêa; Amaral, 2007).

Interessante perceber que, para além de uma atividade do acampamento, a cultura passa a ser considerada eixo estruturante: em 2005, deixa de ser o tema de uma comissão, como era desde 2001, para ser considerada

elemento da identidade cultural dos participantes. A proposta, então, era promover espaços de expressão cultural, tendo a cultura como eixo transversal. A comissão de programação passa a ter esta preocupação: dinamizar e possibilitar diferentes expressões culturais para além da apresentação em palcos

(Fischer; Corrêa; Amaral, 2007).

Essa reunião cultural é, também, um dos elementos que mais visibilidade conferem ao experimento, exatamente por essa exposição da diversidade e da experimentação libertária. Nesse sentido, o acampamento torna-se referência cultural para os jovens da cidade de Porto Alegre, que viam nele um espaço de congregação, território de liberdades, de festa, de badalação. Esse foi um elemento que fez com que o AIJ apresentasse outra faceta para a cidade, muitas vezes ‘desfocada’ de sua proposta, e fosse mostrado como um novo ‘Woodstock’. Esse sentido será tema de reflexão e campo de disputa com a mídia. Os atores (COA) buscaram ressaltar a dimensão transformadora do encontro cultural frente a uma visão desqualificadora da dimensão “festiva” atribuída pela mídia.

Além disso, os entrevistados (integrantes do COA) pretendem um efeito de interferência da experiência do AIJ na formulação de outra possibilidade de pensar políticas de cultura, como no caso dos Pontos de Cultura (programa do Ministério da Cultura). Essa demanda se explicita na fala de um dos integrantes, inclusive na sua diferença com aquilo que parece ofertado pelo poder público:

O diferencial entre o que o governo faz e propõe é que os jovens demandam essa herança da experiência dos AIJ: um espaço físico que contemplasse a criação de um telecentro, uma incubadora e um posto de venda de iniciativas cooperativadas, um espaço de atividades culturais [...] um espaço gerenciado por jovens, direcionado principalmente a jovens, através do qual fosse possível expressão cultural e geração de emprego e renda (Fischer; Corrêa; Amaral, 2007).

Para o hip hop, a cultura é tema e bandeira central, arena e instrumento pelos quais se constituem como atores. Como lembram Adjair Alves e Rosilene Alvim, o próprio hip hop se define como “cultura de rua”. A demanda, aqui, abrange ampla gama de dimensões. Passa pela importância do resgate dos diversos níveis de ancoragem social – a cultura negra, a cultura nordestina, a cultura da periferia, todas ocupando posição de subordinação e discriminação na sociedade brasileira –, tornando-se elemento de afirmação e cultivo para produzir uma reversão na valorização social de sua constituição como sujeito, uma superação do preconceito. É uma luta simbólica pelo reconhecimento, como analisam Adjair Alves e Rosilene Alvim.

Passa, também, pela construção do hip hop como constelação de referências para os jovens de seu segmento (pobres e negros das periferias), que buscam oferecer não apenas elementos positivos de construção de identidade e fortalecimento de auto-estima, mas sinalizações de comportamento individual e coletivo, além de enquadramentos para o compartilhamento de uma “visão de mundo”, de uma conscientização social e política.

Gera demandas concretas relativas a ações e políticas culturais: tanto equipamentos para fruir e produzir cultura na cidade e nos bairros, como para reverter o sentido ou aprimorar outras políticas oferecidas aos jovens. Entre as demandas que a FMBJ apresentou aos poderes

locais (e conquistou) estava a constituição de um espaço para reunião e desenvolvimento de suas atividades culturais. Essa, na verdade, parecia a demanda concreta mais imediata dos integrantes dos grupos que conformaram a FMBJ: “a questão da manutenção dos projetos, em virtude de que eles precisavam comprar tinta para as oficinas de grafites, equipamentos eletrônicos, aluguel do espaço físico para reuniões, água, luz e alimentação, parecia ser a questão mais imediata” (Alves; Alvim, 2007). Por outro lado, a demanda por escola, para eles, se qualifica na medida em que consiga incluir a questão cultural, em que se abra para respeitar a identidade e abrir diálogos a respeito de suas referências culturais, e na medida em que possa comportar suas atividades e contribuições nesses sentidos também.

A produção cultural se torna, igualmente, meio para construir a inserção social, e a possibilidade profissional: os projetos atuais de todos os integrantes da FMBJ passam pelo esforço de construir alternativas de profissionalização e geração de renda com base na produção cultural. Na análise de Adjair Alves e Rosilene Alvim, aqui se trata da cultura como “possibilidade de redistribuição”.

No caso dos trabalhadores rurais, embora as entidades gerais, como a Contag, formulem em seus documentos demandas no sentido de criação de programas destinados a atender demandas de esporte, cultura e lazer nos assentamentos rurais, nas comunidades quilombolas, de ribeirinhos e comunidades de agricultura familiar, os jovens entrevistados, enquanto trabalhadores sazonais na região produtora, não chegam a formular reivindicações em termos de acesso ao esporte e ao lazer. A hipótese mais óbvia é que as restrições na área de educação e de inserção produtiva em suas vidas são tão evidentes que acabam por silenciar demandas consideradas menos prementes: “O tempo é curto para curtir a juventude, pra ser jovem. Chega o sábado e você já vai pensando na segunda-feira” (Novaes; J., 2007).

Segurança

Citada como preocupação por jovens de quase todos os segmentos, sua expressão como questão e como mote de mobilização é mais referida em duas situações: a dos jovens do hip hop e a dos jovens dos projetos do Rio de Janeiro. Nos dois casos, é a violência policial que aparece como tema principal. A violência produzida pelo crime organizado, que atrai e atinge jovens, é tema bastante recorrente dos jovens do hip hop, principalmente na expressão pública realizada através de suas músicas, como denúncia da falta de perspectivas para os jovens das periferias e como alerta para que os jovens não “escolham esse caminho”.

No caso do Rio de Janeiro, a questão da violência aparece de forma especial. É um dos principais problemas que afetam os jovens, inclusive no seu direito à circulação, uma vez que jovens de uma comunidade dominada por uma facção criminosa correm se vão a outra dominada por outra facção risco – suspeitos de pertencerem a uma delas, de estarem levando recados ou outras tarefas. Esse é um dos motivos que parece explicar a dificuldade de juntar em atividades – e mesmo nos Encontros de Galeras – jovens de diferentes bairros e comunidades. Foi tema de debate do Fórum de Juventudes do RJ pelo menos em três ocasiões: como um dos temas do encontro vivenciado pela pesquisadora, em junho deste ano; num encontro para tratar da questão da redução da maioria penal no momento em que muitos atores, defensores dos direitos humanos no Brasil, tentam articular oposição à iniciativa desenvolvida no Congresso Nacional para reduzir a idade da responsabilização penal; e por ocasião da realização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro, também em 2007, para debater iniciativa do poder público federal, que organizou uma “guarda cívica” para atuar no evento como guia para os espectadores composta por adolescentes das áreas da cidade mais afetadas pela violência.

No entanto, nessa situação-tipo, parece que uma das dimensões da violência – a produzida pelo crime organizado contra os próprios jovens moradores das favelas – está interdita nesse espaço, não sendo tratada em nenhum momento, nem nos debates organizados nos encontros, que ficaram centrados sobre o tema da violência policial contra os jovens. A pesquisadora se interroga sobre o sentido dessa ausência, aventando o receio de provocação de represálias sobre os próprios jovens.

O tema da redução da maioria penal também está presente para as lideranças de outros segmentos, como no caso das lideranças estudantis, mas não apareceu como mote de atuações, embora saibamos que as entidades estudantis estejam engajadas nos movimentos de resistência contra a redução, assim como certas entidades sindicais e os movimentos vinculados ao hip hop.

No caso dos jovens do hip hop, a violência policial é vivida como um dos mais contundentes fatores de discriminação e desrespeito aos direitos de cidadania. “A questão da violência, da identidade negada, está sempre presente na leitura que o *rapper* faz sobre a forma como o sistema, representado pela polícia e pelas instituições sociais, lêem a realidade” (Alves; Alvim, 2007). Eles se sentem perseguidos e agredidos por serem jovens negros, moradores de bairros com altos índices de violência e por serem visto através desse estereótipo pela polícia e abordados como se fossem todos, “naturalmente”, envolvidos com o crime. Como agravante, o próprio *rap* é considerado por muitos como música de bandido e a identificação com o hip hop também se torna elemento de “criminalização”. Suas histórias pessoais acumulam experiências concretas de agressões, de violência física e simbólica. Por isso, um dos trabalhos de interlocução mais difícil é, justamente, com a polícia.

A questão da violência é tão importante para o hip hop que está no centro da motivação para a organização da Fa-

mília MBJ. Um dos motivos citados pelos entrevistados para a conformação do grupo foi mostrar para a sociedade que eles não eram bandidos. Como mostra um dos jovens entrevistados, quando aponta as “bandeiras” de cada grupo de hip hop que compõem a articulação da FMBJ, esse tema é um dos mais presentes:

A questão da violência praticada contra os jovens do morro, porque a polícia quando subia o morro não queria saber quem era quem. Subia atirando e derrubando portas de barracos, batendo na gente, numa demonstração de pura brutalidade contra os jovens, que era aquele lado mais obscuro enfrentado pela juventude. Essa era a mensagem da Juventude Sangrenta, que tinha como objetivo denunciar e lutar contra a violência do sistema e também do crime. Bando-leiros do Agreste, que procura mostrar as ações de grupos de extermínios, que agem nas caladas da noite tirando a vida de nossos jovens e pais de família no morro. A Voz do Morro, retratando o lado da infância perdida no crime (MC JC).

Sua estratégia de luta, além da denúncia da violência sofrida sempre presente nas músicas e nos grafites, é a do fortalecimento e da valorização de sua identidade e de sua produção cultural. Buscam construir outro modo de serem reconhecidos socialmente. Nesse sentido, o trabalho social que realizam nas comunidades em que vivem também colabora para essa estratégia. Avaliam que conquistaram uma força maior, sentem que puderam superar o preconceito existente na própria comunidade e conseguiram a diminuição da criminalização do hip hop produzida pela polícia. Ou, como diz um dos jovens:

A família MBJ ajudou na construção de uma proximidade maior com a comunidade. Aqui está a nossa força. Sem a comunidade a gente não prossegue. Então, esse era o primeiro

passo da Organização Família MBJ: superar as dificuldades quanto à forma como a comunidade vê os jovens da própria comunidade. E foi com as ações da família MBJ que a gente foi quebrando os preconceitos dentro e fora da comunidade. Hoje, muitos pais de família chegam perto para valorizar o trabalho que seu próprio filho desenvolve na comunidade. O trabalho social que a gente mantém dentro da comunidade, trabalho educativo, sobretudo, ajudou a superar as dificuldades. As pessoas na rua olham pra gente de forma positiva, dando os parabéns pelo trabalho e dando força para continuar. É interessante ver como a família MBJ adquiriu tanto prestígio. Por exemplo: não estou aqui dizendo que a polícia é 100%, mas até da polícia a gente tem ganhado o respeito. Antigamente, eles paravam a gente, bastava nos ver. Hoje, não, eles admiram o trabalho da gente. Isso é uma coisa que a gente conquistou e que jamais vamos perder (depoimento de Suspeito, integrante da FMBJ inserido no relatório. Alves; Alvim, 2007).

Uma das questões a ser pensada é em que medida essa valorização alcançada pelo reconhecimento produzido pela atuação cultural e social se estende a todos os jovens da mesma condição ou fica restrito aos componentes das bandas. Conforme analisam Adjair Alves e Rosilene Alvim:

Embora Suspeito, no depoimento coletado em campo, tenha destacado mudanças quanto a determinadas formas de violência sofridas pelos jovens, possivelmente ele tenha falado em termos do coletivo, uma vez que a Polícia Militar, sempre que chegava ao morro, não respeitava se os jovens estivessem em reuniões do coletivo. Eles invadiam o recinto para revistá-los. [...] Se, por um lado, essas ações não se repetem, por outro

elas se intensificam quando se trata do indivíduo. Talvez não os líderes da Família MBJ, mas os liderados, quando estão sozinhos, acabam ainda vítimas dessas ações truculentas (Alves; Alvim, 2007).

Portanto, a questão permanece como luta constante. Nesse tema, os jovens parecem precisar mais de aliados e mediadores: adultos de fora da comunidade que os defendam e resgatem de situações de arbitrariedade policial e façam apelos a recursos jurídicos para coibir a violência.

A questão da violência também aparece em outros segmentos. Nos discursos das lideranças da CUT, a violência foi citada como um dos temas a ser incorporado nas agendas dos coletivos de juventude e dos sindicatos por causa dos índices que revelam a vulnerabilidade juvenil, assim como pela falta de oportunidades no mercado de trabalho que os exporia ao aliciamento do tráfico de drogas. Cabe dizer, nesse sentido, que muitas demandas apresentadas pelos jovens recebem o “qualificativo” de sua importância na medida em que se mostram associadas à “aproximação” dos jovens com fenômenos da violência.

Um outro mundo possível

A demanda por outra forma de organização do mundo está presente em todas as lideranças das situações focadas, umas mais estruturadas em torno de visões político-ideológicas partidárias, outras menos.

No caso das lideranças de entidades estudantis e sindicais, muitas filiadas a partidos de esquerda ou de centro-esquerda, outras próximas e em diálogos freqüentes com essas visões, as formulações mais freqüentes vão pela demanda de repensar o modelo de crescimento econômico, de acabar com as desigualdades e exclusões, de superar a forma de produção capitalista; de superar o modelo de globalização, o “novo imperialismo” e o neoliberalismo; de reverter a cultura baseada no consumo e no in-

dividualismo; de garantir a paz e os direitos humanos, as liberdades políticas e a democracia.

Fazem a ligação dessas perspectivas de transformação mais global e estrutural com demandas específicas: vários desses atores têm buscado explicitar essa ligação nas pautas, principalmente por meio da inserção do ponto relativo à necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento para a promoção de políticas de inclusão que respondam às demandas dos jovens. No caso do combate ao desemprego, a conexão aparece como fundamental. Nas demandas apresentadas pelas entidades gerais à educação, aparece a luta contra o princípio do privado *versus* o público, concretizada por meio dos eixos do combate à “mercantilização da educação” e à “invasão imperialista” no ensino privado (eixos de atuação da UNE).

No FJRJ também encontramos, em um documento que lista seus objetivos e suas contraposições, o repúdio a “todos os projetos e todas as políticas públicas que não tenham a perspectiva de transformação social”. No hip hop, há a referência à necessidade de derrubar o sistema, de fazer a revolução.

No AIJ, essa é a “bandeira central”. É importante reparar que a demanda geral de transformação não aparece para os integrantes do COA como síntese ou conjunto das diversas demandas apresentadas pelos atores que ali se reúnem, mas como determinada perspectiva de transformação do mundo. Talvez a idéia de síntese estivesse presente no início, mas a configuração da bandeira da “possibilidade de outro mundo” que deve ser posto em prática já apresenta, na verdade, um conjunto de princípios que devem organizar esse “outro mundo”. O enquadramento geral do que se combate é o mesmo dos outros atores da esquerda: a busca de reversão do capitalismo e do neoliberalismo, do modelo de globalização, do individualismo e do consumismo. Porém, a proposição está fundada em certos princípios, o tempo todo reafirmados pela pro-

dução da experiência do acampamento: a economia solidária como forma de produção econômica e social; a preservação ambiental (traduzida em práticas como alimentação orgânica e bioconstrução); a livre comunicação e o uso de tecnologias da informação baseada em *softwares* livres; a diversidade cultural e de orientação pessoal (sexual, religiosa etc.); e a autogestão, a democracia direta e a relação de horizontalidade como princípios de organização social e política.

É nesse sentido que as lideranças (os integrantes do COA) entendem e traduzem sua demanda. E consideram que a presença das “diferentes demandas” dos diversos atores, que também constituem a experiência do acampamento, são resignificadas quando incorporam tais princípios e quando os jovens saem da experiência agregando tais princípios às suas pautas. Ao mesmo tempo, se revela nas decepções geradas pelas últimas experiências do AIJ, quando avaliam que, por muitos jovens não aderirem a tais princípios, a experiência tenha se descaracterizado como proposta.

Por outro lado, é possível ver que essas definições criaram pontos de tensão com outras lideranças juvenis, que consideram tais bandeiras demasiado vanguardistas, com pouca capacidade de permitir a “unificação” dos movimentos juvenis. Para essas lideranças, a idéia da unificação das pautas ou uma síntese das diferentes demandas, tal como a proposta inicial do acampamento, aparecia como mais factível e eficaz. Talvez, aqui esteja embutida uma divergência relativa ao projeto de transformação do mundo. Nem todos os princípios empunhados pelo COA são coincidentes com os alicerces do “outro mundo” que os integrantes dos partidos de esquerda almejam.

Visibilidade

Para além das demandas nomeadas como tais, consideramos importante incluir a observação de que uma questão que aparece de modo importante para

muitos atores (para uns mais explícita e centralmente, para outros menos) é a busca de visibilidade como mote de atuação e, até mesmo, da constituição como ator social. Busca que pode estar dirigida à superação de uma invisibilidade e/ou da negatividade de certas situações ou questões juvenis: esse é, mais explicitamente, o caso do hip hop, mas também, num sentido mais relativo, o do AIJ, do Sintratel e dos estudantes. O desejo de produzir determinada imagem de si mesmo e do segmento que representam, de diferentes modos, pode ser interpretado como demandas ou estratégias para alterar o campo simbólico de representações sobre a juventude ou de certos segmentos da juventude.

Para o hip hop, por exemplo, trata-se de reverter uma visibilidade negativa, de reverter os preconceitos impressos como via fundamental para processar a inclusão social (ou processar a inclusão numa outra chave) e afirmar-se como sujeito. Essa é, praticamente, a questão central, o que organiza sua identidade e atuação, como já apontamos nos itens anteriores. “A questão da visibilidade estava na base de tudo, porque juntos, a gente conseguiu unir os jovens que curtiavam o movimento dando maior poder de pressão ao movimento. Isso só veio acontecer com a criação da família MBJ” (Alves; Alvim, 2007).

Um dos sentidos assumidos pelo AIJ está ligado à questão de se constituir como espaço juvenil de grande visibilidade, tanto para os grupos ideológicos do qual se sentem fazendo parte (os integrantes do Fórum Social Mundial) como para a sociedade. Por isso, um acampamento no centro da cidade, em uma praça pública, contém a tentativa de apresentar uma juventude diversificada, militante, capaz de se engajar na proposição de outro mundo possível (buscando reverter, assim, imagens correntes sobre apatia, desmobilização e acomodação ao *status quo*).

No caso da Revolta do Buzu, os estudantes tinham muita noção do impacto político causado pela visibilidade dada

nos meios de comunicação ao acontecimento, principalmente à massividade e combatividade das mobilizações. Eles avaliam que esse foi um elemento importante para o crescimento da adesão ao movimento e para o espraiamento posterior para outras cidades. Ela também foi uma arena importante da disputa processada, já no próprio curso do acontecimento, sobre a deflagração, o sentido da bandeira central e a direção e capacidade de condução do movimento.

No caso do *telemarketing*, a força do Sintratel parece vir da visibilidade que logrou construir dentro do meio sindical, tipicamente juvenil, como estratégia para ganhar espaço e pôr o tema da juventude dentro desse meio.

Um objetivo que se persegue, assim, é o controle sobre a visibilidade produzida pela própria ação. Desse modo, ganham relevância as estratégias para lidar com a mídia: por um lado, a produção de embates com a mídia convencional; por outro, a criação de canais alternativos de informação. No caso do AIJ, essa foi uma estratégia planejada, considerada como eixo fundamental de organização. No caso da Revolta do Buzu, a disputa pela visibilidade produzida se deu, também, entre os próprios atores (a produção de um documentário, em filme, sobre o evento, por exemplo, é considerada como sustentadora de uma das interpretações e combatida por certos atores).

Por contraposição, um dos problemas dos jovens migrantes trabalhadores da cana é o de que seus dilemas (relacionados ao desgaste quase mortal que o padrão de produtividade imposto por esse modelo de produção) estão invisíveis no debate que se processa sobre o etanol como nova matriz energética. Logo, não têm lugar nas ações de fiscalização que os atores governamentais desenvolvem no setor (que, segundo José Roberto Novaes, concentram-se na fiscalização do trabalho infantil e do trabalho escravo), no âmbito dos debates dos

jovens sindicalistas e nos debates mais gerais sobre as questões e necessidades dos jovens. Nesse caso, é uma invisibilidade que precisa ser rompida.

Participação

Para alguns atores, um mote muito importante é a abertura de espaços de participação, seja como demanda expressa (por exemplo, o caso do FJRJ, com relação aos espaços institucionais para a formulação de PPJUV, ou o caso do AIJ, cuja primeira demanda é justamente a de propiciar a participação dos jovens no Fórum Social Mundial), seja como perspectiva de atuação (como no caso dos jovens sindicalistas, que estabelecem entre suas principais diretrizes a construção e conquista de espaços no interior de suas organizações).

De modo geral, a participação constitui uma perspectiva básica para todos os militantes e todas as lideranças dos movimentos e organizações juvenis em dois planos: a ampliação da participação dos jovens nos processos sociais e políticos e, principalmente, nas organizações a que pertencem (configurando estratégias para estimular o engajamento de jovens nas suas entidades, em campanhas etc.); e ampliação da participação dos jovens atores nos espaços de poder constituídos ou nos espaços de articulação dos processos de transformação em curso.

Há referências, também, a uma demanda geral de aumentar a possibilidade de participação dos jovens na medida em que eles são, muitas vezes, desqualificados pelas instituições, como aparece no estudo da Revolta do Buzu:

Os entrevistados, no entanto, ao relatarem suas dificuldades em ser jovens, revelam que, na realidade, gostariam de ser reconhecidos como pessoas que podem oferecer sua contribuição onde quer que estejam: numa reunião de bairro, de escola, na organização de algum evento, mesmo que não esteja voltado para os jovens (Oliveira; Carvalho, 2007).

É importante dizer que as experiências de mobilização constituídas pela Revolta do Buzu e pelos AIJs revelaram, aos próprios jovens e à sociedade, de forma surpreendente, a disposição e o engajamento dos jovens e a massividade desse engajamento. O número de manifestantes de Salvador (cerca de 20 mil), e sua garra, mantendo-se mobilizados, por aproximadamente 20 dias, com manifestações públicas que impactaram a cidade, dão a dimensão de uma juventude nada alienada ou acomodada. No caso do acampamento, não só o número dos participantes (de 2.500 a 35 mil, da primeira à última edição) como a extensão da diversidade de atores que acorreram à experiência superaram, sucessivamente, as expectativas. Essas experiências fornecem o retrato de um engajamento até então pouco visível nessa dimensão. Em ambos os casos, é possível pensar que produzem marcas na experiência de uma geração.

Para além dessas dimensões gerais relativas à questão da participação, em dois casos ela aparece mais explicitamente como demanda na constituição do ator.

Primeiramente, no Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, que se constitui como espaço de articulação de organizações e de jovens em torno do tema da juventude. A participação se apresenta como demanda central, dirigida aos processos e espaços instaurados no campo das políticas de juventude: “O Fórum de Juventudes tem como principal ‘bandeira’ a discussão sobre as políticas públicas de juventude e a participação dos jovens em espaços de definição e elaboração destas políticas” (ver Brenner, 2007). Tal objetivo está fartamente expresso nos documentos encontrados. A pista explorada no estudo é, porém, a de que essa bandeira aparece como justificativa retórica repetida por jovens e lideranças, mas que não encontra ação prática correspondente.

A busca de participação se configura em pelo menos três níveis: incluir a participação dos jovens que são público-alvo

de programas (ou “usuários” de políticas) no debate e na incidência das ações a eles dirigidas; ampliar a participação do tema da juventude nas próprias organizações em que estão inseridos; e conquistar ou apoiar a participação desse ator (FJRJ) e de seus integrantes nas instâncias de formulação e deliberação de políticas de juventude (como no Conjuve, na Comissão de Políticas Públicas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Alerj –, e no processo de constituição do Conselho Estadual de Juventude do Rio de Janeiro).

Nesse sentido, uma primeira problematização apresentada na análise desse ator diz respeito à real potencialização que a participação juvenil consegue realizar, uma vez que quem dirige e desenvolve as atividades permanentes não são os “jovens dos projetos”, mas os militantes das ONGs. Os primeiros participam, na verdade, dos Encontros de Galeras, que acontecem mais espaçadamente. E, segundo o estudo realizado, quem define, fundamentalmente, as pautas de debates, quem propõem os métodos e quem convoca os encontros são, também, “os adultos” do FJRJ, indicando que os jovens permanecem mais como público da ação do fórum do que como protagonistas. Assim, a percepção da pesquisadora é a de que os jovens valorizam a atuação nesse coletivo mais como possibilidade de ampliação de sua experiência (circular por lugares novos, entrar em contato com pessoas e instituições diferentes), ampliando a “vivência de juventude” e, também, o capital social, que por um objetivo claro de incidir nas políticas. A pesquisadora ressalta que os jovens entrevistados não sabem sequer localizar claramente o que são políticas de juventude.

Parece que o FJRJ não apresenta uma pauta pública com as demandas para serem respondidas pelas políticas públicas (nem uma definição mais explícita de quais seriam essas demandas). A sensação, assim, é que a atuação está mais centrada na busca de participação

sem pauta organizada de conteúdos, o que faz com que os conteúdos sejam dados pelas pautas dos poderes públicos que formulam as políticas.

É interessante notar que a ênfase na conquista do espaço de participação, em detrimento da elaboração das pautas de direitos, parece ser uma característica de outros atores juvenis: como já observado em outras ocasiões, acontece também com as juventudes partidárias, que apresentam elaboração e investimento maior na tentativa de abrir, conquistar ou ocupar espaços de participação (em órgãos de gestão, em estruturas organizacionais, em redes de articulação) que de propor pautas específicas. Também com os coletivos sindicais juvenis, em certa medida, isso parece acontecer, como anotam Maria Carla Corrochano e Érica Nascimento:

Quanto aos sindicalizados e às lideranças juvenis, as demandas concentram-se na ampliação dos espaços dos jovens no sindicalismo, seja porque querem publicizar suas singularidades, seja porque almejam estender suas contribuições para além de coletivos específicos ou, ainda, porque não pretendem ser percebidos apenas como ‘dirigentes do futuro’, alvos de formação constantes para renovação dos quadros dos sindicatos. Uma das lideranças jovens chega a sugerir, inclusive, cotas nas direções. Se a criação de coletivos é percebida como avanço tanto por jovens quanto por adultos, ela nem de longe parece suficiente para atender às demandas por espaço dos jovens sindicalistas. Nesse sentido, mais do que inserir as pautas juvenis no sindicalismo, o grande desafio que está posto é a superação do ‘conflito geracional’ que se instala à medida que lideranças jovens alargam sua atuação. Entretanto, é importante ressaltar que a luta por maior espaço no sindicato não vem atrelada à percepção da necessidade de construção de uma pauta juvenil nos ambientes de trabalho ou de

políticas de trabalho para jovens, ou seja, a luta por espaço não vem associada à luta por direito ao trabalho (decente) das jovens gerações (Corrochano; Nascimento, 2007).

O tema da participação, por outro ângulo, também encontra centralidade no AIJ: sua própria constituição é fruto de uma demanda de garantia e ampliação da participação da juventude no Fórum Social Mundial, estruturando uma possibilidade de hospedagem e participação sem ser, necessariamente, por meio de representação institucional (no FSM a inscrição era por entidade), assim como de inclusão dos temas da juventude no fórum.

Essa perspectiva se mantém e se amplia. Para além da conquista de espaço de participação, trata-se, cada vez mais, da transformação do próprio modo de participar, de fazer política: postulando outra relação da política com a cultura, com o comportamento e com a vida, consubstanciada na idéia de experimentação dos princípios e das diretrizes. O grande sentido de sua atuação vai ser, então, a proposição de outra forma de participar e construir o mundo social, efetivando os princípios de autogestão, democracia direta em vez de representativa e o estabelecimento de relações horizontais e não verticais:

A grande contribuição e 'novidade' que tínhamos para oferecer era a idéia de uma militância fora de partidos e de aparelhos, que você voltava à ação direta, às práticas (software livre, economia solidária etc., e à construção de circuitos alternativos em vez de seguir uma agenda vinculada à política eleitoral. (Fischer; Corrêa; Amaral, 2007).

Considerações sobre as demandas estudadas

Lançando um olhar geral sobre as demandas presentes nessas situações, podemos notar que cada segmento ou ator apresenta várias demandas e que há demandas que estão presentes em quase todas

as situações. Por um lado, isso nos ajuda a sustentar a idéia da existência de uma multiplicidade das dimensões da condição juvenil. Por outro, nos coloca questões a respeito de onde se ancora sua singularidade. Se há demandas recorrentes, em que medida apontam para a constituição de eixos gerais? Pode-se dizer que revelam conteúdos comuns da condição juvenil? Nesse caso, quais são as diferenças de formulação que indicam desigualdades no modo como se apresentam como carências? O fato de comporem temas comuns (como educação, trabalho, cultura, circulação) implica a possibilidade de constituir motes ou alvos de luta comuns, gerais o suficiente para estruturar pautas ou lutas unificadas? Ou os acentos e as inflexões são tão grandes que inviabilizam a apresentação unificada? Em outras palavras: poderão sustentar a construção de pautas da juventude? O que indica que tais demandas formem conjuntos articulados pela singularidade de sua inflexão juvenil e não pela de outras identidades que também vivenciam (de classe, de etnia, de condição de moradia etc.) ?

As perguntas, que foram sendo feitas ao longo do exame das demandas desses jovens, têm a ver, em boa parte, com a existência ou não de uma especificidade juvenil das demandas: em que medida são juvenis? São juvenis porque são específicas da juventude ou porque são sentidas e empunhadas por jovens? São juvenis apenas na forma de expressão e mobilização e não no conteúdo? Ou porque são mais presentes – ou fazem mais sentido – nesse momento da vida? Ou, ainda, porque expressam o lugar e o significado que têm nas suas vidas como jovens?

É bom lembrar que há uma valorização diferente por parte de cada ator sobre o conteúdo juvenil da demanda. Alguns fazem disso um ponto de força (Sintratel, hip hop), outros vêem nisso uma diminuição da importância e buscam mostrar que suas bandeiras vão além do âmbito juvenil, como no caso da

Revolta do Buzu, em que seus protagonistas levantaram como ponto de força do movimento o fato da reivindicação não ser só dos estudantes, mas de toda a população e o fato de estarem reivindicando uma conquista significativa não só para eles, como para suas famílias. Portanto, o protagonismo dos jovens, nesse caso, reside não no fato da reivindicação ter caráter juvenil, mas na “adequação” (ou oportunidade) para empunhá-la, para se mobilizarem com a contundência necessária (por terem menores compromissos com o trabalho, serem “historicamente” participativos, ativos, de briga).

Outros atores atribuem importância ao conteúdo juvenil da demanda, mas de forma subordinada às questões maiores (de classe, no caso das lideranças juvenis da CUT, por exemplo). Assim, suas demandas aparecem como singularidades de demandas maiores, definidas pela estrutura das relações de produção.

Em alguns casos, consideram que a bandeira ou expressão juvenil (ou de certo segmento da juventude) pode revelar ou interpretar as questões gerais (da sociedade ou de um grupo ou classe social) a partir de uma ancoragem muito localizada na experiência concreta. Esse parece ser o caso do hip hop. Demandando reversão do modo como são tratados na condição de jovens pobres e pretos, se apresentam como porta-vozes de comunidades (no sentido de “comunidades de destino”) maiores: “somos nós a voz da periferia”. Suas demandas são juvenis na medida em que se referem a condições que vivem enquanto jovens, mas que iluminam carências, exclusões e discriminações que dizem respeito a segmentos maiores.

Outras demandas, embora sejam vividas como necessidades que apresentam inflexões juvenis significativas (como a especial exploração impingida, no trabalho, a jovens do corte da cana), não encontram expressão pública que aborde essa singularidade. Em outros casos, ao contrário, nisso se ancora sua visibilidade,

uma vez que essa dimensão é ressaltada pelos atores do *telemarketing*.

De modo geral, parece possível concluir que as demandas dos jovens, na maior parte, dizem respeito a necessidades gerais, mas apresentam inflexão juvenil porque seu conteúdo tem um acento específico referido ao modo como os jovens vivem a condição (no trabalho e com relação à discriminação e à violência, por exemplo). Outras demandas também são gerais, porém mais “sentidas” pelos jovens, pelo momento da vida em que estão (como podemos ver no caso da educação profissionalizante, da necessidade de conciliar escola e trabalho, a possibilidade de fruir e produzir cultura, a circulação pela cidade). Outras, ainda, encontram especificidade na forma como podem ser respondidas ou acessadas pelos jovens pelo formato, pela linguagem, pelos espaços de desenvolvimento etc. E há, também, aquelas que são realmente específicas (exclusivas) dessa faixa etária, como as que dizem respeito a processos que só ocorrem nessa fase da vida (relativas a certas demandas de saúde vinculadas a processos do desenvolvimento fisiológico ou do momento do ciclo de reprodução, demandas relativas a marcos legais de acesso à cidadania, como inclusão nos processos institucionais de direitos políticos ou de deveres como serviço militar etc.). Desse modo, parece que faz sentido, de modo genérico, pensar na existência de demandas juvenis, embora muito debate público ainda tenha que ser feito sobre seu conteúdo. Porém, o quanto elas podem compor pautas unificadas da juventude é outra questão.

Outro ponto a ser considerado é que, do mesmo modo como vimos na introdução deste relatório, há um peso grande para as chamadas demandas de inclusão social ou, em outras palavras, as reivindicações relativas a direitos sociais.

É importante fazer uma reflexão mais detalhada a respeito desse caráter social das demandas. A predominância de de-

mandas de inclusão social acontece por uma “regressão do político”, como interpretam alguns? Por que os jovens de hoje têm demandas menos nobres, generosas e utópicas que os de gerações passadas? Por que são esses os temas que expressam as contradições que vivem e que se transformam em problemas políticos centrais no modelo econômico e social excluente que vivemos?

Não é que as demandas políticas, ou as subjetivas, estejam ausentes. As “questões subjetivas” vêm implicadas em questões de identidade social e cultural, de gênero e raça, assim como da própria identidade juvenil. As questões relativas à dimensão propriamente política vêm imbricadas na demanda por participação, por incidir nos debates e definições de políticas e pelos questionamentos e pelas proposições sobre as formas de “fazer política”, sobre os modelos de representação, de democracia e de gestão (AIJ).

Nesse sentido, é possível dizer que as demandas concretas estão bastante ligadas às demandas simbólicas, e que é nesse imbricamento que podem ser percebidas as inflexões juvenis nas questões sociais ou nos direitos universais.

Por outro lado, é preciso ressaltar a dimensão política que as questões sociais têm nessa conjuntura histórica, na medida em que remetem às desigualdades estruturadas e mantidas pelo modelo de desenvolvimento, pelo “sistema” (nos termos do hip hop), pela “ordem neoliberal” (nos termos do AIJ). O vínculo das demandas concretas de inclusão social com as proposições de transformação mais geral do mundo, processadas por boa parte do atores, aponta nessa direção. Pode, nesse sentido, ajudar a revelar contradições do modelo de desenvolvimento?

Assim, cabe considerar que essas demandas apresentadas do ângulo da juventude podem trazer contribuições ao debate geral sobre os direitos negados e aqueles a serem conquistados. Se puderem ser consideradas, podem ampliar a pauta das reivindicações, incluindo te-

mas, ou inflexões de temas, ainda pouco incorporados: incluir cultura e lazer, por exemplo, como tema de importância maior que a encontrada hoje, ampliando a noção do direito à cidade; abrir novas frentes de luta na postulação da idéia de trabalho decente, forçando a consideração de novas combinações entre as diferentes dimensões que compõem a vida atual; e, nesse sentido, ampliar a própria concepção a respeito de direitos fundamentais vigentes na sociedade.

Por outro lado, parece instigante perguntar como a reunião de diversidade de demandas se relaciona com a possibilidade de montar uma agenda única. A idéia de uma conjunção de bandeiras diversas está presente, embora com profundidades distintas, no AIJ, na Família MBJ – reunião de várias bandas, cada uma com sua bandeira, mas fortalecendo-se num conjunto – e, de certo modo, nas manifestações da Revolta do Buzu, quando se pensa que não se trata de uma única, mas de várias manifestações que valoram diferentemente cada uma das reivindicações do movimento.

Já apontamos que certos atores juvenis vêem negativamente essa postura (da multiplicidade de direções impressas nas mobilizações) e valorizam a questão da unidade e direção única do movimento. Para o COA, estamos em uma nova forma de fazer política, que contém princípios políticos muito consistentes.

Quais são as limitações de uma e outra perspectiva? Quais são, assim, as possibilidades de criar pautas comuns para além do arrolamento de demandas pontuais (as famosas listas de demandas em que se transformam os documentos que saem dos encontros, fóruns e conferências)? Qual a chance dessas listas se transformarem em eixos de luta e diretrizes de políticas?

No entanto, para perseguir essas questões, é importante ver não só as demandas explicitadas pelos jovens, mas quais entram nas pautas mais gerais e de outros atores. Por esse ângulo,

é preciso dizer que a capacidade de incidência dos atores juvenis na montagem das pautas públicas é ainda bastante baixa.

Demandas relativas à educação entram de forma quase consensual na pauta de inúmeros atores como a mais legítima e essencial para os jovens e como modo de resolução para as outras demandas.

■ **Trabalho:** embora genericamente localizado como um dos problemas a atingir mais duramente os jovens (o desemprego entra como diagnóstico que explica outros problemas da juventude, como violência e falta de perspectivas; a necessidade de trabalhar entra como denúncia da desigualdade; a discriminação por falta de experiência como problema a ser enfrentado), como demanda de resolução entra, mais efetivamente, na pauta dos atores vinculados ao mundo do trabalho (sindicatos). Mas o “direito ao trabalho” não está, ou está muito pouco, incluído. As condições de trabalho (a qualidade ou a “decência” do trabalho) entram timidamente, e apenas por meio dos atores sindicais.

■ **Cultura:** entra secundariamente e, principalmente, como tema subsidiário de outros: complementar à educação ou como anteparo dos jovens à violência. Há uma tendência crescente de pensar a cultura como via alternativa de geração de renda e ocupação. Também é, muitas vezes, considerada elemento importante, vinculada à juventude, por atores de configuração mais geral (as centrais sindicais, por exemplo), na perspectiva de estabelecer modos de aproximação com os jovens que desejam organizar. Em nenhuma dessas vertentes, como podemos ver, há absorção do direito à cultura como direito essencial.

Já a demanda por participação é a que tem encontrado mais capacidade de ser incorporada: tem legitimida-

de entre atores e organizações “adultas”, e entre certos gestores do poder público (verificado na criação de canais de participação, como conselhos etc.). Na verdade, é possível pensar que há mais facilidade para incorporar a participação dos jovens do que as demandas que eles apresentam. Embora, aqui, seja preciso refletir sobre qual tipo de participação se concretiza. Trata-se de propor a participação dos jovens como modo de formação para a cidadania das novas gerações? Como agentes do desenvolvimento de ações públicas ou cívicas? Como introdutores de inovação nas estruturas às quais se incorporam? Como arautos de novas culturas políticas? Como representantes das questões juvenis? Ou como elos qualificados para se chegar ao público juvenil?

3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Em primeiro lugar, parece importante dizer que os temas ganham peso e importância muito diferenciadas segundo as distintas situações-tipo, revelando que se constituem como questão mobilizadora para alguns setores e atores mais que para outros.

De modo geral, entre os entrevistados, pode-se perceber aceitação e valorização geral da diversidade, embora não em todos os aspectos. Em certos casos e para certas lideranças, diversidade aparece mais na forma de uma tolerância consentida (no sentido de “cada um escolhe seu caminho”) ou de uma resposta considerada “politicamente correta”, conforme foi constatado entre as lideranças estudantis com relação ao tema da orientação sexual. De todo o modo, pode-se falar, numa aceitação do direito à diferença e, em certos casos, numa adesão positiva da diversidade como valor.

A igualdade de gênero é a mais amplamente aceita e se torna demanda expressa e/ou alvo de ações por parte de alguns atores. No caso dos estudantes,

embora já tenha sido anotado em outro lugar a permanência de descompasso entre a participação das mulheres nas mobilizações e nos cargos de lideranças das entidades,²² esse é um direito afirmado com convicção pelos entrevistados. As linhas de ação para sua promoção constam na proposição de várias entidades. Não encontramos, no entanto, nenhuma bandeira empunhada explicitamente entre os atores destes estudos.

O tema da orientação sexual é o que parece causar maior dificuldade de aceitação dos trabalhadores da cana até as lideranças estudantis. No entanto, engendra configuração de ações afirmativas ou estabelecimento de relações com atores constituídos por essa identidade: podemos perceber isso por meio da referência à tentativa do FJRJ de estabelecer relações com o Fórum de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT); na importância que adquiriu o tema nos últimos AIJs com a constituição do Planeta Arco-Iris; e na configuração de uma linha de ação dentro do Sintratel.

Para o FJRJ, há referência explícita, embora bastante genérica, ao direito à diversidade, tal como está registrado em um de seus documentos, na forma de repúdio à “discriminação de raça, gênero, orientação sexual, classes, geração, religião e pessoas com deficiência”. Parece interessante, porém, examinar no FJRJ como aparecem as tentativas de construir relações nesse campo (um dos entrevistados informou que o fórum ainda tenta aproximar representantes do movimento GLBTT, citou ainda o desejo de ver participando do fórum um dos movimentos do Rio de Janeiro mais articulados em torno da questão dos pré-vestibulares populares, que é o Pré-vestibular para negros e carentes – PVNC) e, ao mesmo tempo, os limites dados pela dificuldade desses atores constituídos em torno da afirmação de identidades muito discriminadas de assumirem outras pautas além das suas originais; ou como identifica um entrevistado per-

tencente ao FJRJ, a dificuldade, por parte desses atores, de inserir o tema da juventude como nova pauta de reivindicações, uma vez que tanto os militantes GLBTT quanto os negros estariam muito “amarrados” a causas específicas e não perceberiam a razão de falar sobre juventude além de sua causa principal.

No caso do setor de *telemarketing*, as questões de gênero, raça e orientação sexual são temas presentes de forma significativa na própria composição da categoria. São, desse modo, temas explícitos para a atuação sindical, principalmente as questões de gênero e orientação sexual. Curiosamente, a questão de raça é menos presente:

Embora a pesquisa tenha registrado maior participação de jovens e adultos que se autodeclararam pardos ou pretos (64%) e o telemarketing seja um setor que emprega profissionais negros, ações afirmativas ou experiências de discriminação vinculadas ao segmento foram pouco apresentadas pelos entrevistados. A discriminação racial foi comentada apenas por uma jovem trabalhadora, que assegurou ter sido preterida no espaço escolar por ser negra, e por uma liderança do Sintratel, que relatou que ações discriminatórias figuram entre as queixas que os trabalhadores encaminham para o sindicato. [...] Já as temáticas gênero e orientação sexual estiveram mais presentes neste estudo por conta das particularidades sociológicas da situação-tipo aqui estudada, uma vez que o setor de telemarketing tem como características a predominância da mão-de-obra feminina e a contratação de trabalhadores de distintas orientações sexuais. [...] As lideranças sindicais do ator privilegiado neste estudo, o Sintratel, também realçaram o significativo número de profissionais mulheres e de diferentes orientações sexuais no setor de telemarketing e argumentaram que

²² Lançando um olhar sobre a questão da valorização da diversidade de gênero no interior das organizações que se destacaram na manifestação de 2003 e cujos representantes foram entrevistados, naquele período, havia grande presença feminina, como é possível verificar entre as pessoas entrevistadas pelos jornais e documentários da época. No entanto, a presença feminina entre as lideranças das organizações e dos coletivos juvenis foi bastante inferior à masculina. Nas eleições para entidades como a UNE e Abes, ou para o grêmio do colégio Iceia, porém, constata-se a emergência de novas atrizes na cena pública.

buscam desenvolver parcerias com entidades e movimentos sociais relacionados às questões de gênero e dos direitos sexuais. Uma dessas iniciativas é o engajamento de lideranças do Sintratel nos coletivos GLBTT e de gênero da CUT, oferecendo como contribuição ao debate o cruzamento das temáticas sexualidade, gênero, juventude e mundo do trabalho (Corrochano; Nascimento, 2007).

Os jovens não-sindicalizados entrevistados, porém, não aludiram espontaneamente a esses temas.

O tema da deficiência é outro que provoca reações diferenciadas causa certos constrangimentos entre os jovens trabalhadores. No caso dos trabalhadores no corte da cana, como uma das percepções de maior drama que pode atingir um indivíduo (será pela incapacidade de trabalho que ela acarreta?); no caso dos trabalhadores de *telemarketing*, destacam-se, de um lado, os comentários dos entrevistados sobre o preconceito que os deficientes ainda sofrem no convívio social, de outro lado, as críticas endereçadas às empresas que contratam profissionais com deficiência porque a legislação impõe. Merece destaque, do mesmo modo, a percepção de um jovem trabalhador sobre os direitos conquistados por deficientes no que tange à acessibilidade e inclusão social como vantagens. Já os estudantes mostraram-se bastante solidários com seus pares com deficiência. Analisam a questão do ponto de vista dos direitos (concretizados nas políticas públicas) e da invisibilidade do jovem com deficiência (pelo Estado, pela sociedade). Reconhecem que o jovem com deficiência sofre duplamente (por ser jovem e pelas necessidades especiais), mas que suas especificidades os diferenciam como qualquer outro traço específico: “São tão diferentes quanto aqueles que se dizem normais. É uma questão de se respeitar a diferença”.

A diversidade é, genericamente, uma bandeira do AIJ, que busca concretizá-la na própria prática da atuação: “o ‘direito de ser diferente’ se expressava com todo vigor, com toda contundência, com toda vontade em ‘tornar concreto’ esse outro mundo possível anunciado em outras partes e espaços do FSM” (Fischer; Corrêa; Amaral, 2007). Seus atores avaliam que o AIJ ganha impacto político quando aprende a fazer da diversidade sua maior força. “Reconhecidamente como território de direitos, o AIJ possibilitava a visibilidade, por exemplo, da juventude negra, da juventude da periferia, da diversidade sexual, das mulheres, entre outros” (Fischer; Corrêa; Amaral, 2007). Tais direitos compõe, assim, parte essencial das bandeiras reunidas no AIJ. Porém, mais que isso, é pela experimentação da reunião e da troca entre as diversas singularidades que a importância da diversidade se afirma: seus atores avaliam que um dos aprendizados da experiência do AIJ é que o diálogo das diversidades se constrói mais sob a ótica das ações concretas, diretas e possíveis, que da mera afirmação ideológica. Assim, entre os atores estudados, é no AIJ que a diversidade aparece como bandeira explícita.



4. PERCEPÇÕES DOS ATORES E/OU MEDIADORES DAS DIFERENTES SITUAÇÕES-TIPO SOBRE OS TEMAS RECORRENTES NAS AGENDAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS

Uma primeira observação a fazer é que poucos desses temas são realmente recorrentes entre as situações-tipo estudadas. A questão da violência, na verdade, é a que aparece mais presente, como já assinalamos ao separá-la como demanda a ser examinada mais profundamente, uma vez que aparece como questão expressa e enfrentada por diversos atores. Cabe dizer que, nesta parte da entrevista, foi também o tema que mais sucitou intervenções.

Por outro lado, meio ambiente e ecologia aparecem de modo esporádico, na forma de preocupação genérica, nas falas dos estudantes e outros entrevistados, como na vertente encontrada entre as lideranças estudantis: “o tema relacionado à ecologia e meio ambiente evidencia preocupação com um futuro que está próximo, quando não só a ‘vida do planeta’, mas do próprio jovem está comprometida caso não sejam tomadas medidas urgentes (governamentais, empresariais e individuais)”. Mas, em nenhum dos casos, a questão ambiental aparece como mote de aglutinação organizativa ou de mobilização.

O caso dos trabalhadores do corte da cana merece ser examinado com mais cuidado. Nota-se que nos documentos das organizações que falam de inserção produtiva de jovens na agricultura, via de regra, há menções ao ideário ecológico traduzido como “empreendimentos ecologicamente sustentáveis”, por exemplo. Os entrevistados explicitaram um conjunto de percepções sobre o tema, como “ter mais cuidado com a poluição”; “tem que preservar muito”, “tem que pensar melhor”; “transtorno no meio ambiente cada dia destrói mais; “o aquecimento acaba com

o oxigênio”. Aqui, é interessante notar a ausência de qualquer menção ao etanol (álcool como combustível): “Seria importante, em outra pesquisa, aprofundar essa discussão indagando até que ponto a preocupação ecológica nas áreas rurais se limita ao âmbito da produção familiar e da luta pelo acesso à terra, não entrando realmente na pauta do trabalho assalariado” (Novaes, J., 2007).

Curiosamente, a sexualidade aparece como tema apenas em alguns casos, causando constrangimentos e estranhamento (como no caso dos estudantes). Torna-se curioso reparar que os próprios jovens, muitas vezes, dão um conteúdo de irresponsabilidade ou promiscuidade ao comportamento sexual juvenil. Contrariamente, é a área comportamental vista com maior valorização entre os trabalhadores da cana, que anotam a maior liberdade para se falar do tema hoje em dia.

O tema da sexualidade, associada à saúde, aparece espontaneamente entre os jovens trabalhadores urbanos referida como uma temática que necessita ser incorporada nas agendas sindicais, especialmente no *telemarketing*, onde há grande número de jovens trabalhadores. Uma das sindicalizadas do Sintetel relatou que a preocupação com a saúde dos jovens não deve se restringir às doenças decorrentes do ambiente do trabalho, mas abranger a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez não planejadas por meio de cursos nas empresas ou de oficinas nos sindicatos. Vale ressaltar, ainda, que dois dos jovens fizeram relação do tema com a definição da orientação sexual: um deles atentan-

do para o “livre arbítrio para a escolha”; o outro, argumentando que a homossexualidade é produto da ausência dos pais na educação dos filhos (Corrochano; Nascimento, 2007).

Nesse sentido, embora não haja elementos suficientes para produzir nenhuma interpretação mais consistente a esse respeito (pois a ausência desses temas pode ser fruto apenas dos atores e das demandas escolhidos no escopo deste projeto), pode-se anotar a pergunta sobre se esses temas não têm sido mais presentes nos projetos destinados aos jovens, que resultam de estímulos e financiamentos por parte de organizações de cooperação, que propriamente demandas que mobilizam jovens.

5. FORMAS DE ATUAÇÃO E EXPRESSÃO PÚBLICA DAS DEMANDAS

Outro eixo implicado no debate sobre as possibilidades da interferência dos jovens diz respeito a formas de participação. Muito desse debate gira em torno de quais seriam os traços que poderiam caracterizar os estilos de atuação política dessa geração. As observações colhidas neste estudo não nos autorizam a aprofundar tal caracterização, mas sim a explorar algumas das questões presentes. Uma delas é, justamente, o questionamento da possibilidade de desenhar uma caracterização genérica das formas atuais de organização e atuação dos jovens, ou a existência de uma tendência de conformação de um “novo estilo” como superação de outro “velho” ou “tradicional”. Mais uma vez, parece que o possível de ser dito, nesse quesito, é que existem vários estilos que coexistem e, na verdade, disputam entre si, sem que seja possível verificar predominância de uns sobre outros.

Os estilos de atuação também podem ser verificados quando observamos o modo de constituição dos atores e as arenas escolhidas para atuação.

No conjunto aqui considerado, aparecem entidades de representação de categorias (como as estudantis e as sindicais) em âmbito local (grêmios, sindicatos), regional (UEB) ou nacional (UNE, Ubes, centrais sindicais); aqueles que se constituem como seções jovens de organizações maiores (coletivos juvenis de centrais sindicais, juventudes partidárias); grupos que se articulam em torno de identidades ou referências culturais (hip hop) e que podem ter atuação local (como a FMBJ) ou nacional (como certas articulações do hip hop que participam dos AIJ); fóruns e redes que articulam organizações juvenis, assim como aquelas que incluem ONGs que dirigem ações a jovens (como o FJRJ); e, ainda, atores que se constituem para o de-

envolvimento de uma ação específica e eventual, mas que acabam assumindo existência e identidade política própria (por exemplo, o COA).

Com relação ao modo como se organizam: aqueles que se constituem como entidades de representação assumem aspectos de organização com maior grau de formalidade e hierarquia, a partir da constituição de direções e cargos com diferentes atribuições de papéis e poder interno. Em outras, há formas mais fluidas ou, como diz um dos integrantes da Família MBJ, com “uma estrutura desestruturada”, seja porque são grupos informais, ou menos estáveis, seja porque buscam, conscientemente, estabelecer outras formas de relação de participação, explicitada, por exemplo, pelos membros do COA. É possível, de todo o modo, perceber que a necessidade de formalidade e as vantagens da informalidade, a valoração negativa ou positiva da institucionalidade, a função ou pretensão de representação e os fundamentos da legitimidade das lideranças variam bastante e constituem temas de discussão, de tensão e conflito entre os atores juvenis.

A Família do Morro do Bom Jesus se estruturou como um coletivo de diversos grupos de hip hop de dois bairros da cidade de Caruaru. Segundo seus integrantes, se juntaram para reunir forças, ampliar a voz e produzir uma interferência pública maior, potencializando a capacidade de ação. Ao mesmo tempo, buscam fornecer uma estrutura de apoio para cada um dos participantes.²³ A FMBJ se constitui, assim, como uma espécie de conselho diretor formado por um representante de cada banda de rap do Morro Bom Jesus,²⁴ com a função de pensar as ações em conjunto: funciona como o “cérebro” das ações

²³ É importante ver que, aqui, a organização e atuação se fazem para lograr, ao mesmo tempo, inserção social coletiva e individual.

²⁴ Somando 13 representantes mas referido a cerca de 60 jovens, quando computados os integrantes dos grupos: “A família, então, surge da necessidade de mostrar o que se passa no morro, mas de forma que fosse possível perceber que tudo tem a ver com tudo. Isso não podia ser feito por um grupo só. Então, você veja: a Obsessão ia apresentar apenas a questão do racismo. Um jovem negro como o “Preto-RF”, falando que é discriminado por ser da favela. O que se podia pensar? Que era um recalcado, frustrado, que se queixa de não ter tido êxito na vida e culpa o racismo. A Juventude Sangrenta falando dos pais de família assassinados no morro pela polícia ou morrendo no crime, o que iriam dizer? Uns marginais querendo defender os criminosos. Mas, aí, você tem a família, todo mundo junto dizendo tudo isso, um grupo grande, mais de 60 jovens. Quando a gente faz os shows na Praça do Centenário,

no hip hop no bairro. Não há direção ou representação instituída; distribuem entre si as tarefas sem hierarquias definidas. É claro que alguns se destacam numa relação de liderança, inclusive para as relações externas, que não é formalizada.

Nesse conselho, discutem e acertam posições e posturas que devem assumir coletivamente e as orientações que querem passar para os jovens do hip hop e do bairro em geral, mas sem decidir sobre as posições que cada grupo toma na sua atuação particular. Como observam os pesquisadores, “parece não haver preocupação com a manutenção de uma conformidade de discurso ou de ação: cada um é cada um”, expressão corrente entre seus integrantes (Alves; Alvim, 2007). Essa também parece ser a forma como se pensam, “orientadores de posição” frente aos jovens das suas comunidades: “Nós, do hip hop, procuramos alertar os jovens dos perigos da vida bandida, mas cada um é livre para escolher os caminhos que quer. No rap a gente mostra esses dois lados da vida” (trecho do depoimento de Suspeito. Alves; Alvim, 2007, p. 27).

Nesse sentido, a FMBJ se coloca, ao mesmo tempo, como grupo específico e como expressão de um movimento dentro do hip hop. Neste momento, buscam se constituir como uma ONG, para potencializar o desenvolvimento de projetos (artísticos e de atuação com a comunidade).

As formas de atuação se apresentam, basicamente, sobre dois planos: o primeiro é o da “expressão artística”, cultural, através das músicas, da dança e do grafite: esse é o modo de atuação fundamental, a base de sua existência como atores, o modo como fazem a disseminação de sua visão de mundo. É pelas músicas (nos *shows*, nos CDs, com as danças e

os grafites) que “colocam sua voz”, que se expressam publicamente, que se comunicam com aqueles que querem atingir com sua atuação.

O segundo plano é o da “atuação comunitária”, em que buscam interferir no atendimento das demandas (expressas nas músicas) para os jovens dos seus bairros e, ao mesmo tempo, das demandas para a realização das atividades constitutivas do primeiro plano: a escola e o espaço para o desenvolvimento da produção cultural; a negociação das possibilidades de ocupação do espaço público para a realização de suas atividades etc.

As demandas são dirigidas, desse modo, tanto a dimensões bastante abstratas, tais como a “sociedade” ou “o sistema”, quanto aos interlocutores mais próximos e concretos – ou seja, aos representantes locais do poder público ou às direções dos equipamentos públicos existentes.

Questionamentos sobre a legitimidade das “lideranças institucionalizadas” nas entidades e sobre a necessidade de relações mais horizontais também estão presentes, enfaticamente, na Revolta do Buzu. Há uma observação interessante no relatório desse estudo de que o acontecimento consistiu em várias manifestações e não em uma única e gigantesca. Isso está relacionado ao fato de que não foi um movimento inteiramente planejado e orquestrado por uma liderança unificada, embora esse seja um ponto polêmico na suas interpretações. Tal polêmica é, na verdade, extensão das diferentes e divergentes orientações que manifestaram tanto em torno da demanda (do que era central e inegociável nela), como já vimos antes, quanto em torno da “forma de fazer política”.

desce toda a juventude do morro, bairros Centenário, São Francisco, Salgado, Cohabs, enfim, aquela multidão de jovens repetindo os refrões das bandas. Isso sim é pressão! Os pais desses jovens tudo ali, apoiando o grito deles. Essa era a intenção. E aí você tinha, do outro lado da cidade, seja no São Francisco, seja no Alto da Balança, os parceiros que colam com a gente, fazendo suas paradas, sozinho também. Então, vamos juntar todo mundo, “Poder Negro” no São Francisco, falando do que se passa na quebrada por lá, e “Alerta Pro Sistema” disparando o verbo contra o sistema do lado do Salgado e do Alto da Balança. Então, foi essa a nossa estratégia para fazer valer nosso grito de liberdade (JC, fragmento do Diário de Campo, 23 de junho de 2007. Alves; Alvim, 2007).

O questionamento da legitimidade das lideranças e das formas de representação foi um dos pontos mais densos dos conflitos internos. Nesse questionamento genérico (como, de certo modo, ocorre na FMBJ) está presente o questionamento da legitimidade das lideranças constituídas no papel de direção das entidades gerais (UNE e Ubes), e também se relaciona com o questionamento do papel de direção assumido por integrantes das juventudes partidárias. Muitos estudantes mobilizados não se sentem como tendo instituído tais lideranças e não reconhecem sua legitimidade de representação de seus interesses. Reclamam a possibilidade de constituir, nas assembleias e de forma mais direta, seus representantes (momentâneos e com mandatos muito definidos) para a negociação com o poder público.

A divergência também se manifesta com relação à necessidade ou não de imprimir uma condução mais direcionada à mobilização, de instituir um comando centralizado – o que, na perspectiva das direções das entidades e dos partidos políticos, era essencial para a eficácia da mobilização no atendimento da demanda, assim como para o saldo político e organizativo que se poderia lograr. Já outros valorizaram a capacidade de replicação e multiplicação espontânea do movimento, que aparece como um dos motivos do vigor e da massividade do acontecimento, expressando a justiça de sua bandeira e a potencialidade de atuação dos jovens estudantes.

Essas divergências se corporificaram como divisão do movimento quando as “bases” (unidas a lideranças “independentes” dos grêmios locais) não aceitaram a negociação levada a cabo pelas lideranças das entidades gerais, nem as orientações para cessar as mobilizações e cumprir o acordo com a prefeitura. Mas elas também estão relacionadas a percepções genéricas sobre os modos de fazer política, que se reproduzem em outras situações.

A diferença de compreensão do valor da unificação também é um ponto de tensão na experiência do Acampamento Intercontinental da Juventude e reflete as diferentes perspectivas dos atores que constituem seu comitê organizador. Nos primeiros AIJs, em cuja convocação estavam mais presentes jovens ligados a entidades estudantis e juventudes partidárias, a perspectiva era a de lograr uma unificação das pautas e das lutas das diferentes organizações juvenis, propondo a assinatura de um manifesto contra o neoliberalismo e a construção de um calendário de mobilização intercontinental da juventude, com ações e campanhas unificadas. Depois, à medida que os acampamentos vão assumindo um conteúdo de experimentação dos princípios de um outro mundo, a perspectiva da síntese única dá lugar à proposta de congregação de diferentes, que pode potencializar e propiciar a irrupção do novo e do transformador. Essa postura se fortalece à medida que os integrantes do COA desenvolvem uma postura política mais afinada com esses princípios e um questionamento da prática de militância dos partidos políticos e movimentos “tradicionais” (como está expresso no relatório). Isso, evidentemente, produz tensões com outras lideranças juvenis. Pode-se pensar que aparecem, aqui, dois tipos de perspectiva, diferentes com relação à congregação de forças: há uma diferença entre estar junto e construir princípios comuns, reunindo bandeiras diversas, e unificar as bandeiras e formas de atuação.

Um modo diferente de participar e desenvolver a atuação política é uma das principais proposições do COA, como já dissemos rapidamente em ponto anterior: esse novo modo está baseado em práticas de horizontalidade, descentralização, rotatividade nas representações no COA, preocupação em discutir o processo, não verticalização das decisões, longas assembleias para discutir e posicionar-se enquanto acampamento. O princípio de não ter lideranças

únicas para representarem tanto o COA como o FSM fazia parte do conceito de horizontalidade. A prática da autogestão se expressava no microespaço da composição do COA e na gestão de todo espaço do AIJ. A denominação de “Cidade das Cidades”, em 2003, foi destacada nos documentos não como tendo uma “pretensão de totalidade”, mas como um respeito à diversidade da organização (em bairros), coordenada por um conselho de gestão e não por uma única pessoa (tipo ‘prefeito’). Há, por exemplo, um documento do AIJ que fala em “reinventar a militância juvenil”.

Percebemos uma lógica democrática ligada mais à participação direta que à representatividade, e essa é uma importante mudança de lógica apresentada por este grupo no sentido de construir novas relações políticas. Logicamente, esse princípio vai apresentar limites relacionados com essa participação, pois parte do pressuposto de envolvimento dos atores do processo, fato que nem sempre se concretizou na prática (Corrochano; Nascimento, 2007).

É interessante anotar que esses atores nomeiam essa lógica de participação, aliada ao estilo de atuação (de ação direta e de pôr em prática as idéias e os princípios) como o de uma “nova geração política”, indicando tanto uma tendência dos jovens a propor e aderir a essa postura quanto no sentido de afirmação de uma tendência de renovação das formas de fazer política. Mas a resistência de muitos atores, inclusive juvenis, em assumir tal perspectiva, suspende a possibilidade de falar numa tendência de superação. Como já mencionado, trata-se de uma perspectiva que disputa com outras, mais consolidadas nos partidos e em certas organizações. O que talvez seja interessante perceber é que o AIJ dá maior visibilidade e fortalecimento político a essa postura “nova”, antes apenas pontualmente per-

cebida nos inúmeros pequenos grupos dispersos em diferentes arenas.

É elucidativo, neste ponto, registrar as dificuldades e limitações que essa perspectiva encontra: por um lado, as dificuldades da democracia direta e a exigência de dedicação quase exclusiva que os integrantes do COA têm de dar à experiência; por outro, a dificuldade de aplicar tais princípios (autogestão, democracia direta, relações horizontais) numa “cidade” de 35 mil pessoas. A isso se soma a dificuldade de adesão dos participantes dos acampamentos aos princípios propostos (que se manifesta na dificuldade de praticá-los), produzindo problemas que levaram os integrantes do COA a avaliarem uma “inviabilidade da proposta” nessas condições.

Parece importante ressaltar que as críticas e diferenças com relação a práticas e concepções dos partidos políticos e “organizações tradicionais” também apresentam conexão com as diferentes posturas relacionadas ao poder público. Os atores aqui considerados apresentam diferentes avaliações a respeito da “política” e dos partidos políticos.

Em alguns casos, é muito grande o receio da cooptação por parte de representantes do poder público ou de militantes partidários, gerando uma postura de recusa de interlocução ou de afastamento dos canais de relação com o poder público. Em outros, é justamente a eles que os atores se dirigem preferencialmente. Em alguns casos, há alta valorização da organização partidária. Por exemplo, no sindicalismo, o vínculo e a formação partidária de lideranças sindicais jovens é percebido como acrescentando qualidade política e ampliação de perspectivas à organização sindical, assim como possibilitando a ampliação das possibilidades de relações e interlocuções em vários planos de atuação.

Por isso, cabe aqui fazer uma digressão reflexiva. Por um lado, parece importante identificar um processo de questionamento bastante profundo da prática política dos “atores tradicionais”

(principalmente os ligados a partidos políticos e entidades estudantis e sindicais) por parte de outros jovens (articulados em torno de identidades, questões culturais, inserção comunitária, projetos de ONGs – por exemplo, a FMBJ – e, numa outra chave, de inspiração autogestivadora, como os integrantes do COA), assim como por parte de jovens que participam de grandes mobilizações (como no caso dos estudantes da Revolta do Buzu). Encontramos manifestações muito evidentes de desconfiança; medo de cooptação e manipulação; rechaço da pretensão de representação em processos de negociação, rechaço da busca de dar direção aos movimentos a partir de uma constituição de posição de mando fora (ou anterior) à própria mobilização. Principalmente, com relação aos partidos políticos, uma crítica à lógica “eleitoreira” e um receio de serem usados (suas mobilizações, seus posicionamentos públicos) para esse fim. Há, também, por parte de alguns desses atores, uma crítica ao “oficialismo” assumido pelas juventudes de partidos de esquerda que participam de gestões públicas que procurariam, assim, “abafar” as críticas e as demandas que possam produzir desgastes aos governantes.

Por outro lado, vemos atores juvenis, organizados em torno de ideários político-partidários e de estruturas institucionalizadas de representação com uma avaliação bastante diferente a respeito da importância de dar organicidade, unidade e direção política mais clara às demandas e mobilizações juvenis. Entre esses atores, encontramos manifestações muito fortes de valorização da organização e participação dos jovens e preocupações com as possibilidades de despolitização que as críticas apresentadas pelo “outro campo” contêm: os questionamentos a respeito da democracia representativa e da organização partidária aparecem, para esses jovens, como fazendo caldo de cultura para posições autoritárias e de direita. E apontam perigos de manipulação

e cooptação entre atores do “outro campo”, como no caso dos financiamentos de grupos juvenis ou ONGs por parte de instituições como o Banco Mundial.

Há situações em que, realmente, parece haver cisões muito fortes entre dois “campos” distintos de atores juvenis. O quanto profundo é esse fosso? Que consequências traz para as possibilidades de criação de fóruns e articulações comuns? Como evitar que apenas atores juvenis de um desses diferentes campos se façam presentes nos canais de interlocução e nos espaços de decisão a respeito das políticas de juventude?

Com relação às arenas de constituição dos atores e de seus focos de atuação e interlocução, também há grande variação. Se alguns atores se constituíram a partir da proposição ou do estímulo de agentes do Estado, ou pela perspectiva de participar de instâncias do poder público, nem todos têm esse foco. Do mesmo modo, não é em todos os casos que as demandas, buscas de atendimento ou proposições de transformação se dirigem ao poder público. Nem todas se configuram como demandas de políticas públicas ou como demandas de políticas de juventude. No entanto, também é possível dizer que, em todos os casos, há relações com o poder público em torno de suas bandeiras ou atuações, que há pontos de intersecção e desdobramentos relativos a políticas públicas.

Às vezes, as demandas se dirigem a um ator ou a uma organização mais ampla que se propõe a lutar por direitos, que desenvolve atividades de apoio e oferece benefícios, como no caso dos sindicatos (quando os jovens pedem aos sindicatos que propiciem convênios para cursos de qualificação com desconto, por exemplo); ou, ainda, se apresentam como demandas de inclusão no âmbito da organização, como é o caso dos coletivos juvenis dos sindicatos, demandando inclusão da juventude na pauta e na estrutura organizativa das centrais sindicais, e dos militantes das ONGs, que militam no Fórum de

Juventudes do Rio de Janeiro e pedem a ampliação da importância do tema da juventude no interior de suas organizações.

Na maioria das vezes, há uma combinação desses planos: os atores têm demandas dirigidas ao poder público e demandas de ampliação na participação das estruturas de organizações e movimentos mais amplos (ou demandas de transformação das relações políticas na prática de suas entidades e seus movimentos), combinadas a demandas mais gerais relativas à transformação da sociedade, do modelo econômico e social e dos valores culturais.

Assim, é possível perceber que os jovens têm se mobilizado por diversas questões e em planos múltiplos, não somente em torno de políticas públicas, nem totalmente ao largo delas; nem inteiramente focados no Estado, nem dando as costas a ele. Assim, não parece possível assinalar uma tendência comum nesse sentido.

O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro também parece seguir o estilo de uma “estrutura desestruturada”, mas aqui a ambigüidade com relação à formalidade parece ser foco de tensões: as lideranças sentem falta de uma estrutura de organização, algo que se assemelhasse a uma secretaria executiva, mas, ao mesmo tempo, não querem criá-la, por considerarem que isso poderia burocratizar demais as relações, “engessando” o fórum em uma estrutura burocrática. O temor maior é que uma estrutura assim organizada possa acabar com a espontaneidade desejada pelos integrantes adultos. Tal espontaneidade de organização também aparece vinculada à indefinição de uma pauta de discussão e de ação, “traduzida na possibilidade de ter agenda sempre aberta a temas emergentes no cotidiano, nunca ocupada por temas previamente estabelecidos”. Esse parece ser um dos temas mais controversos no interior do próprio grupo, como assinala a pesquisadora Ana Karina Brenner, pois “alguns dos seus membros acreditam

ser necessário estabelecer alguns pontos prioritários de discussão e ação, considerando as necessidades dos jovens e as questões que estão na pauta pública” (Brenner, 2007).

Na verdade, essa tensão está refletida na controvérsia a respeito da origem desse ator. Aliás, essa controvérsia também dá pistas sobre as diferentes visões a respeito do seu lugar e significado, assim como sobre a importância política do campo das PPJUV. Para alguns, a origem vem de outra tentativa de articulação (com o nome de Rede Jovens em Movimento), estimulada pela participação de vários militantes no II FSM, com a proposição de “discutir o emergente tema da juventude, suas demandas e as ações públicas voltadas para essa população”, mobilizando jovens para construir uma pauta coletiva (a partir da discussão de seus interesses e suas necessidades) e colocá-la na agenda pública, cobrando do poder público soluções aos problemas e às demandas levantados pelos jovens. Essa rede não conseguiu se consolidar. Em seu lugar (na versão de uns) ou como continuidade (na versão de outros), é formada outra, em 2003, a partir da convocação de um agente público e com uma proposta de articulação mais ampla, tanto em termos sociais (da gestão pública à iniciativa privada e organizações não-governamentais) quanto territoriais (se propunha como um Fórum Regional de Políticas Públicas de Juventude do Sudeste do país). Essa rede também não se consolidou, não conseguindo adesão de várias das organizações da primeira proposta. Um ano depois, nova rede é organizada, desta vez com o nome do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, puxada por uma entidade nova no tema da juventude no cenário carioca, com o “objetivo de reunir jovens das organizações participantes para discutir políticas públicas, pois esse era um tema que estava na pauta do dia devido ao processo que se desenrolava nacionalmente”.

As questões implicadas nessas diferentes “fundações”, e que também remetem a divergentes fundamentos da atuação, segundo a problematização apontada no relatório, se relacionam, principalmente, a duas questões: primeira, ter nascido de atores juvenis – ou que se articulam em torno do tema da juventude – constituídos no campo da sociedade civil, ou a partir de gestores e em espaços organizados pelo poder público; segunda, construir sua agenda em torno de uma pauta de demandas com base nos interesses e nas necessidades dos jovens que, então, devem produzir mobilizações de pressão para a formulação de políticas públicas pelo poder público, ou construir sua agenda em torno das pautas propostas como políticas públicas de juventude, buscando interferir em sua formulação nos espaços institucionais criados com esse objetivo.

Nessa problematização está presente uma avaliação de que atores constituídos dessa maneira, por vício de origem e de perspectiva, não conseguem colocar as verdadeiras demandas dos jovens, uma vez que se limitam aos parâmetros dados pelas políticas propostas pelos gestores. Está presente, também, a avaliação de que a criação desse “campo” em torno das políticas de juventude, com o investimento na abertura de espaços específicos na máquina pública, produz uma substituição de atores coletivos juvenis por gestores juvenis. Isso desvia o foco da atuação dos atores da mobilização social para a ocupação de espaços de poder. Nesse sentido, a demanda por participação desenvolvida pelo FJRJ seria uma demanda por participar do campo institucionalizado das PPJUV, sem lograr, no entanto, uma ampliação da participação dos jovens usuários nesse processo, nem a inclusão das demandas por eles formuladas. Ou, num outro modo de dizer, se constitui pautado pela institucionalidade política, em vez de conseguir pautá-la.

Aqui está implícita a percepção de que há uma distância bastante grande entre as PPJUV e as “reais demandas dos jovens”. Retomaremos esse ponto mais adiante.

5.1 INTERLOCUTORES/ MEDIADORES

A dificuldade de nomear ou identificar mediadores, que aparece tanto na FMBJ quanto na Revolta do Buzu, também pode estar vinculada à dificuldade já referida de aceitar a constituição de lideranças formais. A dificuldade de estabelecer relações de confiança em quem possa “falar por eles” ou fazer pontes de relação política está pousada no receio de serem cooptados e usados politicamente.

Por outro lado, há dificuldades de aproximação de outros movimentos e outras organizações (ou de suas direções adultas). Apesar da crescente percepção da existência de atores juvenis, e até mesmo da surpresa positiva diante de certos acontecimentos impactantes promovidos por jovens, há muita dificuldade de estruturação de relações de apoio a eles sem que sejam feridos seus desejos de autonomia e independência política. Em certa medida, porque ainda vigoram percepções desqualificadoras da capacidade de atuação e de assumir posições responsáveis ou politicamente relevantes (há uma queixa muito generalizada dos jovens militantes nesse sentido, da sensação de sofrerem desqualificações por parte de outros atores ou mesmo das direções das organizações mais amplas em que estão inseridos). Nesse distanciamento revelam-se, também, muitas dificuldades em considerar as demandas desses atores como relevantes ou pertinentes.

De todo o modo, o saldo, em termos de relações de mediação e interlocução não parece muito rico, embora apareçam relações fortes que se tornam bastante significativas em cada um dos casos.

No estudo da FMBJ, o principal mediador do grupo é o próprio pesquisador, que foi professor de um dos integrantes do grupo na época de sua fundação. Essa relação com um professor que percebe, se interessa e cria uma relação de interlocução, de apoio e se constitui como referência para grupos de hip hop (e outros grupos culturais) não é única. No caso da FMBJ, o professor atua dando apoio, individual e coletivo, aos integrantes do grupo, busca mediar a relação com certas instituições, como a polícia e o poder local, estrutura relações com outros setores, por exemplo, com a universidade e os órgãos de imprensa.

Embora eles se sintam bastante solitários e com pouco apoio real no percurso de buscar produzir intervenções na comunidade e conquistar certos direitos, entraram em relação com vários atores institucionais (nem sempre avaliadas positivamente): direção da escola, polícia, primeira-dama, arquiocese. Percebe-se que essas relações são sempre pontuadas por certa tensão, construída pela desconfiança de haver uma intenção de cooptação política ou de estabelecimento de uma relação clientelista por parte dos atores políticos que se dispõem a entrar em relação com eles.

O professor que apóia e estimula, ajudando a construir a reflexão acerca da própria atuação, também aparece entre os estudantes da Revolta do Buzu. Nesse estudo, as pesquisadoras relatam:

Houve grande dificuldade em identificar pessoas que atuaram como 'mediadores institucionais', sobretudo devido à resistência dos jovens manifestantes em aceitar qualquer tipo de liderança ou mediação, propriamente dita. Alguns professores foram citados, como Raphael Cloux, mencionado naturalmente pelos estudantes do colégio Iceia e lembrado pelo presidente do grêmio do Central. Durante a entrevista, ficou evidente que, não obstante sua idade na ocasião (20 anos), seu engajamento no Centro

Acadêmico de História e em partido político, sua postura foi de animador, isto é, daquele que provoca a reflexão coletiva e busca uma identidade, uma 'alma' para o grupo, levando os estudantes a reconhecerem seu papel de sujeitos políticos (Oliveira, Carvalho, 2007).

No curso dos acontecimentos, os estudantes tiveram, além da simpatia da população em geral, apoio de várias entidades e vários movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS), a Federação das Associações de Bairros de Salvador (Fabs), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e o "Conselho de Acessibilidade" (Cocas).

No caso dos trabalhadores da cana, os mediadores são, na região paulista da produção sucroalcooleira, os sindicatos rurais e a Pastoral do Migrante (mais especificamente, nesta pesquisa, o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis e Região de Campinas e a Pastoral do Migrante de Guariba), embora nenhum dos dois tenha, como já foi anotado antes, um trabalho voltado especificamente para jovens. O sindicato media a relação dos jovens com as usinas principalmente em torno da luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas. A maior parte dos jovens procura o sindicato de forma eventual: quando necessita de assistência médica, quando os sindicatos fazem a negociação com os patrões nas paralisações das turmas e nas greves da categoria, quando o sindicato fiscaliza as condições de trabalho. Alguns participam mais intensamente e se integram aos sindicatos. Mas há posições diferentes a respeito de sua importância.

O trabalho pastoral consiste em dar apoio e prestar solidariedade aos migrantes que chegam na região de Ribeirão Preto. É um trabalho de acompanhamento dos migrantes e de suas famílias, no qual cabe tanto a evangelização, as celebrações, as atividades culturais e os encontros para conscientização dos

trabalhadores sobre os seus direitos. Em momentos de crise – sejam de doenças, enterros, brigas familiares, gravidez – costuma-se recorrer à pastoral. Embora não tenha um trabalho específico voltado para os jovens nessa região, a pastoral:

Coloca em sua agenda de ‘conscientização’ o que considera ‘os problemas dos jovens’, isto é, relacionados à desintegração da família, à gravidez precoce, às doenças sexualmente transmissíveis, à violência e ao uso de drogas. Desenvolvendo seu trabalho por meio de reuniões, atividades culturais e ações sociais, a Pastoral dos Migrantes tem atraído muitos jovens para os seus quadros.

No caso do Sintratel, o principal interlocutor na expressão da demanda por trabalho decente, é a central sindical a qual está filiado (CUT):

Assim como também é nas instâncias cutistas que as lideranças do sindicato colaboram para construir pautas de juventude.²⁵ [...] Fora do espaço cutista, o Sintratel tem estabelecido diálogo apenas com prefeituras de gestões de esquerda, como no caso da gestão Marta Suplicy em São Paulo (2001-2004), que gerou até a parceria de formação de jovens no Programa Bolsa Trabalho, anteriormente citada, e na gestão petista de Emídio de Souza (2004-2008), no município de Osasco, onde há um projeto em desenvolvimento direcionado à qualificação de jovens em telemarketing .

É possível intuir que, muitas vezes, os interlocutores são estabelecidos por afinidades político-partidárias de seus dirigentes com os de outras entidades e organizações, como no caso dos estudantes da Revolta do Buzu: a relação com o Sindicato dos Bancários (onde realizam a assembleia mais acirrada, onde se consolidada a divergência acerca da continuidade ou não da mobilização) tinha a ver com o fato de que, em sua direção, há militan-

tes do PCdo B, partido ao qual estão filiados lideranças de entidades estudantis como a UNE.

No caso do AIJ, também é fundamental para o estabelecimento das relações de apoio e negociação com o poder público, as afinidades partidárias: enquanto a Prefeitura de Porto Alegre foi do PT, essas relações puderam ser construídas de modo muito mais solidário; nas últimas versões, com o governo de outro partido, fica muito mais difícil, e a relação com a polícia, principalmente, se torna muito mais tensa.

Em muitas situações, as relações que atores “adultos” estabelecem assumem mais o sentido de propiciar espaço ou relação de formação para os jovens “aprenderem a fazer política” (ou aprenderem sobre os conteúdos programáticos da organização mais ampla) que negociar bandeiras ou perspectivas de atuação (como nos casos das centrais sindicais e dos partidos políticos). Em outra vertente, a relação de apoio que muitas ONGs e organizações de cooperação estabelecem é a de ajudar a montar projetos de intervenção como um modo de formar para a cidadania e participação ativa. O apoio, no fundo, está mais direcionado ao aprendizado do “protagonismo” do que à intervenção propriamente dita (ou seja, interessa menos o que o jovem propõe ou demanda que o aprendizado que ele adquire no processo). Em ambos os casos, vemos que os conteúdos apresentados pelos atores jovens possuem pouca relevância na relação de mediação. Pouca chance, então, para que a interlocução se faça em torno das demandas ou das bandeiras. Mais comumente, é sobre a potencialidade da participação juvenil que a relação se estabelece.

Com relação às articulações e conexões com outros atores, encontramos um mosaico diferenciado de possibilidades: alguns atores procuram as redes e articulações de seus “campos maiores”, como no caso dos jovens sindicalistas, que privilegiam as conexões com atores sindi-

²⁵ Registra-se, já na constituição do Coletivo Nacional de Juventude da CUT, a participação de um dirigente do Sintratel, o então presidente Marcos Roberto Emílio. Atualmente, nota-se o envolvimento de membros do sindicato nos coletivos de saúde, meio ambiente, de questões raciais e de gênero.

cais e outras organizações das classes trabalhadoras; mas é importante notar que eles têm, também, procurado estar presentes nos canais de articulação “juvenis”, principalmente aqueles voltados para a questão das políticas de juventude (os coletivos juvenis têm assento nos conselhos de juventude, como o Conjuve). Importante reparar que o ator privilegiado para a pesquisa dos trabalhadores de *telemarketing*, o Sinratel, também faz conexões políticas importantes com outros setores baseados em “singularidades”, como mulheres e militantes dos direitos de orientação sexual.

Os atores estudantis (principalmente os de caráter nacional) têm alto grau de articulação com diferentes setores da sociedade, inclusive com assento em vários canais de articulação com o poder público (não só os “de juventude”, e nem só os de “educação”). Não foi possível, porém, aferir quais dessas redes ou conexões eles privilegiam. Como vimos, há controvérsias mas, de modo geral, é possível dizer que existe tanto uma orientação para articulação com a “população” quanto com os “jovens”. Eles têm tido participação significativa em todos os momentos de encontro, debate, seminários, fóruns, campanhas, acampamentos etc.

Nesses dois casos, entidades estudantis e sindicais, as articulações também se fazem pelo recorte ideológico e político-partidário (a escolha dos interlocutores, parceiros e dos espaços de articulação). Por outro lado, não parecem ter investido na presença em articulações promovidas por organizações não-governamentais de cooperação internacional. Também não parecem estar presentes de modo mais orgânico nas redes e nos fóruns mais informais que buscaram se articular em torno do tema da juventude (como o Pró-Fórum de Movimentos e de Organizações Juvenis). Será que isso pode indicar processos de montagem de campos de articulações distintos entre os atores juvenis?



6. AS POLÍTICAS RESPONDEM ÀS DEMANDAS?

Há políticas públicas em todas as grandes áreas levantadas pelos jovens, mas não necessariamente com o enfoque ou a particularidade levantada pelas demandas. Algumas áreas são consideradas com muito maior peso e volume do que outras. E há demandas muito fortes entre os jovens que não parecem ganhar atenção ou formulação de respostas consistentes.

Educação é a que reúne maior número de ações, programas, equipamentos e investimento desenvolvidos por todos os níveis do Estado (municipal, estadual e federal) e por instituições da sociedade civil. É, talvez, a única que configura uma “política estruturante” e com a formulação de responder a um direito universal. Isso se relaciona, como vimos, com a noção amplamente partilhada (por jovens, atores juvenis, não juvenis e pela opinião pública) da educação como um direito – e como um direito particularmente importante para os jovens, condição de garantia de todos os outros direitos.

As respostas existentes, no entanto, não atendem às demandas nem com relação à quantidade (principalmente no que se relaciona às vagas no ensino superior público, à educação profissionalizante e ao ensino médio), nem na orientação das diretrizes (principalmente no que diz respeito ao investimento na qualidade do ensino público médio e fundamental, assim como no profissional; e ao estilo da educação desenvolvida, por exemplo, no caso das reclamações dos jovens do hip hop de que a escola existente não é capaz de incluir os jovens das periferias), nem nos formatos em que as singularidades dos segmentos as formulam (como a necessidade de ter formatos mais acessíveis para jovens em situação especial, como os do meio rural).

Vemos, por exemplo, que a demanda por ensino superior público e gratuito ainda se formula como demanda tanto na aspiração dos jovens entrevistados (como entre os jovens do *telemarketing*) quanto nas linhas de atuação da UNE, que luta contra a mercantilização do ensino e pela regulamentação das escolas privadas. Nesse sentido, porém, não temos elementos suficientes para verificar como esses atores avaliam as políticas desenvolvidas pelo governo federal relativas à questão, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni) e das cotas para estudantes oriundos das escolas públicas. Sabemos, no entanto, que UNE e Ubes têm tido assento em conselhos de programas de educação e desenvolvido ações conjuntas com o governo federal. O Projeto Rondon, por exemplo, é uma política do governo federal formulada a partir de uma demanda da UNE.

As demandas por uma escola “que caiba na vida” e que interesse aos jovens parece ser a que ainda encontra dificuldade de ser debatida e transformada em política. Concretamente, a demanda, muito explicitada, pela possibilidade de conciliar escola e trabalho (não só no projeto pedagógico ou na formulação de educação profissionalizante, mas na conciliação de atividades simultâneas pelos jovens) ainda encontra poucas respostas. Talvez caiba perguntar se a tendência, crescente e recente, de definir como público-alvo prioritário das chamadas políticas emergenciais os “jovens que não estudam nem trabalham” é uma opção equivocada, pois deixa de fora a possibilidade de articular trabalho e escola como demandado pelos jovens.

As possibilidades de superar essa limitação estão relacionadas à capacidade de considerar, mais a fundo, as diversidades de situações, as demandas dos jovens e à capacidade de formular respostas com formatos suficientemente flexíveis para atender às particularidades. É claro que isso não é nada fácil num país com o tamanho geográfico e populacional do Brasil, com a diversidade e desigualdade que contém. Isso significa, na verdade, considerar que a necessidade de aumentar o investimento na educação vai além do aumento de verbas para a estrutura e a garantia da qualidade do ensino, implicando, também, a importância de sofisticar os diagnósticos sobre as singularidades juvenis e as demandas apresentadas, e de formular repostas diversificadas que logrem maior ‘adesão’ dos jovens aos programas oferecidos.

Com relação ao direito de circulação, as respostas existentes estão configuradas na concessão de diferentes formas de passes estudantis e de fornecimento de transportes especiais para acessar a escola em casos especiais (por exemplo, os veículos escolares – ônibus e barcos – no meio rural, com oferta ainda longe de atingir a demanda, especialmente em certas regiões). Tais políticas são definidas no nível municipal e apresentam variação muito grande. Segundo levantamento não-exaustivo feito para este estudo, apenas Rio de Janeiro e Cuiabá tinham passe livre; em Brasília, os alunos pagam um terço da tarifa; em Curitiba e Belo Horizonte, a meia passagem só existe para quem comprova renda familiar baixa. Outras cidades conferem meia passagem a estudantes que moram a certa distância da escola.

Em Salvador, o benefício foi instituído em 1983, proporcionando aos estudantes do município o desconto de 50% no pagamento da passagem de ônibus exclusivamente para os seus deslocamentos à escola. Depois da mobilização de 2003, ganharam o direito de usar a meia passagem em outros períodos, além do escolar, assim como aumentou a categoria de estudantes beneficiados: hoje, têm direito ao benefício alunos matriculados em instituições públicas ou particulares de ensino fundamental, médio, superior, suplência, cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado, cadastrados no Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Salvador (SETPS) que estejam freqüentando regularmente as aulas, que possuam idade mínima de 7 anos e residam a mais de um quilômetro da escola.

Essa tem sido, contudo, uma das demandas que mais embate têm produzido entre jovens e poderes públicos, principalmente na disposição dos estudantes em rejeitar as proposições de aumento da tarifa (em Vitória, capital do Espírito Santo, em 2005, foram vitoriosos ao barrar o aumento). Aqui se instala um debate sobre se os jovens devem ter esse tipo especial de subsídio e em quais circunstâncias: a maior parte dos gestores se dispõem a bancar o subsídio apenas como forma de garantir o direito à educação (considerado como o essencial e dever do Estado), e não para outros fins. Nesse sentido, podemos dizer que o direito mais genérico à circulação e à cidade, tal como formulado em certas expressões, não está incorporado nem respondido.

6.1 TRABALHO

Como já nos referimos muito amplamente, o trabalho dos jovens tem aparecido mais como um recurso de denúncia da desigualdade do que como uma política de enfrentamento da questão.

No tema do trabalho, podemos dizer que há uma série de ações, mas ainda não é possível perceber nem a configuração de um conjunto articulado de diretrizes que componha uma “política”, nem que as ações estejam orientadas pela concepção de garantia de um direito. Pode-se perceber que os programas são propostos mais como ações emergenciais dirigidas a setores mais vulneráveis que como variadas formatações a comporem uma política estruturante na área. Significativo disso é que muitas ações são desenvolvidas por pastas da assistência social, e não do trabalho. Assim, em muitos programas, a proposição de ações envolvendo os jovens com o trabalho aparecem mais como um dos modos de enfrentar a violência que como um direito das gerações mais jovens. De acordo com o estudo sobre o *telemarketing*, boa parte das ações têm tempo e público determinados, circunscrevendo-se a programas de caráter pontual. Também não se observa a proposição de ações que considerem a diversidade de relações que a heterogeneidade do segmento juvenil estabelece com o trabalho, o estudo ou com ambas as esferas simultaneamente (Corrochano; Nascimento, 2007).

No plano do governo federal, há algumas ações dirigidas à geração de emprego e renda, mas o acento principal é dado a políticas de aumento da escolaridade e de educação ou qualificação profissional (há uma miríade de programas nessa área, desenvolvida por diferentes pastas e combinada a outras várias atividades, sem que, porém, se abriguem sob diretrizes comuns). Mas, conforme já anotamos anteriormente, quase nada que diga res-

peito à promoção do trabalho decente para os jovens ou às possibilidades de conciliação de trabalho e escola.

O Programa Nacional de Primeiro Emprego foi um dos primeiros programas de amplitude pensado especificamente para jovens no governo federal, mas encontrou limitações para sua concretização. Hoje, apresenta-se reformulado, estando em extinção justamente a dimensão de apoio à criação de vagas (por meio de medidas de incentivo fiscal às empresas que contratam jovens), crescendo de importância a dimensão dos consórcios sociais, que combinam qualificação profissional e o estabelecimento de metas de inserção de jovens no mercado de trabalho. Vale ressaltar que esse programa, na dimensão de apoio à inserção dos jovens, assim como outros similares (como o do governo do Estado de São Paulo), foi avaliado de modo distinto por jovens, lideranças juvenis, demais atores e especialistas. Atores juvenis do meio sindical estiveram envolvidos nos debates públicos de sua formulação e expressaram, em documentos, a demanda de sua extensão e de seu aprimoramento. Centrais sindicais também se pronunciaram favoráveis ao programa. No entanto, muitas foram as críticas, principalmente por parte daqueles que apostam na perspectiva do retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho e na concentração do investimento público na garantia e elevação da escolaridade dos jovens. As redefinições de suas diretrizes e seus formatos, no entanto, não passou por processo de avaliação e debates públicos envolvendo os atores juvenis.

Por outro lado, várias ações de estímulo ao empreendedorismo são desenvolvidas, com ações de financiamento e capacitação especiais para jovens, inclusive no meio rural (por exemplo, o Pro-naf-Jovem), onde se desenvolve, também, um programa de acesso à terra para jovens (Nossa Primeira Terra). Há, porém, declarações da dificuldade sobre a possibilidade de todos os segmentos

de jovens trabalhadores poderem acessar tais programas, como vemos nas reflexões de José Roberto Novaes (2007). Essa observação tem estado em outros estudos, que apontam que somente certos segmentos de jovens conseguem se valer desse tipo de apoio.

Em outra vertente, têm sido desenvolvidas linhas de apoio a iniciativas de economia solidária entre jovens, o que vem ao encontro de várias demandas dos jovens engajados na proposição de modos alternativos ou de transformação das sociedades, como no caso dos idealizadores do AIJ.

Também, como já vimos antes, aspectos relacionados às condições de trabalho, à jornada e aos salários dos jovens aparecem de maneira muito tímida no debate público e estão praticamente ausentes no campo das ações governamentais.

Com relação à demanda de combinação trabalho e estudo, conforme já foi dito no item sobre educação:

Parece evidente que as respostas ainda são insuficientes. Ainda que nos últimos anos possam ser observados avanços significativos, eles são limitados quando se trata de construir políticas específicas no campo do trabalho. Se é fato que os jovens desejam ampliar sua escolaridade (e aqui vale observar, sem serem ingênuos, pois eles sabem que a educação não resolve tudo), eles também reivindicam trabalho e condições de trabalho. Assim, a demanda é por trabalho (decente) e educação. Ora, grande parte das políticas está muito mais direcionada para a elevação da escolaridade e oferta de qualificação profissional. Assim, a outra metade de questões levantadas pelos jovens aqui investigados ainda encontra-se sem resposta.

Outra dimensão que aparece ainda pouco considerada é a do enfrentamento das situações de discriminação vividas pelos jovens no mundo do trabalho: se já existem formulações para o enfrentamen-

to da discriminação de gênero e raça no campo da educação, no campo do trabalho não parecem ter aparecido com consistência no caso da juventude. Menos ainda com relação à discriminação por local de moradia, tão citada como problema pelos jovens.

Um último plano pode ainda ser considerado. Muitos atores, até mesmo juvenis, apontam para a limitação dos Estados na capacidade de responder aos problemas de trabalho e emprego, uma vez que são produzidos pelo modo de produção e pelo modelo de desenvolvimento vigente, condicionados, inclusive, às dinâmicas internacionais do capitalismo. Nesse sentido é que as demandas relativas ao trabalho têm sido remetidas à necessidade de interferência no modelo de desenvolvimento, assim como no ritmo do crescimento. Pode ser interessante refletir, assim, sobre questões levantadas neste estudo a respeito de setores que “absorvem” mão-de-obra juvenil, constituindo-se mesmo em nichos de mercado de trabalho para jovens: o corte da cana e o *telemarketing*. Nos dois casos, embora por ângulos distintos, trata-se de setores em expansão, compreendidos como eixos de desenvolvimento e crescimento econômico, apoiados em tecnologias modernas e, no caso da produção do etanol, como alternativa de uma produção não ambientalmente agressiva. Nos dois casos, geram postos de trabalho formais para jovens. Mas o que têm representado, para os próprios jovens, como respostas de uma inclusão “decente” no mundo do trabalho? O que significa quanto às possibilidades de construção de uma trajetória “decente” de inserção laboral?

Esses dois casos podem ser tomados para afirmar que, se por um lado, as respostas relativas a trabalho para os jovens dependem do modelo de desenvolvimento e do crescimento econômico, por outro, as respostas “estruturais” têm que ser acompanhadas por outras políticas que sejam capazes de

fiscalizar e controlar as condições dos trabalhos dos jovens e permitir a continuidade de sua formação e qualificação simultaneamente à inserção, com o objetivo de permitir o desenvolvimento de sua trajetória profissional. Esse é mais um ângulo que pode nos ajudar a construir a idéia da necessidade de uma “inflexão” juvenil nas políticas universais, a idéia da importância da consideração da especificidade na formulação das diretrizes universais ou, ainda, da necessidade de articulação (e não só adição) entre as políticas estruturantes e as emergenciais.

6.2 PARTICIPAÇÃO

Em certo sentido, parece que são as demandas por participação as que mais têm encontrado respostas específicas (ou mais aceleradamente) por parte dos poderes públicos. A criação de órgãos institucionais no governo federal, assim como nos planos municipais e estaduais, que incluem tanto a incorporação de atores juvenis entre seus gestores quanto a criação de canais de participação e a convocação de fóruns e conferências de debate e proposição de políticas, indica a criação de respostas concretas a essa demanda por participação nos aparatos públicos.

É preciso, contudo, perguntar sobre o alcance e o sentido dessa participação. De modo geral, embora seja ainda cedo para fazer avaliações conclusivas, pois o processo todo é muito recente (tem pouco mais de dois anos no plano federal), pode-se dizer que há uma tendência a incorporar mais a participação “colaborativa” no plano da execução das políticas governamentais que a participação na definição das demandas que devem ser respondidas.

6.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Os estudos coincidem ao assinalarem o desconhecimento de muitos jovens sobre o termo “políticas públicas de juventude”, o que não significa, contudo, o desconhecimento ou desinteresse relativo a políticas públicas dirigidas aos jovens: em quase todos os casos, os jovens têm demandas de políticas públicas que respondam a suas necessidades. Já entre as lideranças dos diferentes segmentos, o termo está presente. Alguns deles estão envolvidos na sua formulação ou acompanham o debate travado nos canais montados para esse fim (como é o caso do Sintratel, dos coletivos juvenis das centrais sindicais, das entidades estudantis de âmbito nacional). Em outras situações, como vimos, as políticas de juventude são a razão de existência do próprio ator, como o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, ou há conhecimento e perspectiva de interferência em sua formulação (como entre os integrantes do COA). Em outros casos, o reconhecimento de sua importância vem na forma de uma crítica da ausência de PPJUV, apesar da existência de um organismo gestor (como no caso do hip hop), que revela, na verdade, uma crítica à diretriz imprimida pelo gestor.²⁶ Mas nem todos os atores se dispõem (ou acreditam ter acesso) a participar dos canais de formulação.

Resta, aqui, a mesma pergunta que pode ser feita nos itens acima: de que modo as PPJUV dialogam com as demandas dos jovens? Os gestores que as formulam levam em consideração tais demandas? De que modo escutam ou recolhem tais demandas? Os espaços de interlocução (os fóruns, os conselhos) têm tido alguma incidência nessa elaboração?

Talvez faça sentido perguntar até que ponto vigora uma lógica no modo como está sendo montada a institucionalidade responsável pelas políticas públicas de

²⁶ A gente tem reclamado, por exemplo, da Secretaria da Juventude, sobre a ausência de políticas públicas locais para juventude. A secretaria tem se restringido apenas à realização de eventos, mesmo assim restritos à juventude da classe rica. Para a periferia mesmo, não tem sido feito nada, nenhum projeto. Se eu fosse chamado para opinar sobre o uso do dinheiro público em políticas de juventude, primeiramente acabaria com essa coisa de fazer só para uma classe. Não interessa; se é para o bem, eu investiria em todos os setores da sociedade. Os jovens precisam de educação profissionalizante. Então, vamos investir nisso (DJ Nino, fragmento de entrevista contida no Relatório sobre o hip hop. Ver Alves; Alvim, 2007).

juventude (as secretarias ou coordenadorias de juventude nos executivos – municipal, estadual e nacional), pela qual a representação da juventude no governo se faz por meio da nomeação de um gestor jovem. Portanto, a interlocução real se fará internamente ao governo, supondo-se que esse gestor conhece e traduz as demandas juvenis.

Uma questão que pode ser explicitada diz respeito a uma problematização levantada no estudo sobre o FJRJ: as políticas de juventude teriam temas específicos que diferem das demandas reais dos jovens e das questões em torno das quais se mobilizam outros atores juvenis, forjados na mobilização social anterior à criação do “espaço de PPJUV”? Mas, aqui, caberia perguntar: quais são as demandas reais que escapam às PPJUV? As demandas reais dizem respeito às políticas universais e não específicas?

Por outro lado, os estudos sobre *telemarketing*, cortadores de cana e hip hop consideram que há demandas específicas da juventude, que implicam em políticas específicas, mas que remetem a direitos universais – como trabalho e educação. E que só podem ser resolvidas, só podem ser respondidas integralmente se atenderem às especificidades da juventude e se cruzadas com suas especificidades internas. Ou seja, há a necessidade de aprofundar o olhar sobre as especificidades da juventude, sobre sua diversidade e, ao mesmo tempo, sobre os direitos universais implicados nessas demandas específicas. Além disso, deve-se ampliar o leque dos direitos (e das políticas) a serem considerados.

Para além dessas distintas visões, que certamente têm a ver com as especificidades dos sujeitos e atores pesquisados, vale avançar na reflexão sobre o campo das políticas públicas de juventude. Se é certo que a montagem desse campo trouxe visibilidade inédita à questão da singularidade da juventude, da importância de considerar os jovens como sujeitos de direitos que devem ser

garantidos pelo Estado, também é fato que logrou muito pouco definir os conteúdos específicos das políticas para além do estabelecimento de uma linguagem singular e da incorporação de sujeitos jovens nos seus processos. Nesse sentido, se contribui para afirmação da noção dos jovens como sujeitos de direitos em nossa sociedade, contribui pouco para a definição da “pauta de direitos” que diz respeito aos jovens. E, talvez, para avançar nesse sentido, tenha-se que mudar o modo de formulação e avaliação das políticas, abrindo maior espaço para a compreensão das diferentes situações vividas pelos jovens e para o debate em torno das demandas que eles apresentam.

Entretanto, também é possível ver a criação das PPJUV e de seus espaços institucionais de formulação e execução como respostas a demandas de certos atores juvenis (juventudes partidárias e organizações ligadas ao movimento estudantil e às pastorais), com a percepção a respeito dos “problemas” de inclusão social identificados no segmento jovem. Há que se ponderar que muitos atores juvenis lutaram pela constituição desses espaços e para serem considerados na formulação de políticas. Como essas demandas são incorporadas – e quais atores são incorporados nos espaços de participação – é outra questão. Pode-se pensar que certos atores foram mais incorporados que as demandas; que há pouco investimento – tanto por parte dos representantes do poder público quanto de muitos dos atores juvenis – na formulação política e no debate público sobre as demandas. Isso reforça certa ocupação de espaços sem conteúdo, por parte de atores jovens, e a tendência de formular as diretrizes dos programas baseados em análises diagnósticas e senso político comuns sobre as necessidades dos jovens sem que as demandas tenham muito peso nessas formulações. Mas nem tanto por uma “insensibilidade” dos poderes públicos, como pela posição que os próprios atores juvenis foram ocupando nesse cenário.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, Miguel. “Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivência, cidadania y nueva condicion juvenil em Colômbia”. In: DÁVILA, Oscar (Ed.). *Políticas de juventud em América Latina: politicas nacionales*. Viña del Mar: CIDPA, 2003. p.119-155.
- ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMO, Helena W. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005a. p. 37-72.
- _____. “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro”. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005b. p. 19-35.
- _____. A tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Edição especial.
- _____. *Genas juvenis*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary (Coords.). *Ensino médio: múltiplas vozes*. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2003.
- AÇÃO EDUCATIVA. *Adolescência: escolaridade, profissionalização e renda*. Propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda. São Paulo: Ação Educativa, 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/adol.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2007.
- ALVES, Adjair; ALVIM, Rosilene. *A família do morro do Bom Jesus, Caruaru, Pernambuco*. Relatório de estudo desenvolvido para a pesquisa “Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis”, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis, 2007.
- BANCO MUNDIAL. *Vozes jovens: um olhar das organizações e movimentos de juventude sobre o Brasil do século XXI*. Brasília, DF: Banco Mundial Brasil, 2004. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/27LivroPort.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2007.
- BRENNER, Ana Karina. *Fórum de juventudes do Rio de Janeiro*. Relatório de estudo desenvolvido para a pesquisa “Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis”, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis, 2007.
- CARDOSO JR., José Celso et al. *Longa caminhada, fôlego curto: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude*. Brasília, DF: Ipea, abr. 2006. (Texto para discussão, n. 1.224). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1224.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.

-
- CORROCHANO, Maria Carla; NASCIMENTO, Érica. *Demandas de jovens no mundo do trabalho urbano: jovens, sindicato e trabalho no setor de telemarketing*. Relatório de estudo desenvolvido para a pesquisa “Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis”, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis, 2007.
- DAYRELL, Juarez; BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo. “Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros”. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 175-214.
- FISCHER, Nilton Bueno; CORRÊA, Ana Maria dos Santos; AMARAL, Márcio. *Acam-pamento intercontinental da juventude: experiência de uma nova geração política*. Relatório de estudo desenvolvido para a pesquisa “Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis”, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis, 2007.
- FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- _____. (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007*. Brasília; São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich; Ação Educativa, 2007. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/biblioteca/documentos-nacionais/Conjuve%2025%20set%202007%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2007.
- GUIMARÃES, Nadya. “Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?”. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 149-174.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População jovem no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 3).
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude: documento de conclusão*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.
- MADEIRA, Felícia Reicher. “Recado dos jovens: mais qualificação”. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, DF: CNPD, 1998. v. 2. p. 426-496.
- NOVAES, José Roberto Pereira. *Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão*. Relatório de estudo desenvolvido para a pesquisa “Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis”, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis, 2007.

- NOVAES, Regina Célia; CARA, Daniel T.; SILVA, Danilo M. da; PAPA, Fernanda de C. (Org.). *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/arquivos/conjuve/>. Acesso em: 28 nov. 2007.
- NOVAES, Regina. “A juventude de hoje: (re)invenções da participação social”. In: THOMPSON, Andrés A. (Org). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2006. p. 107-148.
- _____. “Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso”. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 121-151.
- OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de; CARVALHO, Ana Paula. *A Revolta do Buzu: manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa do ônibus*. Relatório de estudo desenvolvido para a pesquisa “Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis”, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis, 2007.
- PORCHMANN, Márcio. “Juventude em busca de novos caminhos no Brasil”. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: educação, cultura, trabalho e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto da Cidadania, 2004. v. 1. p. 217-241.
- REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo (Orgs.). *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=16>. Acesso em: 28 nov. 2007.
- RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – relatório final*. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo: Instituto Pólis, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/105.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2008.
- RUA, Maria das Graças. “As políticas públicas e a juventude dos anos 90”. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, DF: CNPD, 1998. v. 2. p. 731-752.
- SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. *1ª Conferência Nacional de Juventude: levante sua bandeira*. Documento-base. Brasília, DF: Secretaria-geral da Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/documento_base_novo.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.
- SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SPOSITO, Marília; CARRRANO, Paulo. Juventude e políticas no Brasil. In: DÁVILA, Oscar (Ed.). *Políticas de juventud em América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: CIDPA, 2003.
- SPOSITO, Marília; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho; SOUZA, Nilton Alves. Juventude e poder local: um balanço preliminar de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 238-246, maio/ago. 2006.
- TOMMASI, Livia De. Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras, jul. 2004. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Textos%20e%20artigos/texto_livia.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.

- VENCO, Selma. *Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing*. 2006.
Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- WASELFISZ, Julio Jacobo et al. *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*. Brasília, DF: Unesco, 2004.

